BEM VIVER INDÍGENA

ESPAÇOS DE PASSAGEM OU PERMANÊNCIA?

SABRINA GONÇALVES DE BEM

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ARQUITETURA E URBANISMO

SABRINA GONÇALVES DE BEM

BEM VIVER INDÍGENA: ESPAÇOS DE PASSAGEM OU PERMANÊNCIA?

Trabalho Final de Graduação I, apresentado à Universidade do Sul de Santa Catarina, campus continente como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadoras:
Me. Jaqueline Andrade - Me. Júlia Fiuza Cercal

FLORIANÓPOLIS - 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9

1.1 LOCALIZAÇÃO 11

1.2 OBJETIVOS 12

1.2.1 Objetivo geral 12

1.2.2 Objetivos específicos 12

1.3 JUSTIFICATIVA 12

1.4 METODOLOGIA 13

1.4.1. Referencial Teórico 13

1.4.2. Estudo de caso 13

1.4.4 Diagnóstico de estudo 14

1.4.5 Partido Arquitetônico 14

2. REFERENCIAL TEÓRICO 15

2.1 INDÍGENAS DO BRASIL COM ENFOQUE EM SANTA CATARINA 16

2.2 INDÍGENAS EM FLORIANÓPOLIS 28

2.3 INDÍGENAS KAINGANG 32

2.4 INDÍGENAS KAINGANG NO TISAC 37

2.5 HBITAÇÕES TEMPORÁRIAS 44

3. ESTUDO DE CASO 46

3.1. ALOJAMENTO KRUKUTU 47

3.2. CASA DE PASSAGEM DO ARTESÃO INDÍGENA - CAPAI 54

4. REFERENCIAL PROJETUAL 63

4.1. ALOJAMENTOAGUAPEÚ 64

4.2. MORADIA ESTUDANTIL INDÍGENA 67

5. DIAGNÓSTICO 72

5.1 LOCALIZAÇÃO 73

5.2 COMPREENSÃO HISTÓRICA DA ÁREA 76

5.3 LEGISLAÇÃO 76

5.4 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 78

5.5 EQUIPAMENTOS URBANOS 80

5.6 CONDICIONANTES AMBIENTAIS 81

5.7 SISTEMA VIÁRIO 84

6. PARTIDO ARQUITETÔNICO 90

6.1 CONCEITO E PARTIDO 91

6.2 DIMENCIONAMENTOS E CARACTERÍSTICAS 92

6.3 SETORIZAÇÃO E ZONEAMENTO 93

6.4 VOLUMETRIA E MATERIAIS 95

6.5 REFERÊNCIAS 96

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Ilustração punho indígena 9
Figura 02: Mapa do Brasil com destaque em SC 10
Figura 03: Mapa de SC com destaque em FLN 10
Figura 05: Mapa de FLN com destaque nos bairros 10
Figura 04: Mapa da grande FLN com destaque em FLN 10
Figura 06: Mapa dos bairros com destaque no terreno e TISAC 10
Figura 07: População indígena em zonas urbanas e rurais 15
Figura 08: População indígena nas cinco regiões do Brasil 15
Figura 09: Ilustração de Indígenas 16
Figura 10: Ilustração de algumas habitações indÍgenas do Brasil 18
Figura 11: Ilustração de aldeia circular 19
Figura 12: Ilustração de aldeia retangular 19
Figura 13: Ilustração de aldeia linear 19
Figura 14: Aldeia circular - Indígenas do Paraná 20
Figura 15: Habitação Tiriyó circular com teto em forma de cone 21
Figura 16: Habitações circulares Tiriyó - Plantas baixas e vistas 21
Figura 17: Festa em aldeia Tiriyó - habitações retangulates e circulares 22
Figura 18: Habitações retangulares Tiriyó - Plantas baixas e vista 22
Figura 19: Aldeia Ipawu - Habitações elipticas 23
Figura 00: Ilustração de algumas aldeias indpigenas do Brasil 23
Figura 20: Habitações elípticas Tiriyó - Plantas baixas e vista 23
Figura 21: Mapa do Estado de Santa Catarina localizando a população indígena 24
Figura 22: Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçu, retrato de um momento da catequização dos indígenas 25
Figura 23: Professora e indígena, Ingrid Sateré Mawé 26
Figura 24: Mulher indígena comercializando peças de artesanato no Centro de Florianópolis 27
Figura 25: Mapa da localidade de terras indígenas na Grande Florianópolis 27
Figura 26: Arquitetura Açoriana - Ribeirão da Ilha - Florianópolis 28
Figura 27: Produção da renda de bilro 28
Figura 28: Mapa da localidade dos Sítios Arqueológicos de Florianópolis 29
Figura 29: Indígenas abrigados embaixo do viaduto Dias Velho 30
Figura 30: Indígenas abrigados embaixo do viaduto Dias Velho 30
Figura 31: Mapa de localização das terras indígenas Kaingang 31
Figura 32: Marca aberta - Kamé 32
Figura 33: Artesanatos produzidos por povos Kaingang 32
Figura 34: Marca comprida - Kainrú Ilustração feita por povos Kaingang abrigados no TISAC 32
Figura 35: Habitações subterrâneas Kaingang 33
Figura 36: aldeia Enacenê-Nacê 34
Figura 37: Habitações de pau-a-pique - aldeia Kaingang - RS 35
Figura 38: Habitações em alvenaria - aldeia kaingang Icatú, Braúna - SP 35
Figura 39: Habitações em madeira - Aldeia urbana Kaingang Goj-Jur, Passo Fundo - RS 35
Figura 40: TISAC - Pintura indígena 36
Figura 41: TISAC - Pintura indígena 36
Figura 42: Famílias indígenas no TISAC 37
Figura 43: Famílias indígenas no TISAC 37
Figura 44: Faixa pedido a casa de passagem indígena 38
Figura 45: Protesto indígena no centro da cidade 38
Figura 46: Localização TISAC e terreno ao lado, pertencente à União 39
Figura 47: TISAC fechado por Prefeitura de Florianópolis 40
Figura 48: Sanitários em container - prefeitura de Florianópolis 40
Figura 49: Ocupações indígenas em barracas e espaços improvisados no TISAC. 41
Figura 50: Roupas estendidas em grade do TISAC 41
Figura 51: Moradia improvisada no TISAC 42
Figura 52: Artesanato Kaingang no TISAC 42
Figura 53: Entrada da casa de passagem CAFI 44
Figura 54: Epaço interno CAFI - Quartos com camas beliches 44
Figura 55: Mapa do Município de SP, destacando localização das aldeias indígenas em Serra do Mar 46
Figura 56: Localização de doze aldeias indígenas em Serra do Mar, SP 46
Figura 57: Localização Aldeia Krukutu 47
Figura 58: Habitação Indígena - Aldeia Krukutu 47
Figura 59: Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) - Aldeia Krukutu 47
Figura 60: Maquete eletrônica do projeto alojamento Krukutu 48
Figura 61: Acesso à aldeia Krukutu 49
Figura 62: Localização de implantação do projeto Alojamento Krukutu 49
Figura 63: Planta baixa com setorização - Projeto alojamento Krukutu 50
Figura 64: Maquete eletrônica - vista superior - setorização - Projeto alojamento Krukutu 51
Figura 65: Planta baixa com indicação de acessos - Projeto alojamento Krukutu 51
Figura 66: Volumetria representando a estrutura do projeto alojamento Krukutu52
Figura 67: Maquete eletrônica - Vista do dormitório - Materiais em madeira 52

Figura 68: Maquete eletrônica - CAPAI 53
Figura 69: Localização Município de São Miguel do Oeste 54
Figura 70: Barracas em lona - abrigo indígena - São Miguel do Oeste 54
Figura 71: Localização do bairro Sagrado Coração e projeto CAPAI 55
Figura 72: Localização do lote da CAPAI 55
Figura 73: Maquete eletrônica - CAPAI 56
Figura 74: Planta baixa CAPAI - Setorização 57
Figura 75: Rua Salgado Filho - SMO 58
Figura 77: Fachada Frontal Oeste - CAPAI 58
Figura 76: Projeto acessibilidade - passeio Público 58
Figura 78: Fachada Frantal Oeste - CAPAI 58
Figura 79: Planta baixa CAPAI - Fluxos e acessos 59
Figura 81: Corte AA - Dormitórios - CAPAI 60
Figura 80: Planta baixa dormitório PCD - CAPAI 60
Figura 82: Planta Baixa - ambiente multiuso - CAPAI 61
Figura 83: Espaço de circulação - CAPAI 61
Figura 84: Maquete eletrônica do alojamento indígena Aguapeú 63
Figura 85: Mapa do Município de SP, destacando localização da aldeia indígena Aguapeú 64
Figura 86: Mapa localização aldeia indígena Aguapeú 64
Figura 87: Maquete eletrônica do alojamento indígena Aguapeú - setorização 65
Figura 88: Maquete eletrônica do projeto Moradia Estudantil Indígena 66
Figura 89: Mapa de localização do Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis Fonte: UFSC (2022) 67
Figura 90: Mapa do Campus UFSC e suas setorizaçõe - Localização da área do projeto 67
Figura 91: Volumetria em terreno do projeto Moradia Estudantil Indígena 68
Figura 92: Esquemassetorização - Moradia estudantil Indígena 68
Figura 93: Pilares com grafismo - projeto Moradia estudantil Indígena 69
Figura 94: Pilares com grafismo - projeto Moradia estudantil Indígena 69
Figura 95: espaço fogo - projeto Moradia estudantil Indígena 70
Figura 96: Dormitórios - projeto Moradia estudantil Indígena 70
Figura 97: Mapa de Florianópolis destacando bairro Centro e Mapa bairro centro destacando terreno 72
Figura 110: Distância entre terreno e mar 73
Figura 110: Distância entre terreno e mar 73
Figura 110: Distância entre terreno e mar 73
Figura 103: Mapa de Zoneamento, conforme Plano Diretor, da área de estudo 75
Figura 107: Mapa uso do solo da área central de Florianópolis 76
Figura 108: Mapa cheios e vazios do bairro centro 77
Figura 109: Mapa equipamentos urbanos bairro centro 78
Figura 110: Distância entre terreno e mar 79
Figura 111: Ventos frequentes e predominantes no terreno 79
Figura 112: Altimetria do terreno e entorno 80
Figura 113: terreno - estacionamento privado 80
Figura 114: terreno - estacionamento privado 80
Figura 112: terreno - estacionamento privado 80
Figura 113: Mapa de Ruidos 81
Figura 113: Mapa dearborização
Figura 119: Mapa sistema viário bairro centro 82
Figura 120: Mapa fluxo viário entorno do terreno 83
Figura 121: Rua Praça Tancredo Neves 84
Figura 123: Rua José da Costa Moellmann 84
Figura 122: Rua Praça Tancredo Neves 84
Figura 124: Rua José da Costa Moellmann 84
Figura 125: Av. Hercílio Luz 84
Figura 127: Rua Dr. Álvaro Milen da Silveira 84
Figura 126: Av. Hercílio Luz 84
Figura 128: Rua Dr. Álvaro Milen da Silveira 84
Figura 130: Mapa vias pedonais de comércio indígena 85
Figura 129: Mulher indígena comercializando artesanato na Rua Felipe Schmidt, Florianópolis 85
Figura 131: Mapa sistema viário bairro centro 85
Figura 132: Mapa de localização dos terminais de ônibus de Florianópolis 86
Figura 133: Mapa de localização dos pontos de ônibus entorno do terreno 87
Figura 134: Ponto de ônibus na Avenida Paulo Fontes 87
Figura 135: Ponto de ônibus na R. Dr. Álvaro Milen da Silveira 87
Figura 136: Mapa cicloviário do bairro centro 88
Figura 137: Gêmeos ancestrais Kaingang Kamé e Kairu
Figura 139: Planta dos blocos situados no terreno
Figura 138: Planta de situação terreno 91
Figura 140: Planta baixa esquemática de setorização
Figura 141: Volumetria dos blocos Kamé e Kairu 93

1

INTRODUÇÃO

> Despovoamento, incompreensão, cumplicidades, massacres; resistências, lutas, recriação de identidades culturais: de tudo isto se compõe a história indígena nos 500 anos de contato. 500 anos de encontros e conflitos, entre a "indianização" de brancos e "ocidentalização" de índios, entre os caboclos da umbanda e o assassinato de índios. O "crescimento" de grupos indígenas no bojo da chamada etnogênese contrasta com o declínio demográfico dessas populações e com a ocidentalização inevitável da "consciência indígena" - paradoxal condição para a garantia de sua identidade e direitos (VAINFAS, 2007, p. 37).

Povos originários do Brasil, que tiveram suas culturas desvalorizadas, liberdades e terras retiradas, seu passado manchado. Cercados pela ignorância humana, hoje lutam pelos seus direitos, em busca de respeito e valorização. Passaram-se mais de 500 anos após o primeiro contato, mas a exploração continua. Terras permanecem sendo invadidas, tomadas, e suas características, desumanizadas.

> As comunidades indígenas vêm enfrentando problemas concretos, tais como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração sexual, aliciamento e uso de drogas, exploração de trabalho, inclusive infantil, mendicância, êxodo desordenado causando grande concentração de indígenas nas cidades (FUNAI, 2013).

A ocupação dos povos indígenas no contexto urbano, é um problema para muitos. Invisíveis aos olhos da sociedade e abandonados aos olhos do poder. Há quem pense que indígena deixa de ser indígena, por morar nas zonas urbanas. Pensamento preconceituoso, desprovido de informação.

> A sua presença na cidade coloca-se como um desafio para arquitetos, urbanistas e agentes públicos, pois este é um debate que ainda fica à margem dos espaços de discussões e das intervenções acerca das questões urbanas e suas políticas públicas (DILL; WIESE, 2021, p. 55).

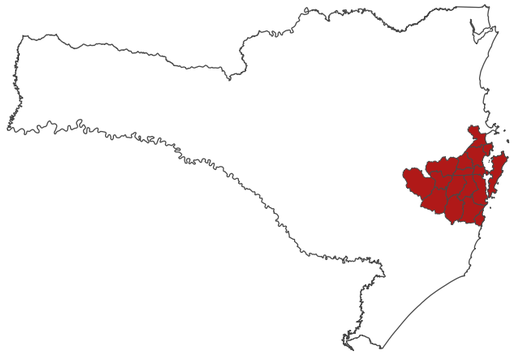
O crescimento das migrações indígenas para as cidades, decorre de diversos fatores, como a expulsão de suas terras, desmatamentos, avanço das cidades sobre seus territórios, escassez de alimentos, comercialização de seus artesanatos para complementação de renda, entre outros casos. Esta necessidade de migração para as zonas urbanas, resulta, muitas vezes, em cenários degradantes, como a falta de moradia.

As famílias indígenas que migram para a cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, além do preconceito, se deparam com a inexistência de um espaço adequado para abrigá-los. O despreparo para recebê-los, mesmo que temporariamente, resulta há anos no alojamento em barracas e na falta de condições básicas de saneamento e moradia, dentro do que era pra ser um espaço temporário e emergencial, um terminal de ônibus desativado.

Figura 01: Ilustração punho indígena
Fonte: Acampamento Terra Livre, 2020

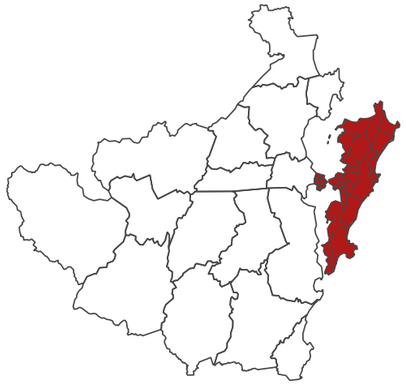
Santa Catarina

Figura 02: Mapa do Brasil com destaque em SC
Fonte: Elaborado pela autora, com uso do programa Qgis (2022)



Grande Florianópolis

Figura 03: Mapa de SC com destaque em FLN
Fonte: Elaborado pela autora, com uso do programa Qgis (2022)



Florianópolis

Figura 04: Mapa da grande FLN com destaque em FLN
Fonte: Elaborado pela autora, com uso do programa Qgis (2022)

1.1 Áreas de estudo em Florianópolis

As áreas de estudos a serem abordadas no presente trabalho, serão representadas, primeiramente em ampla escala, abordando informações teóricas sobre o território brasileiro, reduzindo para macrorregião sul, contemplando o Estado de Santa Catarina e Região Geográfica Imediata, representando a cidade de Florianópolis (IBGE, 2017).

Os indígenas Kaingang que chegam na cidade de Florianópolis, se alojam no TISAC, terminal de ônibus desativado, localizado no bairro Saco dos Limões, adjunto ao terreno de estudo, lado oeste da ilha.

O terreno de estudo, situa-se no bairro Centro, fazendo conexão com a parte Continental da ilha, sendo um dos principais pontos comerciais para os indígenas Kaingang.

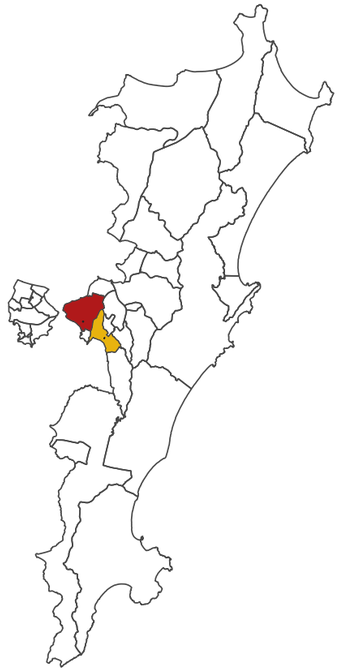


Figura 05: Mapa de FLN com destaque nos bairros
Fonte: Elaborado pela autora, com uso do programa Qgis (2022)

Bairro Centro

Bairro Saco dos Limões

Figura 06: Mapa dos bairros com destaque no terreno e TISAC
Fonte: Elaborado pela autora, com uso do programa Qgis (2022)

Terreno de estudo

Terminal de ônibus TISAC

1.2 OBJETIVOS

Dois tópicos serão abordados nos objetivos do presente trabalho, sendo eles, objetivo geral e objetivo específico.

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar fundamentação teórica e estudo preliminar, relacionado aos povos indígenas, com foco em suas habitações originárias e atuais, que servirão como base para elaboração de um anteprojeto arquitetônico sobre o tema Casa de Passagem Indígena em Florianópolis - SC, com a finalidade de abrigar os indígenas, em sua maioria de etnia Kaingang, que migram para a capital.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Etapas serão elaboradas ao longo do trabalho, com intuito de obter informações necessárias para atingir o objetivo geral, sendo elas:

- Contextualizar informações gerais dos indígenas no Brasil, no Estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis, em referencial teórico, para compreensão de suas migrações e a situação que se encontram atualmente em zonas urbanas, assim como, as características de suas tipologias habitacionais;
- Elaborar os estudos de caso dos projetos arquitetônicos: Casa de Passagem do Artesão Indígena - CAPAI e Alojamento Krukutu;
- Estudar e analisar os referenciais projetuais: Moradia Estudantil Indígena e Alojamento Aguapeú;
- Analisar a área da qual será implantado anteprojeto arquitetônico, compondo diagnóstico de estudo do bairro e do lote;
- Apresentar estudo preliminar na etapa de Partido Arquitetônico, dispondo de diretrizes projetuais.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao ser estudada, mesmo que brevemente, a história dos povos indígenas, nos deparamos com revoltantes injustiças. Constantemente perseguidos e violentados, desde o início das invasões de suas terras, pelos não indígenas, no que se foi nomeado “descobrimento do Brasil”, até a atualidade.

> O ano de 2020 foi marcado por um aumento de violência contra os povos indígenas e invasões a suas terras em todo o País. O “Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil”, que é publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) [...], identificou 263 casos de “invasões, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” indígena. (Conselho Indigenista Missionário (Cimi, 2020).

Os indígenas, originários das terras que hoje usufruímos, necessitam de segurança. As relações de indígenas e não indígenas, são segregadas pelo preconceito e pela exploração. Ignorados no meio urbano, não é lhes concedido ao menos o mínimo, o básico, uma moradia temporária.

> A questão dos indígenas em contextos urbanos é extremamente invisível e apagada perante a sociedade, inclusive no movimento indígena tradicional. Porém, indígena é indígena em qualquer lugar, inclusive nas cidades. Hoje, a maioria dos centros urbanos acima de 50 mil habitantes têm indígenas, e essa é uma realidade que se perpetua desde o começo de nossa história (KLINTOWITZ; CORREIA; AGUIAR, 2020)

Florianópolis é destino migratório para muitas famílias indígenas, principalmente de etnia Kaingang, que se deslocam de seus locais de origem, à procura de oportunidades. Nas ruas do centro da cidade, suas ocupações são notórias, local onde realizam a comercialização de seus artesanatos e apresentações artísticas, para subsistência.

Após um tempo sujeitados a situações de vulnerabilidade, embaixo de viadutos, ao chegarem na capital em época de temporada, foram lhes concedido inadequadamente, destinado a uso temporário, o Terminal de Integração do Saco dos Limões, uma arquitetura linear para transporte público, abandonada desde

2005, cuja única proteção fornecida, é sua cobertura em estrutura metálica e telha sanduíche, pois suas laterais são expostas.

A habitação temporária indígena, é de necessidade emergencial. Servirá de apoio, proporcionando qualidade de vida aos indígenas Kaingang que chegam na cidade. Sua localização estratégica, ocupando o centro, fornecerá maior visibilidade aos povos, oportunizando um crescimento nas vendas de seus artesanatos, assim como, ocasionando um contato mais direto com os não indígenas, resultando na troca de informação cultural, na quebra de preconceitos.

1.4 METODOLOGIA

Serão apresentados cinco procedimentos metodológicos, em ordem a formar conexões entre os assuntos pesquisados e os estruturando nas seguintes etapas, para um objetivo final.

1.4.1. REFERENCIAL TEÓRICO

Será composto por conteúdos teóricos, através de artigos, dissertações, livros, reportagens e sites da internet, informações a respeito dos povos indígenas no passado e na atualidade, abrangendo país, estado e cidade, buscando compreender um pouco de suas histórias e culturas, assim como a situação em que se encontram, tanto em zonas rurais quanto em zonas urbanas.

Com as pesquisas por sites oficiais do governo, serão abordados dados gerais do IBGE (2010), sobre a população originária no Brasil, em Santa Catarina e na Grande Florianópolis, breve contexto histórico de suas perseguições e lutas por direitos, características de suas arquiteturas, conforme distribuição das aldeias e formato de suas habitações.

Decorrerá de um maior aprofundamento, sobre os indígenas de etnia Kaingang, com dados de sua população, os motivos que os levam a migrarem para os centros urbanos, informações sobre suas culturas e características de suas habitações, no passado e na atualidade.

Sua presença na cidade de Florianópolis e a situação que se encontram atualmente, sem moradia adequada, alojados no Tisac, terminal de ônibus desativado. Para melhor entendimento da situação, foi feita visita in loco, pela autora, que obteve uma conversa direta com o líder indígena, Sandraque Lopes, que compartilhou de suas angústias com relação a tão esperada casa de passagem. Muitas das informações sobre os indígenas Kaingang no Tisac, foram coletadas através de portais de notícias, que acompanham o caso desde o princípio.

Todas as informações serão compostas por textos, mapas, ilustrações e imagens. Os principais autores foram, GOMES (2012); MELO; RIBEIRO (2019); COSTA; MALHANO (1986); PARODE; CASTELLS (2017); ANGELIS; VEIGA (1998), dentre outros que serão explorados ao longo da pesquisa. O referencial teórico servirá como base influenciadora para decisões arquitetônicas, após consciência das demandas e necessidades dos usuários.

1.4.2. ESTUDO DE CASO

Os estudos de caso, visam auxiliar no desenvolvimento das diretrizes projetuais. Os projetos selecionados para estudo de caso, foram: Casa de Passagem do Artesão Indígena, localizado em São Miguel do Oeste e Projeto Alojamento Krukutu, localizado na aldeia Krukutu em São Paulo. Os conteúdos utilizados para tal análise de estudo, foram solicitados através de e-mail e por chamada de voz. Para o Alojamento Krukutu, fora solicitado por e-mail, ao Grupo Fresta, escritório de arquitetura responsáveis pela criação, o projeto arquitetônico, além de utilizar as informações disponíveis em seu site. Para informações relacionadas a Casa de Passagem do Artesão Indígena, fora necessário entrar em contato por telefone com a Prefeitura de São Miguel do Oeste, no Setor de Engenharia, solicitando projeto arquitetônico por e-mail.

Com o conteúdo agregado, foi possível analisar questões como, localização, setorização, quantidade de usuários, fluxos e acessos, volumetria, técnicas e materiais, assim como outras soluções arquitetônicas, e para um melhor entendimento sobre

os assuntos, esquemas e mapas foram elaborados e imagens foram utilizadas.

1.4.3 REFERENCIAL PROJETUAL

Projetos de referência, darão suporte às diretrizes projetuais, compartilhando de soluções arquitetônicas, resgatando culturas e formas de construções originárias, auxiliando também no processo criativo. Os projetos referenciais escolhidos foram: Moradia Estudantil Indígena e Alojamento Aguapeú.

As análises dos projetos foram feitas de acordo com os conteúdos disponibilizados, referentes aos projetos arquitetônicos. Para o Alojamento Aguapeú, fora solicitado por e-mail, ao Grupo Fresta, escritório de arquitetura responsável pela criação, o projeto arquitetônico, além de utilizar as informações disponíveis em seu site. O conteúdo coletado, referente ao projeto Moradia Estudantil, foi possível encontrar na internet, por meio de artigo, sendo os autores, os criadores do projeto, Ricardo Socas Wiese, Fernanda Machado Dill e Alice Hammerschmitt da Veiga. Com isso, foi possível analisar a suas respectivas localizações, setorizações, volumetrias e materiais, características selecionadas como importantes para diretrizes projetuais.

1.4.4 DIAGNÓSTICO DE ESTUDO

O estudo da área com intenção de implantação da edificação, será primordial para o conhecimento de suas fragilidades e potencialidades. O diagnóstico do entorno e do lote terá como finalidade propor as soluções mais adequadas para o local e para os usuários.

De início, foi feito uma pesquisa abrangente relacionada ao bairro do qual se localiza o terreno, compreendendo um pouco sobre sua história de crescimento urbano, por conteúdos disponibilizados por sites e artigos, resultando numa linha do tempo.

Informações relacionadas ao zoneamento, sistema viário e altimetria do terreno e entorno, foram coletadas pelo site da Prefeitura de Florianópolis, conforme Plano Diretor da cidade e por estudos realizados pela Equipe QUAPÁ-SEL Floripa (2015). As condicionantes climáticas da cidade, do terreno e entorno, assim como, equipamentos urbanos e mobilidade, foram interpretadas por análise de mapas e artigos, resultando em mapas e textos explicativos.

Foram realizadas visitas in loco, para diagnosticar e coletar dados do entorno e do lote, proporcionando também, uma perspectiva diferente à autora, a ponto de identificar fatores perceptíveis diretamente, como fluxos e ruídos. Registros foram feitos, através de fotografias, para indicações da infraestrutura do local. O diagnóstico norteará as diretrizes projetuais, a partir das análises efetuadas.

1.4.5 PARTIDO ARQUITETÔNICO

Conforme informações adquiridas sobre referencial teórico e projetual, estudos de caso e diagnósticos do terreno, foi feito um estudo preliminar, relacionado a uma arquitetura de moradia temporária, para os povos indígenas Kaingang que estão alojados atualmente no Tisac, dando-lhes um espaço adequado em meio a cidade e oportunizando melhorias lucrativas nas vendas de seus artesanatos.

Os estudos de setorização do projeto, foram feitos através das demandas informadas por Sandraque Lopes, e pelos projetos selecionados como referenciais projetuais. Com isso, foram implantados dormitórios, cozinhas, sanitários e espaços para comercialização de seus artesanatos, além de espaços para socialização e serviço, como espaço fogo, presente na cultura indígena tanto para preparo de alimentos quanto para rituais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INDÍGENAS DO BRASIL COM ENFOQUE EM SANTA CATARINA

Nos tópicos a seguir, serão apresentados dados gerais da população indígena e suas ocupações no território nacional e no estado de Santa Catarina, assim como, um breve contexto histórico a partir da invasão de seus territórios e suas atuais ocupações nas zonas urbanas do sul do país. As características de suas habitações, como setorizações de aldeias e formas arquitetônicas, serão expressas e ilustradas.

2.1.1 POPULAÇÃO E OCUPAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL

Os povos indígenas, de diferentes etnias, se encontram presentes nas cinco regiões do Brasil. Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população totaliza em 817.963 indígenas, sendo 502.759 habitantes em zona rural e 315.180 em zonas urbanas. No comparativo entre os censos de 1991, 2000 e 2010, nota-se uma movimentação com relação à população autodeclarada indígena, conforme gráfico a seguir.

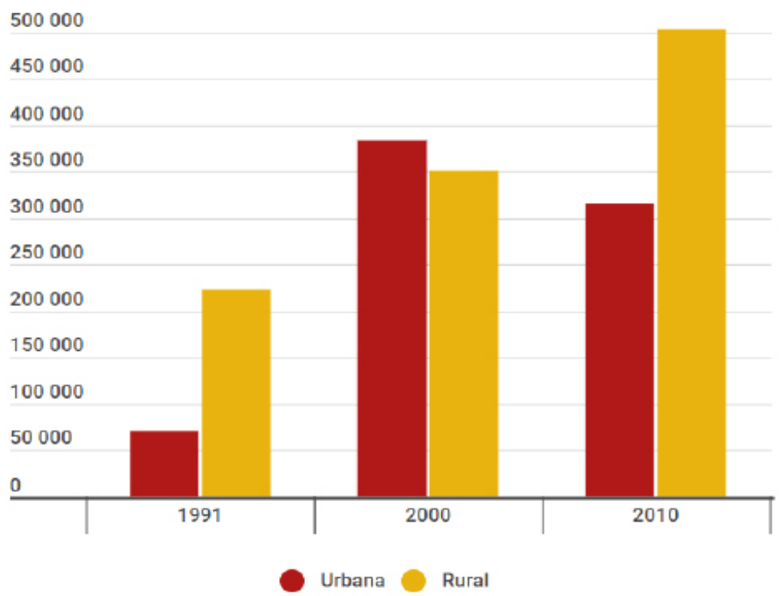


Figura 07: População indígena em zonas urbanas e rurais
Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos dados do IBGE (2010)

Ao longo de quase duas décadas, o crescimento é perceptível, porém, os números superestimados, não condizem com a realidade, podendo estar entre os principais motivos, a autodeclaração como “pardo” e a falta de políticas públicas voltadas para a população nativa.

> O movimento indígena está pressionando o IBGE para revisar o método de coleta dos dados do censo. Muitos indígenas “não se autodeclara-m indígenas porque só tem política pública para negros, quilombolas e pardos”, diz Júlio Güató, destacando que sem autodeclaração não há políticas públicas (MENDES, 2021)

O mapa abaixo, figura 08, conforme dados obtidos pelo censo IBGE 2010, informará a população indígena no Brasil, por região.

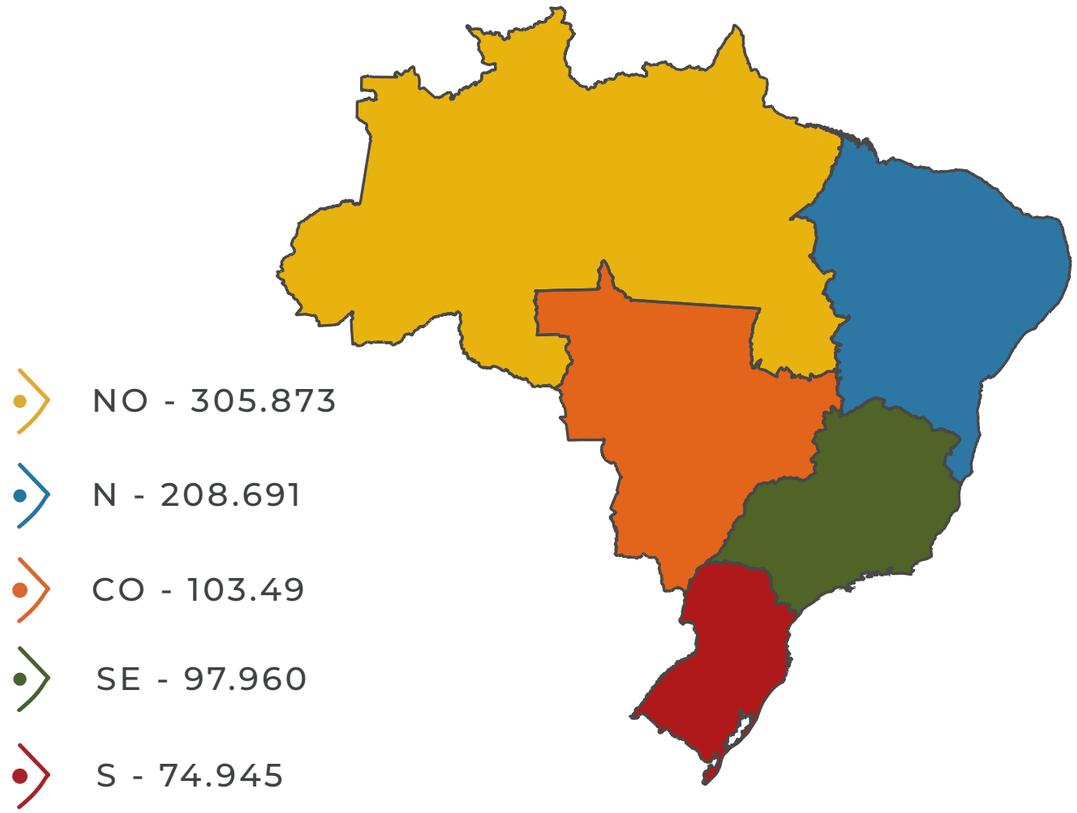


Figura 08: População indígena nas cinco regiões do Brasil
Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos dados do IBGE (2010)

2.1.2 PERSEGUIÇÕES E LUTAS

"A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento" (VAINFAS, 2007, p. 37). Não se sabe ao certo, a quantidade de nativos antes de 1500 (há quem possui uma estimativa), data marcada pela chegada dos Portugueses no Brasil, mas se têm clareza do que essa invasão causou, dizimação física e violência cultural (GOMES, 2012).

> É um tanto impiedoso valorizar em demasia o termo sobrevivência para um quadro histórico em que 90% da população indígena originária desapareceu num período de pouco mais de 500 anos, se comparado com o ano de 1500, quando havia cerca de cinco milhões de índios no território em que é hoje o Brasil (GOMES, 2012, p. 17).

Ao decorrer das décadas, um pouco do que se passou com a Coroa Portuguesa, o poder do catolicismo e os indígenas do Brasil, transparecem em normas, regimentos e leis das quais definem a utilidade dos indígenas para seus próprios interesses (GOMES, 2012). Mercadejados, cada pauta estabelece ações possessivas, sem um verdadeiro progresso, com a permanência da escravidão. A luta por seus direitos, permanece, com isso, mudanças ocorreram e ocorrem nessa trajetória.

Figura 09: Ilustração de Indígenas
Fonte: Laura Viana (2015)

Conforme Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 2008, "os indivíduos indígenas têm direito, sem discriminação, a todos os direitos humanos reconhecidos no direito internacional, e que os povos indígenas possuem direitos coletivos que são indispensáveis para sua existência, bem-estar e desenvolvimento integral como povos".

Infelizmente, houve um longo processo de escravização dos povos originários, mas percebe-se a mudança em sua visibilidade no território nacional, principalmente a partir da Constituição de 1998, estabelecendo novos marcos entre Estado, sociedade brasileira (não indígenas) e os povos indígenas.

> Trata-se de direitos marcados por pelo menos duas inovações conceituais importantes em relação a Constituições anteriores e ao chamado Estatuto do Índio. A primeira inovação é o abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, fadada ao desaparecimento. A segunda é que os direitos dos índios sobre suas terras são definidos enquanto direitos originários, isto é, anterior à criação do próprio Estado (PIB, 2018)

Com relação às bases teóricas citadas, serão apontados a seguir, alguns dos principais acontecimentos históricos, em forma de "linha do tempo", que fora elaborada através de informações retiradas de EBC (2017); LIMA; RODRIGUES; MORAES (2018) GOMES (2012).

1500 — Brasil Colônia

1510 — Soberania das terras reconhecidas pela ingreja

1537 — Bula Veritas Ipsa - escrita por Paulo III, proibindo a escravidão sob pena de excomunhão

1548 — Regimento que recomenda paz com os índígenas para que os cristãos possam povoar o território. Agrupamento de aldeias próximas aos povoados cristãos (doutrinação)

1570 — “Liberdade aos indígenas”. Primeira lei contra o cativeiro indígena, com exessão dos consquistados em “guerras justas”

1587 — Lei que declara quais indígenas podem ser cativos

1595 — Revoga Lei de 1570 e proíbe guerra e cativeiro

1605 — Liberdade aos indígenas (cativeiro é aceitável em alguns casos). Proíbe os abusos, a capturação irregulares e obriga o pagamento por serviço prestado

1609 — Lei que reafirma a liberdade indígena

1611 — Revogação das leis anteriores. Retomada da escravidão dos cativos, dos capturados em “guerras justas” e dos que estiverem condenados a morte.

1624-1625
1647-1649 — Leis que regulamentam a administração das aldeias, o tempo e taxa de serviço dos indígenas

1680 — Lei que declara novamente a “liberdade” dos indígenas, mantendo, porém, os escravos existentes, permitido guerras justas e aprisionamentos

1686 — Decreto do “Regimento das Missões”, que dá poder espiritual e temporal a jesuítas e franciscanos pelas aldeias; com mudanças na repartição do trabalho e no salário cobrado, entre outros

1727 — Proíbe o uso da língua-geral e manda ensinar a língua portuguesa nas povoações

1755 — Aprovação do Diretório Pombalino, que visava a integração do indígena na vida colônia

1798 — Abolição do Diretório de Pombal. Retoma o conceito de guerras defensivas, promove o indígena à condição de órfão e permite brancos em terras indígenas

1845 — Aprovado o “Regulamento das Missões”

1850 — Surge a Lei de Terras, zonas rurais são divididas em latifúndios, e não em pequenas propriedades. Terras ocupadas por indígenas, eram consideradas devolutas

1910 — Criado o Serviço de Proteção ao Índio - SPI

1952 — Criação do Parque Nacional do Xingu

1967 — Criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

1973 — Lei nº 6.001: Estatuto do Índio

1979 — Formação da União das Ações Indígenas - UNI

1988 — Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (direito originário às terras que tradicionalmente ocupam e à diversidade étnica e cultural)

1989 — Convençãoo nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre os povos indígenas e tribais

2007 — Declaração da Organização das Nações Unidas - ONU, sobre os direitos dos povos indígenas

2008 — torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, me redes de ensino fundamental e médio

2010 — Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI

2012 — Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI (proteção, a recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas)

2016 — Decreto nº 8.59: Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI

2017 — Tese Jurídica “Marco Temporal”, da qual, defende que povos indígenas só podem reivindicar terras que já eram ocupadas por eles antes da data de promulgação da Constituição de 1988

2.1.3. ARQUITETURA INDÍGENA DO BRASIL

A arquitetura indígena é essencialmente vernacular, tipologia de técnicas tradicionais, passadas por descendentes, com utilização de materiais naturais locais, influenciada por condições geográficas, climáticas e culturais. Diferencialmente da arquitetura primitiva, que possui objetivo de fornecer condições mínimas de resguardo, a arquitetura vernacular possui uma intenção estética e/ou funcional, mantendo tradições e culturas de seus antepassados (MELO; RIBEIRO, 2019).

> A conexão entre as condições naturais e impostas, desde o clima, a abundância de alimentos e de água, até às invasões de outras tribos e dos colonizadores portugueses, faz parte do planejamento da fixação em determinada região (MELO; RIBEIRO, 2019, p. 17).

Com variedade nas construções habitacionais por diferentes etnias, assim como, em suas disposições, na implantação de suas aldeias (também conhecidas como tabas) é notável suas organizações sociais e suas hierarquias, a partir de sua localização, forma e tamanho.

> Alguns escolhem para morar as margens dos rios, outros, o interior da floresta e outros mais, as montanhas. Alguns deles vivem em grandes malocas comunitárias, outros habitam aldeias ovais compostas por várias casas ou pequenas malocas, ou ainda, casas separadas e dispersas ao longo dos rios e das florestas. Do mesmo modo, alguns praticam preferencialmente a pesca, outros, a caça e outros ainda, a agricultura ou a coleta de frutos silvestres. (LUCIANO, 2006, p. 44).

Comumente, em algumas etnias suas construções, denominadas, maloca (casa grande) e oca (derivado do tupi), são distribuídas de forma ortogonal, estruturando uma grande praça central, onde são realizadas atividades cotidianas, festas, cerimônias e rituais sagrados.

Em suas aldeias, encontra-se de 4 a 10 ocas. As ocas, são as habitações unifamiliares, onde apenas uma família reside. As malocas, são habitações multifamiliares, onde os espaços internos, denominados ocas, são divididos pela estrutura do telhado, e em cada divisão, reside uma família. Suas dimensões, refletem o número de grupos familiares (ARQUITETURA INDÍGENA NO BRASIL, 2011).

De acordo com o último Censo do IBGE, 2010, Somente 12,6% dos domicílios eram do tipo “oca ou maloca”, enquanto que, no restante, predominava o tipo “casa”.

Figura 10: Ilustração de algumas habitações indígenas do Brasil
Fonte: Johan van Lengen (2013)

2.1.3.1 Distribuição das aldeias

As aldeias podem ser subdivididas em circulares, retangulares e lineares, conforme as habitações são organizadas, mas tendo suas particularidades de cada etnia.

Aldeias circulares

Podendo ser encontradas na Amazônia, na região dos formadores do rio Xingu e no Brasil Central. De modo geral, são habitações dispostas circularmente, a formar uma praça central, onde se encontra nela, uma única construção, destinada a encontros e reuniões, e servindo como espaço para guardar objetos cerimoniais. A mesma, não implantada no centro da praça, é levemente deslocada na direção do pôr do sol, e sua porta, direcionada ao nascer do sol (COSTA; MALHANO, 1986).

Aldeias retangulares

Seus alinhamentos, formavam uma praça central, podendo ser em formato retangular como é o caso dos Enawenê-Nawê, no Mato Grosso, quadrado ou até mesmo pentagonal, de acordo com alguns registros referente as aldeias Tupinambá, localizados na costa litorânea do país (COSTA; MALHANO, 1986).

Aldeias Lineares

Habitações paralelas a um rio, formando uma ou mais fileiras, resultando em arruamentos. Em estações chuvosas, ficam distantes, de 3 a 4 metros acima do rio. Tais características estão presentes na etnia Karajá, onde se situam paralelamente ao rio Araguaia, curso de água que banha os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Estas habitações deram-se pelo contato dos indígenas com os “civilizados”. (COSTA; MALHANO, 1986).

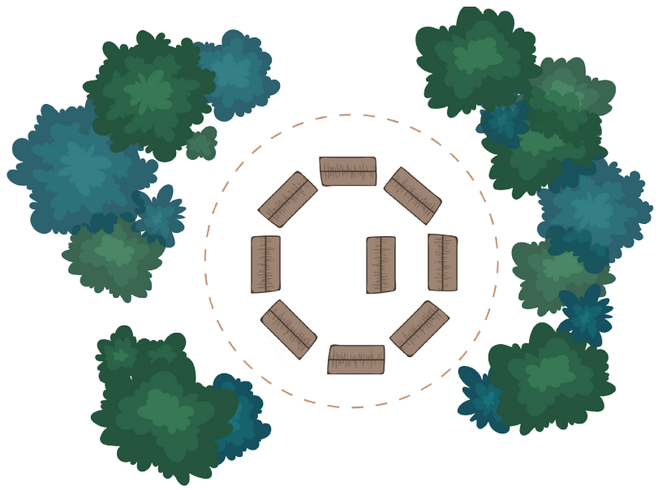


Figura 11: Ilustração de aldeia circular
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

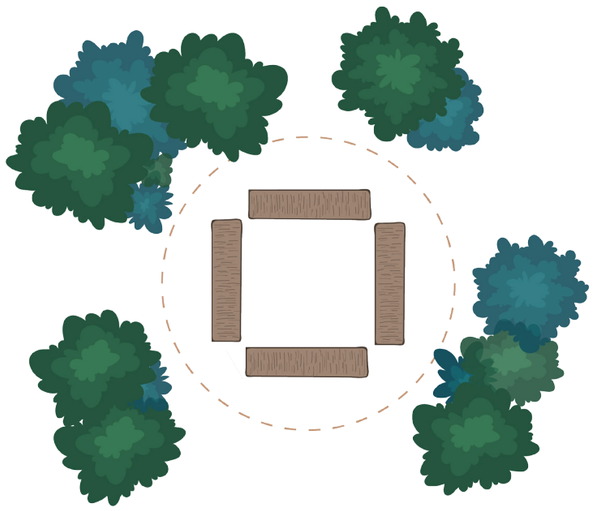


Figura 12: Ilustração de aldeia retangular
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

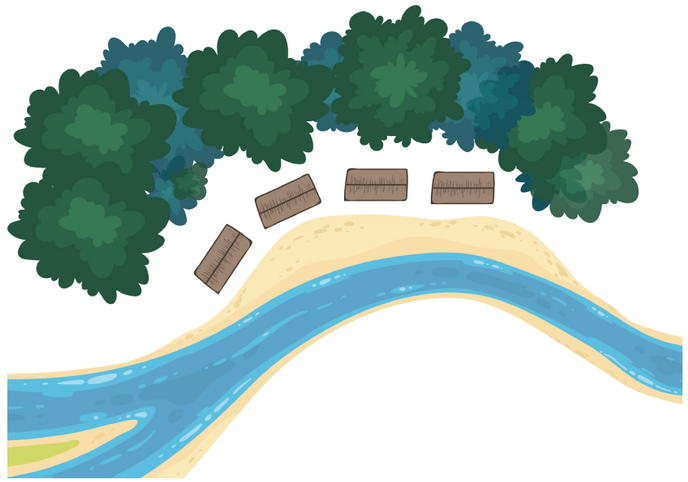


Figura 13: Ilustração de aldeia linear
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

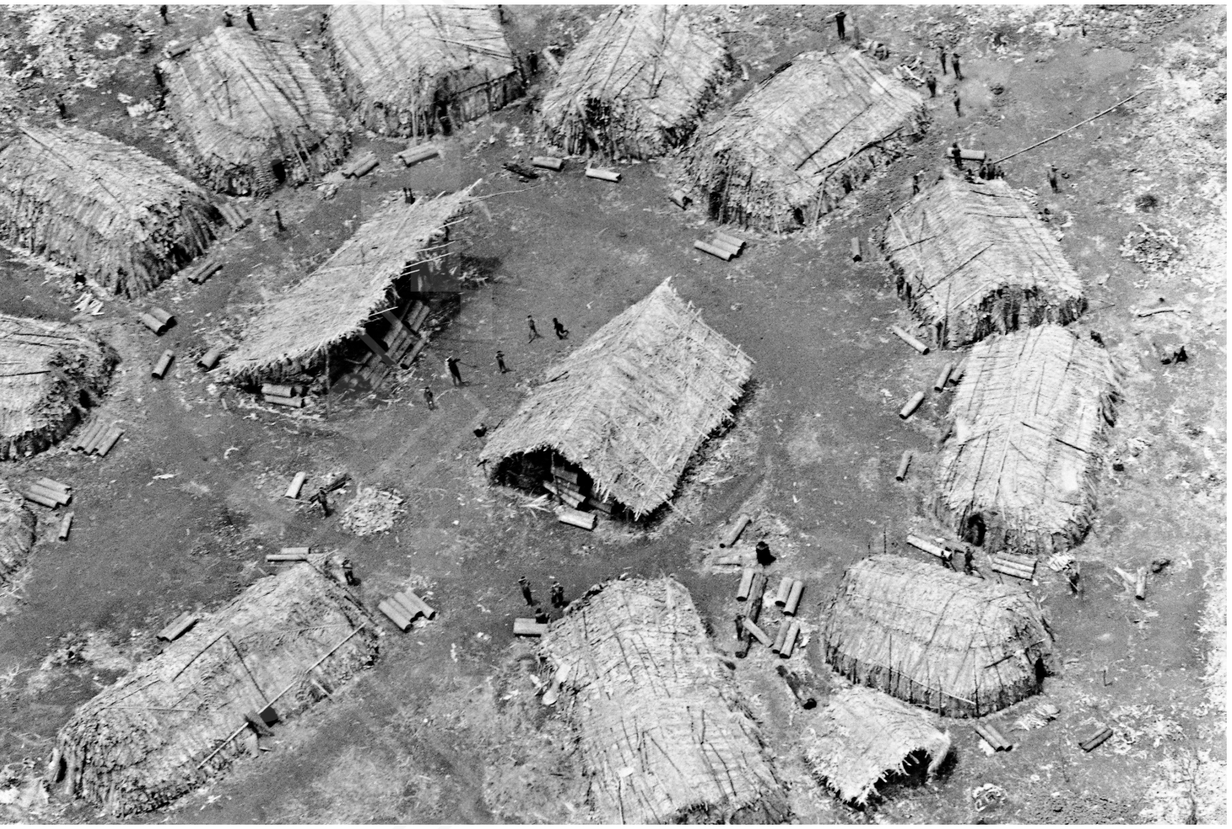


Figura 14: Aldeia circular - Indígenas do Paraná
Fonte: VILLAS-BÔAS (2022)

2.1.3.2 Formato das habitações

Suas formas tradicionais, identificadas como circulares, elípticas, retangulares e até mesmo quadradas e poligonais, possuem inúmeras variações, não delimitadas apenas por estas tipologias, assim como, utilizadas por diferentes etnias em diferentes localizações.

> A forma da casa tampouco permite a utilização de um critério classificatório abrangente. Encontramos casas de planta circular entre os Xavante e Jê, de uma maneira geral; casas de planta retangular entre os grupos Tupí, mas também entre os Karajá e vários outros. A planta elíptica ou semi-elíptica ocorre entre os alto-xinguanos, os Tiriyó (grupo Karib), entre outros; e a planta poligonal entre os Marúbo e Mayorúna (grupo Pano). COSTA; MALHANO, 1986, p. 87 - 91).

Planta baixa circular

Encontradas com cobertura cônica ou em cúpula, colocada sobre esteios verticais, às vezes, sem revestimento nas paredes. Muito construídas pelos indígenas Tiriyó, Makuxí, Wapitxân, Patamona, Arekuna; Xavante (COSTA; MALHANO, 1986).

Figura 15: Habitação Tiriyó circular com teto em forma de cone
Fonte: FRIKEL (entre 50 e 70)

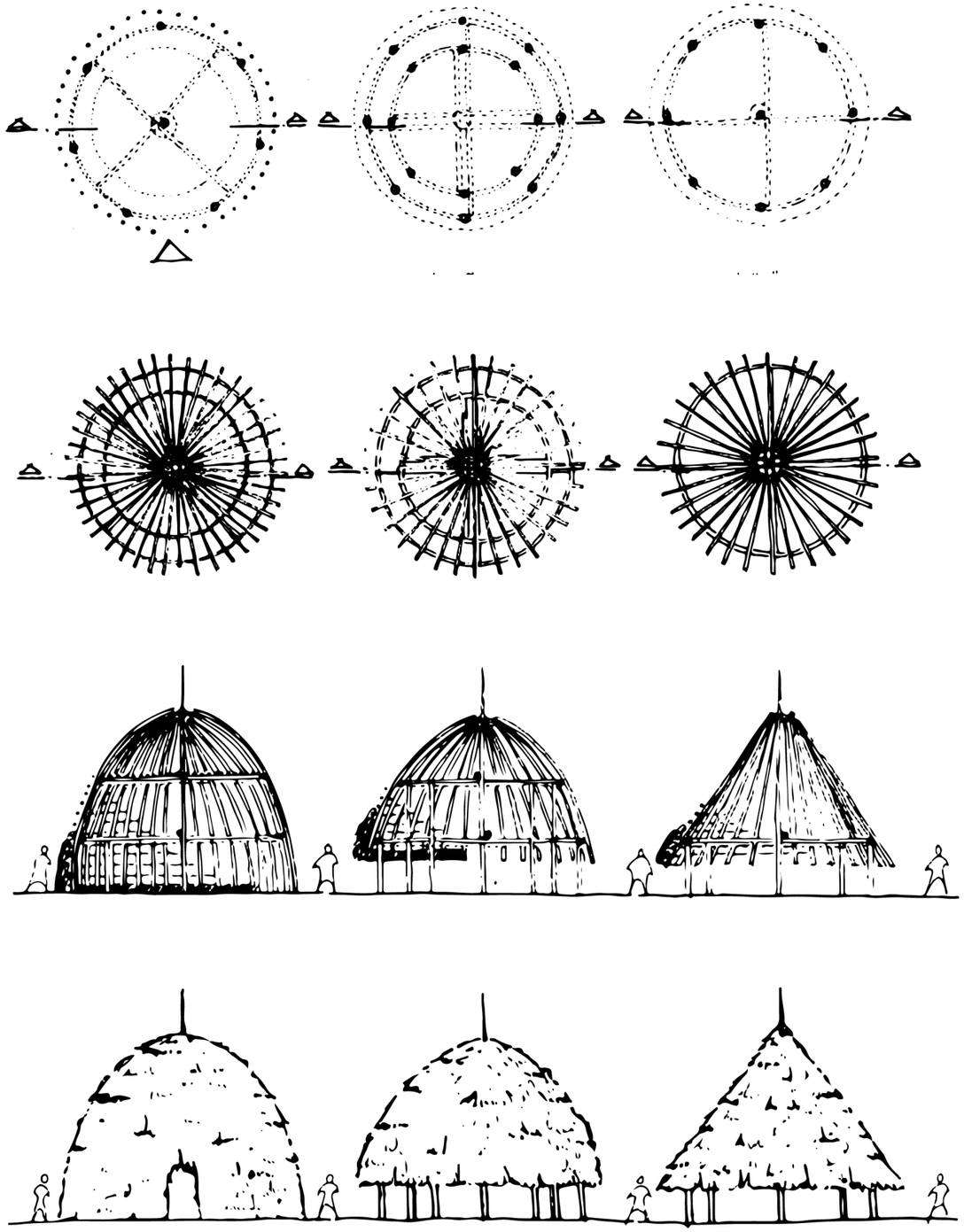


Figura 16: Habitações circulares Tiriyó - Plantas baixas e vistas
Fonte: FRIKEL (2013), alterado pela altora (2022)

Planta baixa retangular

Assim como em algumas habitações elípticas, sua cobertura e parede não possuíam distinção, podendo ser de duas águas. Sua forma era ogival na secção reta, encontrada por diversas etnias, entre elas, os Karajá, que apresentavam habitações retangulares alongadas, e atualmente, apresentam planta baixa quadrangular com cobertura de quatro águas (COSTA; MALHANO, 1986).

Figura 17: Festa em aldeia Tiriyó - habitações retangulates e circulares
Fonte: FRIKEL (entre anos 50 e 70)

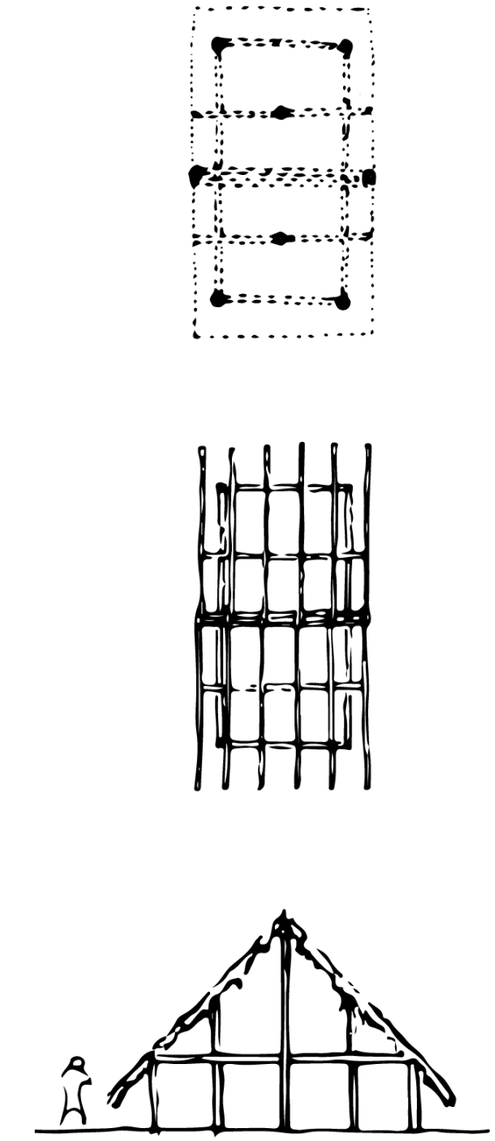


Figura 18: Habitações retangulares Tiriyó - Plantas baixas e vista
Fonte: FRIKEL (2013), alterado pela autora

Planta baixa elíptica

Encontradas com cobertura de duas águas e também, incompleta, semi-elíptica (habitadas pelos Tiriyós e Tuyúka), sendo aberta em uma das extremidades, apresentando esteios laterais obliquamente dispostos. Há também, habitações elípticas sem distinção entre parede e cobertura, revestidas com folhas do topo até tocar ao chão (presentes no alto do Xingu). (COSTA; MALHANO, 1986).

Figura 19: Aldeia Ipawu - Habitações elipticas
Fonte: RUDGE (2020)

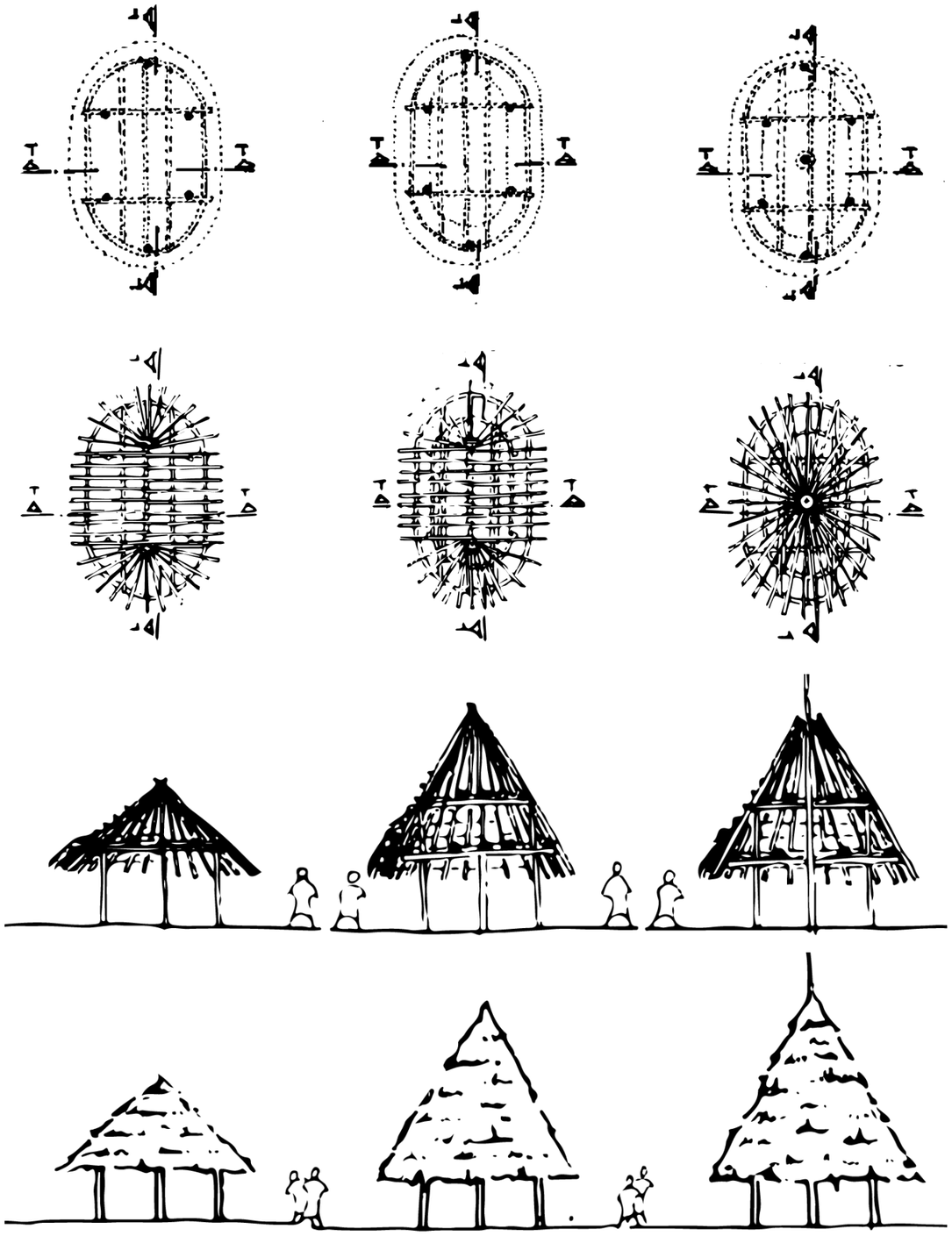


Figura 20: Habitações elípticas Tiriyó - Plantas baixas e vista
Fonte: FRIKEL (2013), alterado pela altora

2.2.1 POPULAÇÃO E OCUPAÇÕES INDÍGENAS EM SANTA CATARINA

As regiões Sudeste e Sul, possuem o menor número de indígenas, nesta ordem, sendo São Paulo, no Sudeste e o Rio Grande do Sul no Sul, os estados com maior número de indígenas em suas regiões (IBGE, 2010).

Em Santa Catarina, região Sul, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em seu último censo realizado em 2010, totalizou 16.041 indígenas, habitando no estado.

Segundo registros arqueológicos e etno-históricos, a presença de ocupações do povo Guarani, se dá por aproximadamente 2.000 anos e cerca de 5.000 anos de outras tradições, incluindo as Jê que dão origem aos Kaingang e Xokleng. Estas ocupações foram registradas nas bacias hidrográficas do noroeste e sudoeste do Estado do Paraná, oeste de Santa Catarina, Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul (SDS, 2016).

Hoje, três etnias estão presentes em diversos municípios de Santa Catarina e seus arredores, sendo Guarani, Kaingang e Xokleng, que vivem tanto nas zonas urbanas, quanto nas Terras Indígena, TIs (BRIGHENTI, 2012). Atualmente os Guaranis ocupam, em sua maioria, terras localizadas na região litorânea; os Xoklengs, vivem na Terra Indígena Laklãno, na região do Alto Vale do rio Itajaí; os Kaingangs ocupam quatro terras indígenas na região oeste do estado (BESSA, 2020).

De acordo com a FUNAI (2018), a maioria dos indígenas vive em terras demarcadas, recebem assistência médica, odontológica, educação bilíngue e apoio à agricultura familiar. Suas economias baseiam-se na produção de roças de subsistência, pomares e na criação de pequenos animais.

Mesmo com essa rede de apoio mencionada pela FUNAI, indígenas saem de suas terras e ocupam as zonas urbanas. De acordo com IBGE, 2010, os dez municípios com as maiores populações indígenas do País, situados em zonas urbanas do Estado, totalizam em 3.608 indígenas.

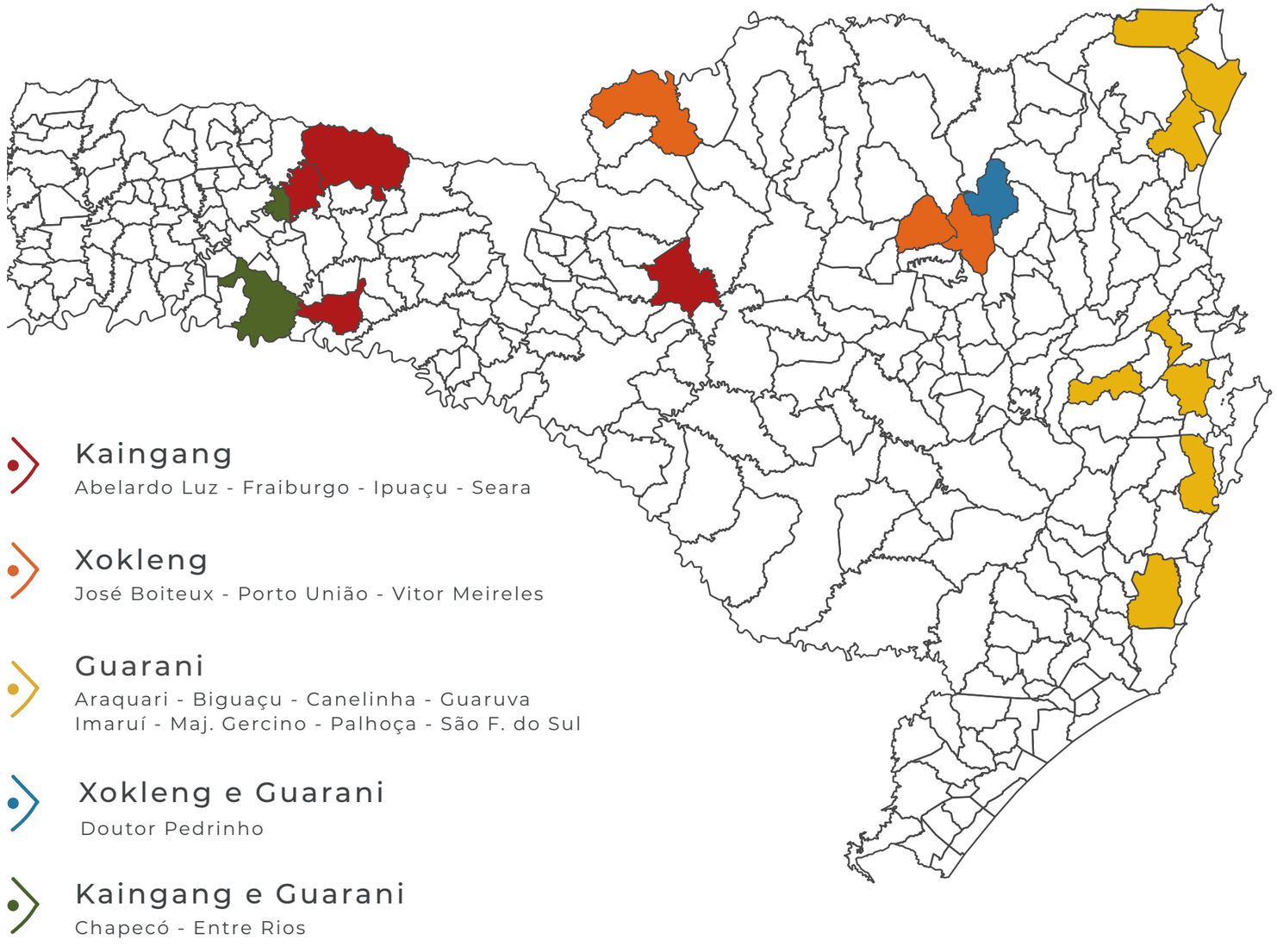


Figura 21: Mapa do Estado de Santa Catarina localizando a população indígena
Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos dados da FUNAI - Governo Federal (2022)

2.2.2 COLONIZAÇÃO E POSSES

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, grupos de bandeirantes e missões jesuíticas começaram a ocupar a região Sul e a colonizaram no final do século XIX, o que resultou na aniquilação de povos indígena e confinamentos. No início do século XX, houve a política de demarcação de terras indígenas, tendo como principal objetivo, o confinamento de populações indígenas em terras delimitadas, resultando na liberação de terras "etnicamente limpas" para colonização. Em 1902, fora reservada à Terra Indígena Xapecó, e em 1926 a Terra Indígena Ibirama (SDS, 2016).

As terras indígenas, no princípio, tinham como objetivo a "evolução" dos povos indígenas, com a necessidade de passar por um processo de humanização, civilização e branqueamento, apagando suas características e culturas. Além disso, essas demarcações contribuíram para a exploração madeireira (SDS, 2016).

Na metade do século XX, houve um intenso processo de colonização do Oeste Catarinense. A partir da segunda metade da década de 1970, tiveram início os processos de retomada de terras indígenas e de fortalecimento da autodeterminação dos povos indígenas no Brasil (SDS, 2016).

> O território, para as populações indígenas, não é compreendido como fatias resultantes de disputas políticas e econômicas, mas tem fronteiras porosas, é "local interpretado como sagrado, ligado à cosmogonia, cosmologia e à cosmografia dos povos, terras prenhes de mitos e memórias. Elas têm a função de abrigar uma coletividade, um povo" (BRIGHENTI, 2012, p. 8).

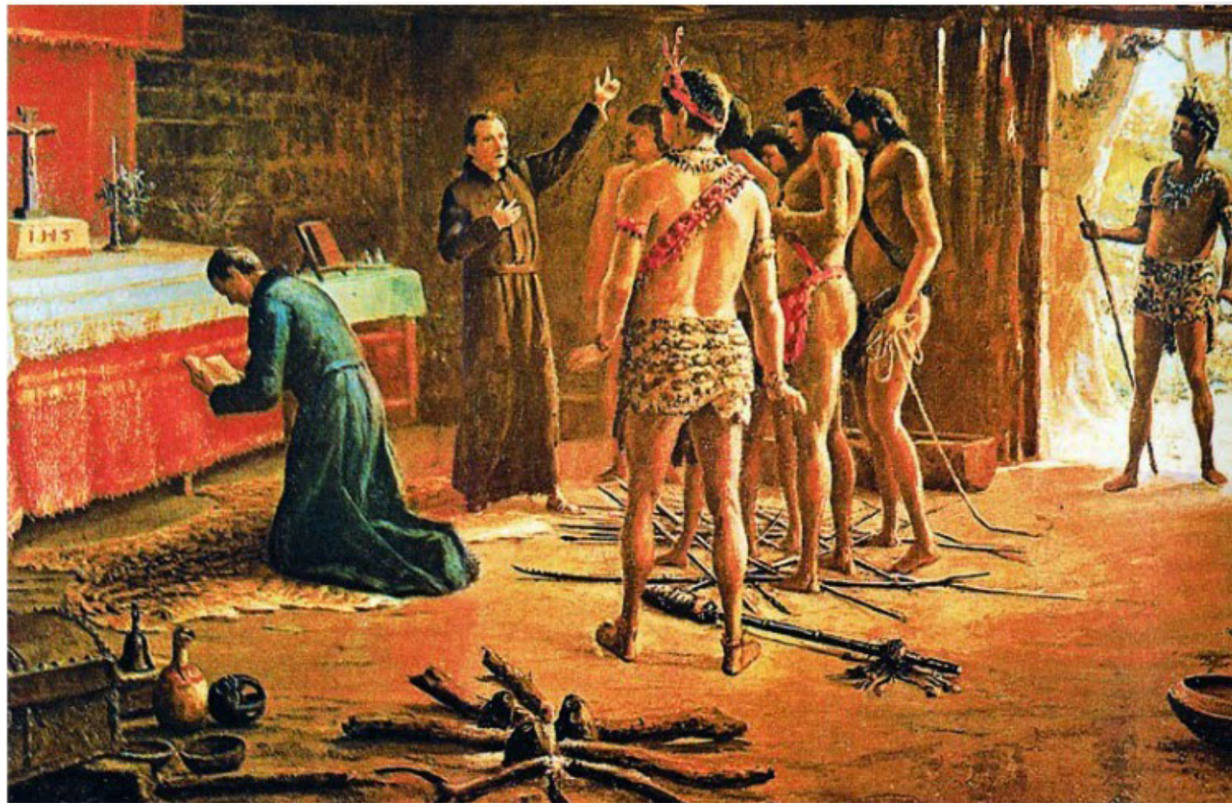


Figura 22: Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçu, retrato de um momento da catequização dos indígenas
Fonte: Tela de Benedito Calixto (1853-1927)

2.2.3. INDÍGENAS NAS ZONAS URBANAS DE SANTA CATARINA

> A presença dessa população fora das Terras Indígenas decorre de situações particulares, porém, registram-se contextos comuns, como falta de terra para sobrevivência, esgotamento de recursos naturais, necessidade de acessos a centro de ensino, necessidade de trabalhos assalariados não existentes nas TIs, dentro outros (BRIGHENTI, 2012, p. 2)

Entre os principais motivos da vinda às zonas urbanas, está a procura dos grandes centros para comercialização de seus artesanatos, em busca do complemento da renda familiar.

> Além de ser umas das formas de sustentabilidade para as comunidades, o artesanato expressa preceitos culturais, contando a história de seus antepassados, divindades e da sua cosmologia. O artesanato é cultura materializada, patrimônio reconhecido e protegido pela Constituição Federal (FUNAI, 2018)

Assim como qualquer cidadão brasileiro, os indígenas possuem o direito a viver, conviver e transitar em espaços urbanos, proveniente da Constituição Federal fundamentado pelo direito à liberdade de locomoção, pelo princípio da autodeterminação indígena e pelo direito à cidade.

> A partir da Constituição de 1988, o compromisso institucional de atender as comunidades indígenas por meio de políticas públicas, passa a ser compartilhado entre os três entes federativos (a União, os Estados e os Municípios) (FUNAI, 2018).

“Não foi a aldeia que chegou na cidade, foi a cidade que chegou na aldeia” (MAWÉ, 2022).

Figura 23: Professora e indígena, Ingrid Sateré Mawé
Fonte: Sheyden des’art (2022)

2.2 INDÍGENAS EM FLORIANÓPOLIS

De acordo com IBGE, em seu censo demográfico de 2010, a população indígena residente em Florianópolis, totaliza em 1.028 indígenas, mas a cidade não é provida terras Indígenas demarcadas.

No mapa indicativo disponível no site da FUNAI, suas terras mais próximas estão localizadas nos municípios pertencentes a Grande Florianópolis, Palhoça: Terra Indígena Cambirela; Terra Indígena Morro dos Cavalos; Terra Indígena Maciambu, e pertencente a Biguaçu, Terra Indígena Mbiguaçu, todas as terras habitadas por indígenas Guaranis.

Florianópolis sempre foi território de circulação indígena. O Povo Guarani que habita a região e as aldeias do entorno há muitos anos vendem artesanato no centro da cidade. O Povo Kaingang, que se desloca de aldeias localizadas no RS, oeste de SC e sudoeste do PR, assim como o Povo Xokleng da região do Vale do Itajaí/SC, também circulam pela região há muitos anos (FUNAI, 2018).

Figura 24: Mulher indígena comercializando peças de artesanato no Centro de Florianópolis
Fonte: Marco Santiago/ND (2017)

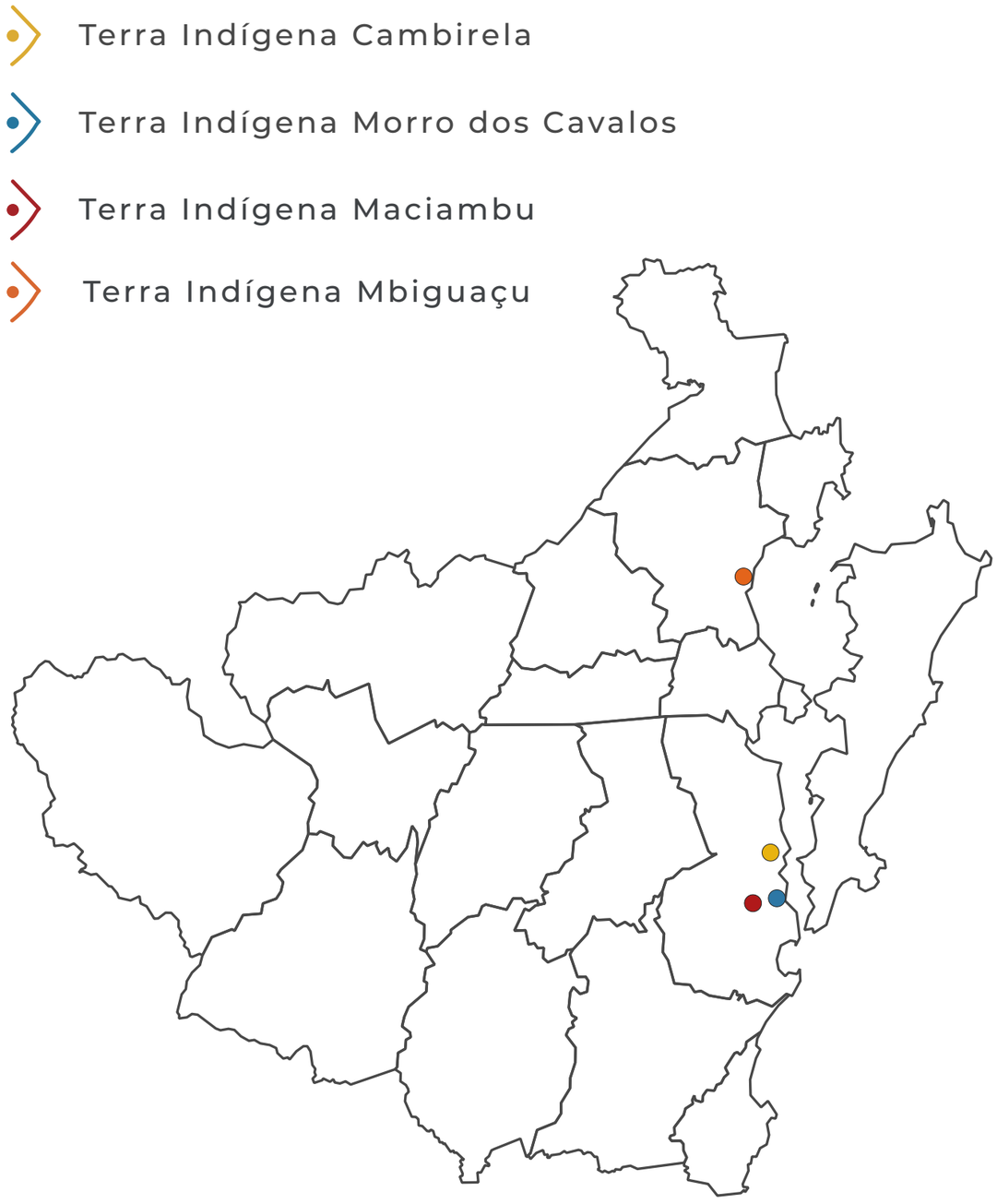


Figura 25: Mapa da localidade de terras indígenas na Grande Florianópolis
Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nas informações do ISA

2.3.1 COLONIZAÇÃO E POSSES

> Navegando na internet para conhecer um pouco da história de Florianópolis, o leitor se aproxima de uma série de ideias ambíguas sobre quem eram os primeiros povoadores da ilha de Santa Catarina: Os —tupi-guarani, os —Sambaquis ou —Homens de Sambaqui (associados ou não ao tronco tupi-guarani) e os Carijó aparecem citados como caçadores-coletores que habitavam a ilha há centenas de anos (GARCIA, 2015, p. 100).

Ao tentarmos nos aprofundar em pesquisas relacionadas à história anterior à vinda dos bandeirantes em Florianópolis, percebemos a ausência de informações, e quando encontradas, em sites oficiais da cidade, o espaço reservado para contar essa importante parte da história, é extremamente reduzido.

> Na história do antigo povoado de Nossa Senhora do Desterro (denominação da cidade de Florianópolis antes de ser elevada à condição de cidade) os povos indígenas denominados carijós, de raízes guaranis, e “índole pacífica e pele clara” (CABRAL, 1971, p. 17), aparecem apenas como os primeiros habitantes da Ilha – antes do século XVI - e depois da primeira onda migratória em 1748, o discurso da cidade segue com a narrativa da predominância da cultura açoriana.(PARODE; CASTELLS, 2017, p. 2.)

A migração de 1748, se dá por açorianos, vindos de Portugal à Ilha de Santa Catarina, data muito bem lembrada e comemorada pela cidade de Florianópolis. A Arquitetura açoriana é presente na ilha e, assim como o artesanato envolvendo a renda de Bilro, são atrações turísticas da cidade. Essa cultura açoriana, ficou marcada como parte da história de Florianópolis, tão presente hoje, de forma que sobrepõe a história antecedente a esta (PARODE; CASTELLS; 2017).

> A cultura recriada passou então a ser assumida como popular, conseguindo transformar Florianópolis e outras cidades do litoral do estado, em uma grande vitrine da cultura açoriana, mercantilizando-a principalmente no quadro do turismo, o chamado marketing turístico. Na busca por um discurso uniforme, os autóctones da ilha passaram a ser os colonos imigrantes, suprimindo os indígenas, e toda a miscigenação entre recém-chegados dos Açores, indígenas e negros. (PARODE; CASTELLS, 2017)

Figura 26: Arquitetura Açoriana - Ribeirão da Ilha - Florianópolis
Fonte: Pinterest (2022)

Figura 27: Produção da renda de bilro
Fonte: Mauro Vaz (2015)

De acordo a Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Florianópolis, os primeiros habitantes da ilha foram os índios tupis-guaranis, chamados de carijós pelos europeus, praticavam a agricultura (como a plantação de milho e mandioca), pesca e coleta de moluscos como atividades para sua subsistência.

Essas populações se assentaram em áreas planas e próximas de fontes de água potável. Os indícios de sua presença encontram-se nos sambaquis e sítios arqueológicos cujos registros mais antigos datam de 4.800 A.C. (SETUR, sd). “Meiembipe, ou “lugar acima do rio”, e Yurerê-Mirim, ou “bem pequena”, eram denominações que os carijós usavam para denominar a sua terra” (GONÇALVES, 2001, p. 2).

Os sítios Guarani, situados de Norte ao Sul da ilha, representam os vestígios deixados em áreas ocupadas por grandes aldeias, formadas por diferentes atividades.

A cerâmica vinculada à tradição tupiguarani é o vestígio mais comum, sendo geralmente pintada com temática geométrica e/ou apresentando decoração plástica, como o corrugado e o escovado. É frequente também a ocorrência de material lítico, estruturas de combustão, vestígios faunísticos, manchas escuras no solo que podem vir a corresponder às unidades de habitação e sepultamentos humanos (FLORIPA ARQUEOLÓGICA, 2018).

As cerâmicas pertencentes a tradição itararé, encontradas em sítios arqueológicos ou em sambaquis, passou a ser utilizada pelas populações pré-coloniais do litoral, datando cerca de 1.300 anos atrás (FLORIPA ARQUEOLÓGICA, 2018).

É importante dizer que não existe nenhuma informação sobre a existência de um povo “Itararé”. Esse rótulo foi criado por arqueólogos para identificar um tipo específico de cerâmica. Essa tradição cerâmica Itararé costuma ser associada aos povos Laklãnõ-Xokleng e Kaingáng, falantes de línguas Jê e que vivem no interior de Santa Catarina (FLORIPA ARQUEOLÓGICA, 2018).

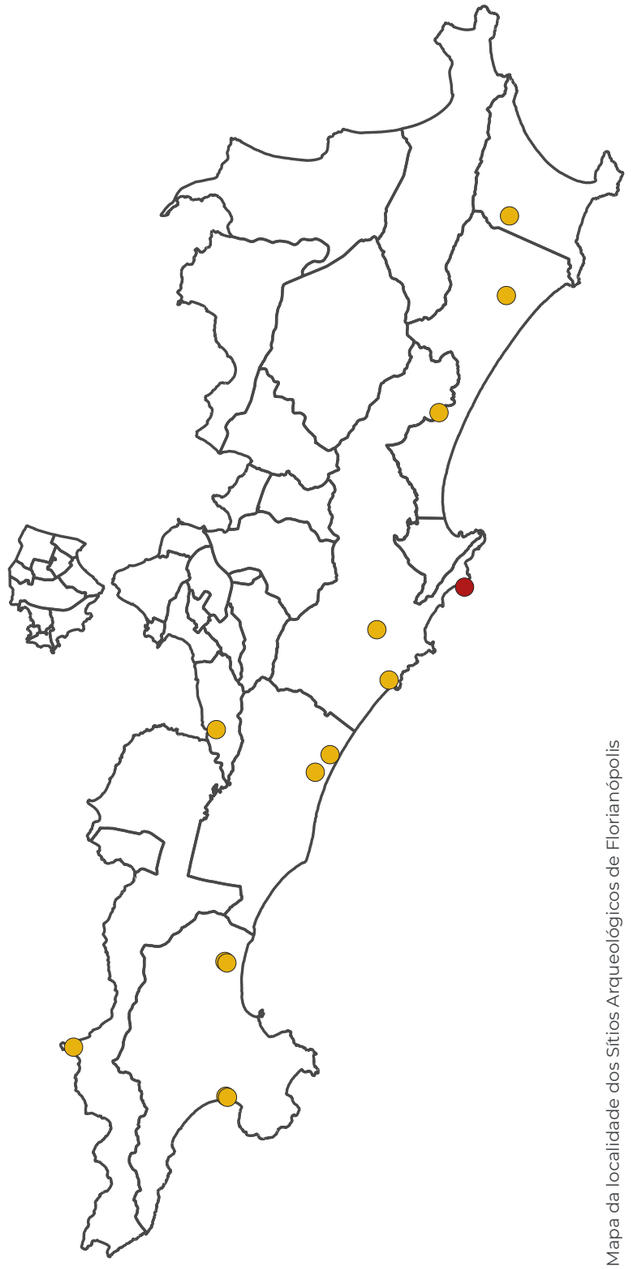


Figura 28: Mapa da localidade dos Sitios Arqueológicos de Florianópolis
Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nas informações do Floripa Arqueológica

2.3.2 Ausência de moradia

Anteriormente, indígenas que chegavam a Florianópolis, se abrigavam cem barracas debaixo do elevado Dias Velho, no centro, entrada da ilha de Florianópolis. No início de 2017, foram realocados para o mezanino desocupado do Terminal Rodoviário Rita Maria, única rodoviária da Capital.

“As famílias estavam sofrendo um assédio constante de várias pessoas, principalmente usuárias de drogas. Então elas efetivamente corriam risco de vida, risco de integridade física.” Fala do Procurador da República Eduardo Barragan, em entrevista a Redação NSC, em 2017.

Ainda em janeiro de 2017, após ficarem temporariamente na Rodoviária, são realocados novamente, cerca de 70 famílias Kaingang, por determinação da Justiça Federal, para o Terminal de Integração do Saco dos Limões, local sem condições próprias para moradia, onde passariam a ficar temporariamente até a decisão de uma habitação definitiva, algo que ainda continua indefinido no ano de 2022.

Visto o tratamento que estes indígenas receberam e recebem, é preocupante a despreocupação com vidas humanas, correlacionado a quem possui o “poder” de fazer mudanças nestes cenários de descasos.

Figura 29: Indígenas abrigados embaixo do viaduto Dias Velho
Fonte: Eduardo Valente (2015) alterado pela autora

Figura 30: Indígenas abrigados embaixo do viaduto Dias Velho
Fonte: G1 SC (2017) alterado pela autora

2.3 INDÍGENAS KAINGANG

Indígenas Kaingang pertencem à família Jê, representando mais de 40%, estão entre os mais numerosos do Brasil, vivendo em mais de 30 terras indígenas, localizam nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sua população totaliza 37.470 indígenas, de acordo com o Censo IBGE 2010. Sua língua, pertencente à família jê do tronco macro-jê, possui atualmente cinco dialetos (PIB, s.d).

O mapa a seguir, de acordo com informações retiradas do Instituto Socioambiental, localiza algumas das terras indígenas Kaingang nos Estados mencionados acima.

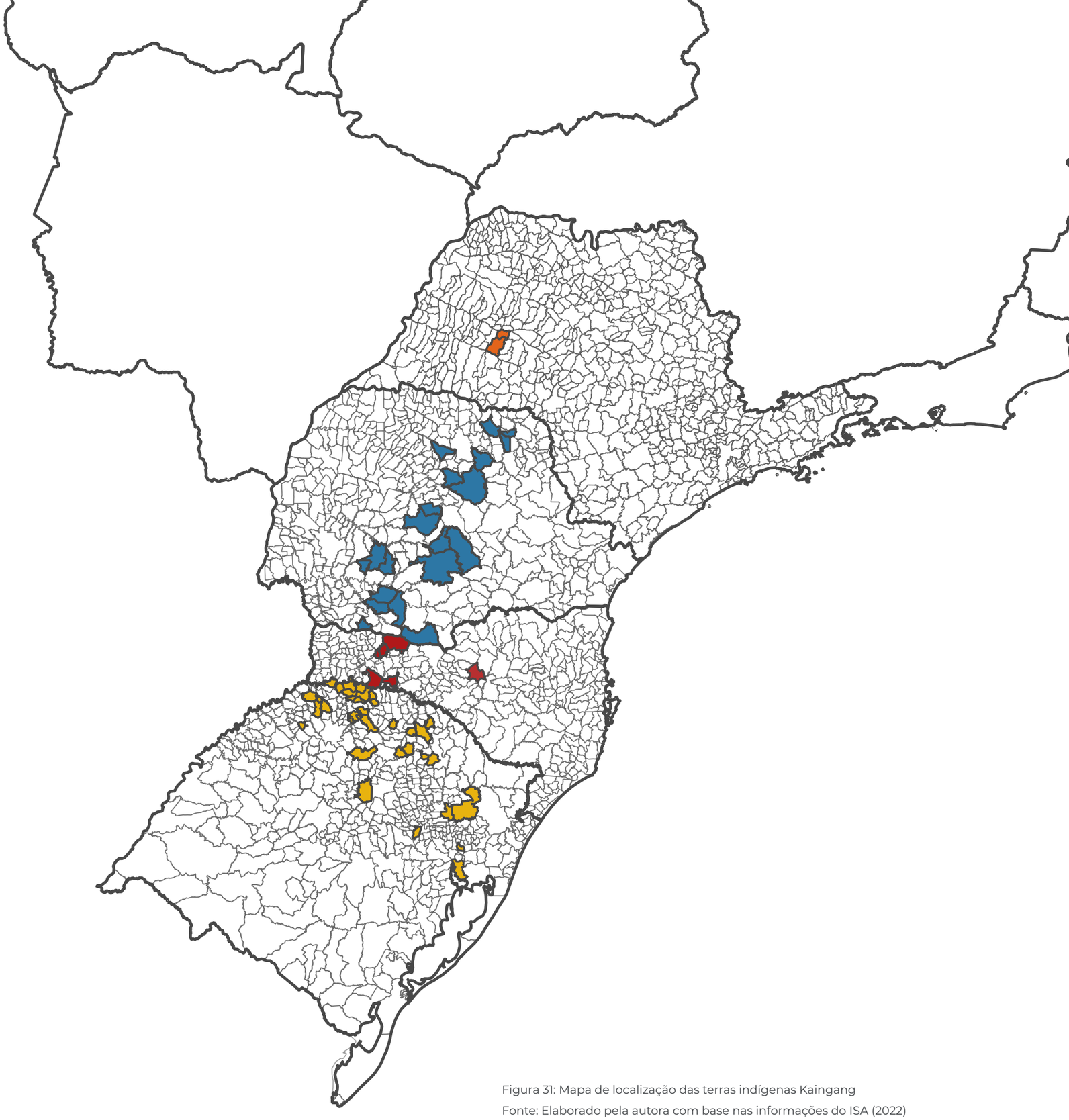


Figura 31: Mapa de localização das terras indígenas Kaingang
Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do ISA (2022)

Figura 32: Marca aberta - Kamé - Ilustração feita por povos Kaingang abrigados no TISAC
Fonte: Acervo pessoal (2022)

Seus antecedentes, Guayanás, viviam na costa Atlântica entre Angra dos Reis e Cananéia. No século XVI Kaingang e colonizadores europeus tiveram o primeiro contato, através do litoral atlântico. O contato dos Kaingang com a sociedade envolvente teve início no final do século XVIII. Sua denominação Kaingang foi incorporada no final do século XIX (PIB, s.d).

Kaingang são caracterizados como sociedades sociocêntricas que reconhecem princípios sociocosmológicos dualistas, apresentando um sistema de metades denominados Kamé e Kairu. (PIB, s.d).

> Neste mito os heróis culturais Kamé e Kairu produzem não apenas as divisões entre os homens, mas também a divisão entre os seres da natureza. Desta forma, segundo a tradição kaingang, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, e assim por diante (PIB, s.d).

Suas artes consistiam em fabricação de armas de guerra e de caça, tecidos de fibras de urtiga brava, talas de caraguatá, cestos de taquara, enfeites, adornos , utensílios de cerâmica e porongos (cabaças). Hoje, os trançados e grafismos estão presentes nos artesanatos produzidos para venda nos centros urbanos.

> “Os trançados revelam formas e grafismos relacionados à cosmologia dualista dos Kaingang, evidenciando a organização simbólica dos mundos social, natural e sobrenatural em metades kamé e kairu” (PIB s.d).

Figura 33: Artesanatos produzidos por povos Kaingang
Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 34: Marca comprida - Kainrú Ilustração feita por povos Kaingang abrigados no TISAC
Fonte: Acervo pessoal (2022)

2.4.1 HABITAÇÕES KAINGANG

Sem saber ao certo, quais são as habitações Kaingang mais antigas, as descrições de duas principais tipologias, são registradas em antigos documentos escritos, sendo elas, habitações subterrâneas e de superfícies (ANGELIS; VEIGA, 1998). A sabedoria indígena é empregada desde a escolha do terreno, a implantação voltada para os melhores ventos, as estruturas de madeira e a própria rede de dormir (MELO; RIBEIRO, 2019).

2.4.1.1 Habitações subterrâneas

Ocupações mais antigas, referente às casas subterrâneas, no decorrer de pesquisas levantadas na década de 60, foram datadas por volta do ano 440 d.C e as mais recentes datadas, por volta do ano 1.110, presentes no município de Caxias do Sul. Alguns arqueólogos conjecturam que as casas construídas eram destinadas apenas para centros cerimoniais, e outros pressupõem que, além disso eram destinadas a habitações (ANGELIS; VEIGA, 1998).

As existentes casas subterrâneas, são encontradas nos estados de São paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e sobretudo em Santa Catarina, são caracterizadas por serem circulares e escavadas na terra, em rocha basáltica, ou basalto composto, ou em rocha mole de arenito, com dimensões variáveis. Suas estruturas têm tamanho médio entre 2 e 13 metros de diâmetro, profundidade média de 2,5 a 5 metros de altura (ANGELIS; VEIGA, 1998).

> Segundo a descrição de vários pesquisadores, com base nas casas melhor conservadas, sobre a cova circular que delimitava a casa, erguia-se uma cobertura de folhas sustentada em uma armação de madeira, em parte fixada na base da casa, e em parte fixada nas bordas laterais da cova, inclusive com o auxílio de pedras. Em algumas casas os arqueólogos mencionam ter encontrado um revestimento de piso e, em outras, revestimento em pedra nas paredes ou parte delas (ANGELIS; VEIGA, 1998, p. 219).

Com relação às suas disposições no ambiente, estas casas são encontradas isoladas, em pares ou formadas por mais de cinco casas, com espaçamentos entre elas de 1 a 10 metros, em média em formato circular (ANGELIS; VEIGA, 1998).

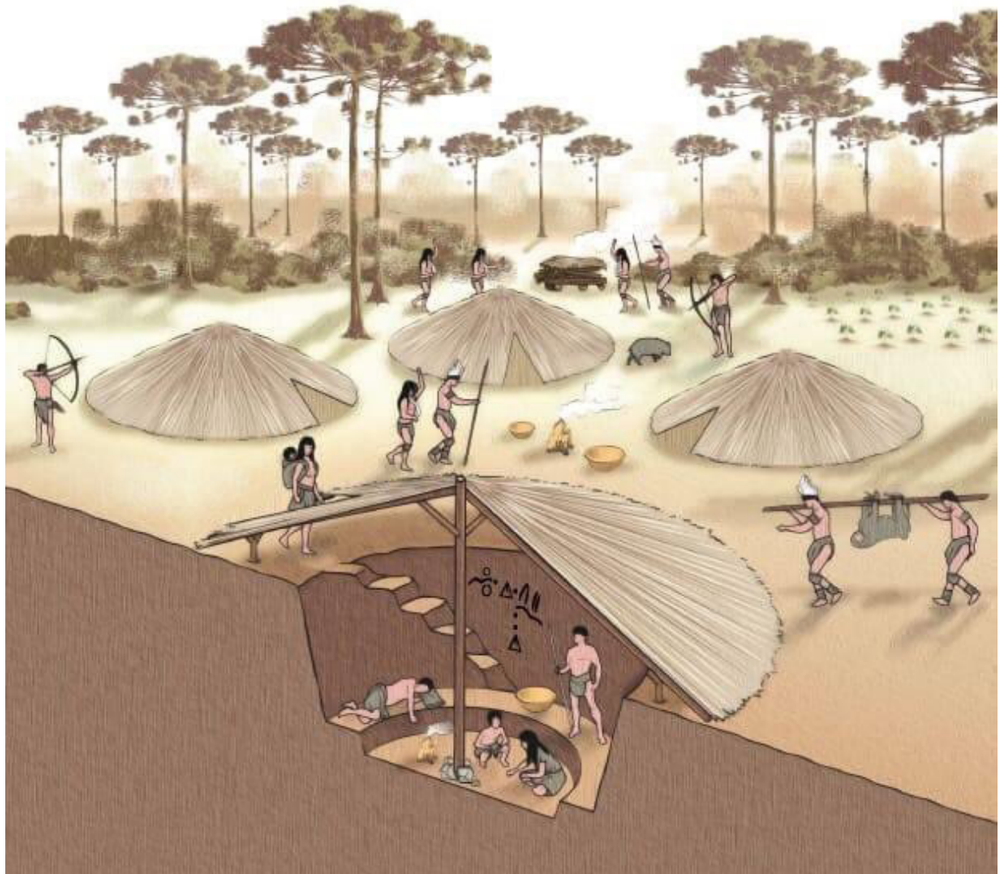


Figura 35: Habitações subterrâneas Kaingang
Fonte: VERONEZI (2022)

2.4.1.2. Habitações de superfície

Estas habitações de superfície são descritas pelos brancos, na tomada de seus territórios, com uma das primeiras informações datadas no ano 1867, indicando que as mesmas eram cobertas de folhas de palmeiras que vinham desde a cumeeira até o solo, com forma ogival pontiagudas. As extremidades eram de paredes retas, em cada lado havia aberturas para circulação, cobertas de folha de palmeira, sem aberturas de janelas (ANGELIS; VEIGA, 1998).

As habitações são retangulares no plano, em tamanhos diferentes, com largura de aproximadamente 4,5 metros e altura semelhante. Quando encontrado local de boa caça e provido de mel, constroem grandes casas de 25 a 30 metros, por 6 a 8 metros, sem divisórias internas (ANGELIS; VEIGA, 1998).

Em seu interior, inclinações dos dois lados em direção ao centro, para acomodação das camas, descritas como imensos pedaços de de cascas grossas ou folhas secas de palmeiras, direcionadas ao centro, entre elas uma abertura de quase 80cm para o fogo, destinado ao preparo das comidas (ANGELIS; VEIGA, 1998).

Sem ilustrações da época, a figura 36, fotografia das habitações indígenas na aldeia Enacenê-Nacê, localizada em Mato Grosso, representa as descrições sobre as habitações de superfície Kaingang.

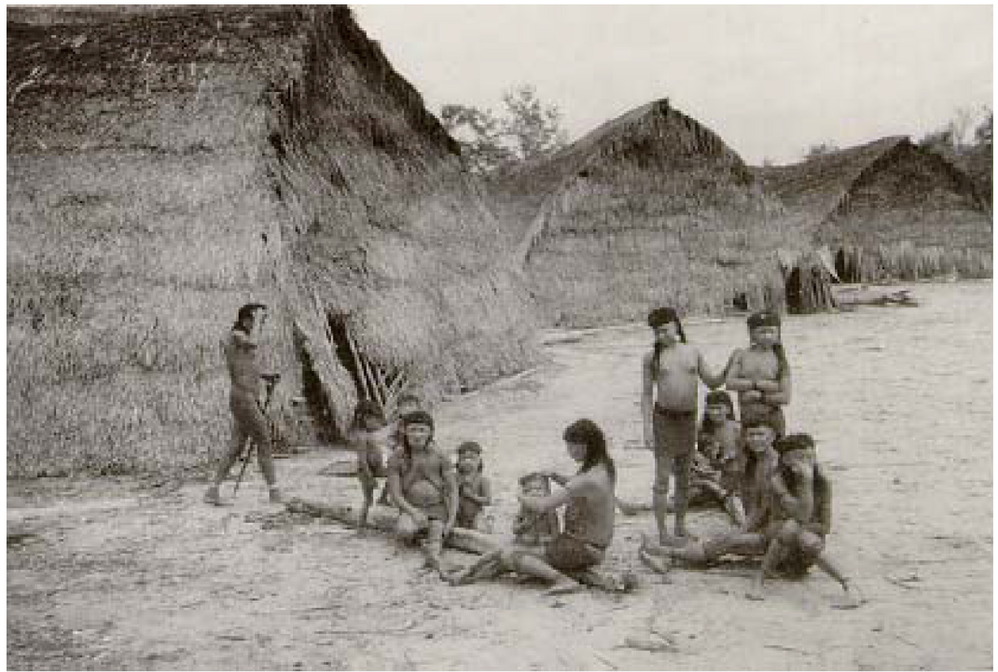


Figura 36: aldeia Enacenê-Nacê
Fonte: Egon Heck (2022)

2.4.1.3 Habitações atuais

Em áreas indígenas atuais, dependendo de suas condições econômicas, famílias indígenas vivem em casas de alvenaria, madeiras ou de pau-a-pique, cobertas de folhas de coqueiro ou sapé. Não sendo muito comum, mas também são encontradas algumas casas com paredes feitas de trançado de taquaruçu. Independente dos materiais para estruturação, tendem a construí-las com formato do telhado em modelo duas águas (ANGELIS; VEIGA, 1998).

> Podem-se encontrar, em comunidades Kaingang atuais, casas de alvenaria com cobertura de telhas de cimento amianto (como “brasilit” ou “eternit”), casas de madeira com o mesmo tipo de cobertura, ou cobertas de zinco, ou cobertas com telhas de barro ou, ainda, cobertas de “tabuinhas”. Mas também encontram-se, em muitas áreas, casas ou ranchos de pau-apique, em geral com cobertura de folhas vegetais. É claro, dada a situação de penúria de muitas famílias, encontram-se também nas áreas indígenas (ou em acampamentos indígenas nas periferias de cidades), abrigos feitos de lona, papelão, compensados e outros materiais de aproveitamento. (ANGELIS; VEIGA, 1998, p. 2014)

A disposição das casas indígenas Kaingang em aldeias, costumam estar espalhadas, em proximidade das roças de cada família e formando núcleos. Em alguns territórios, houve a construção de “conjuntos” de casas para os indígenas, providenciadas por órgãos indígenas oficiais (SPI e FUNAI), que dispuseram destas construções em forma de arruamentos e pequenas vilas. Junto a estas construções, havia exploração madeireira pelas serrarias da própria FUNAI (ANGELIS; VEIGA, 1998).

A padronização das casas indígenas, por estes mesmo órgãos oficiais, se deu nos anos 50 e 60, onde eram construídas casas retangulares, todas pintadas de branco, formando aldeias-vila. No final dos anos 60, início dos anos 70, o padrão habitacional construído e disponibilizado, possuía aproximadamente 6x5m, feita com madeira de má qualidade, pintada de branco, cobertura de telha de barro, possuindo uma cozinha anexa. (ANGELIS; VEIGA, 1998).

Nos anos 70, a FUNAI começou a variar nas características das habitações, conforme as regiões, tendo mudanças nos tamanhos e nos materiais utilizados. A localização destas casas, se dava por enfileiramento em estradas de acessos, hoje, movimentadas rodovias. Isso começou a se modificar a partir dos anos 80, onde as localizações destas casas já eram estabelecidas ou escolhidas pela família indígena interessada. Meados dos anos 90, a FUNAI começou a fornecer captação e rede de distribuição de água encanada, assim como módulos sanitários (ANGELIS; VEIGA, 1998).

Figura 37: Habitações de pau-a-pique - aldeia Kaingang - RS
Fonte: SANTOS (2020)

Figura 38: Habitações em alvenaria - aldeia kaingang Icatú, Braúna - SP
Fonte: CDHU - Estado de São Paulo (2022)

Figura 39: Habitações em madeira - Aldeia urbana Kaingang Goj-Jur, Passo Fundo - RS
Fonte: FERREIRA (2022)

2.4 INDÍGENAS KAINGANG NO TISAC

Independentemente do período histórico - seja colônia, monarquia, república, ditadura ou democracia -, nota-se sempre a má sina dos índios: pressões sobre suas terras, desleixo com sua saúde e sua educação, desrespeito, injustiça e perseguições que sofrem, vindas de todos os quadrantes da nação (inclusive, suspeitamos, do nosso próprio íntimo derrotista) (GOMES, 2012, p. 16).

Figura 40: TISAC - Pintura indígena
Fonte: Acervo próprio (2022)

Figura 41: TISAC - Pintura indígena
Fonte: Acervo próprio (2022)

Por reportagens feitas pelo Grupo ND, portal de notícias G1 e portal NSC Total, que acompanharam o caso dos indígenas no Terminal de Integração do Saco dos Limões durante os anos, foi possível obter as informações descritas a seguir.

A polêmica e indecisão, que duram cinco anos, referente aos indígenas no TISAC, se inicia em janeiro de 2017. Após um requerimento do Ministério Público Federal, a Justiça Federal decidiu que os indígenas, que até então estavam temporariamente no Terminal Rodoviário, fossem realocados para a Casa José Boiteux, atual sede da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, localizada no centro de Florianópolis, mas no dia seguinte, a escolha de relocação foi alterada para o Terminal de Integração do Saco dos Limões, TISAC.

Com esta decisão, o Estado ficou responsável pela segurança destes indígenas, disponibilizando policiais militares no local. Além disso, o Estado, a União e a Funai, partiriam das despesas, referente ao abastecimento de água, energia elétrica e sobre itens básicos de moradia. Neste primeiro momento, foram disponibilizados 15 colchões para os 70 indígenas.

O intuito destes órgãos era de disponibilizar o TISAC para comercialização na temporada de verão, com prazo para estadia, e logo em seguida, que os indígenas voltassem para seu local de partida, mas muitos acabaram se estabilizando por um tempo prolongado. No caminhar do ano de 2017, indígenas ficam sem estrutura adequada, com falta de barracas e colchões, tendo seus chuveiros e pias vandalizados no inverno, escancarando a discriminação e o preconceito.

> Para Maria Lopes, 58, que ficou sem barraca e dorme no piso do terminal ao lado dos filhos e dos oito netos, as noites chuvosas estão sendo um obstáculo. “Para nos proteger da chuva com vento improvisamos dois compensados nas laterais. Também não temos fogão e um local apropriado para guardar os alimentos, já que tudo aqui foi destruído. Tudo está sendo feito no improviso, mas pelo menos não estamos sob um viaduto ou na rua”, disse a índia kaingang, que há 20 anos vem à capital catarinense (NDmais, 2017).

Figura 42: Famílias indígenas no TISAC
Fonte: João Barbier (2017)

Figura 43: Famílias indígenas no TISAC
Fonte: João Barbier (2017)

Em setembro de 2017, iniciou a movimentação em relação a construção da casa de passagem indígena, pela Justiça Federal, que determinou ao município de Florianópolis, Funai e a União que tomassem uma providência. Os mesmos chegaram a recorrer, conseguindo a suspensão da decisão em novembro do mesmo ano, mas após manifestações, a Justiça reconsiderou a decisão, mantendo a obrigação da tomada de providência em relação ao caso. No ano seguinte, foi assinado o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), entre Prefeitura, Ministério Público Federal e União.

Em 2018, um novo projeto inesperado, foi proposto pela Prefeitura de Florianópolis. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Antonieta de Barros, com custo de R$ 3,3 milhões e previsão de execução de seis meses, segundo a prefeitura.

Com as obras em andamento, os indígenas perderiam o abrigo temporário na temporada seguinte. A Advocacia-Geral da União e o Ministério Público Federal, pensam na possibilidade de incluir a casa indígena no projeto.

Figura 44: Faixa pedido a casa de passagem indígena
Fonte: Diorgenes Pandini/NSC (2021)

Figura 45: Protesto indígena no centro da cidade
Fonte: Douglas Márcio (2021)

No mesmo ano, 2018, a prefeitura se posicionou, propondo que a casa de passagem fosse construída no terreno pertencente à União, ao lado do Terminal, do qual, iria contra a legislação do Plano Diretor, não permitido construir por ser Área Verde de Lazer - AVL. Houve uma tentativa de troca da legislação, mas o pedido foi negado, impossibilitando a construção no terreno.

A Secretaria de Assistência Social, chegou a propor a instalação de containers provisórios, com banheiros e cozinhas, mas em reunião com o Ministério Público Federal, decidiram não dar continuidade à ideia, em razão do valor elevado, visando os gastos com a Casa de Passagem.

Sem atitudes, apesar de acordo em reunião no mês de fevereiro de 2019, Prefeitura, Funai e Ministério Público Federal, não cumprem com os reparos necessários no mesmo ano e indígenas permanecem em situação deplorável, sem estrutura adequada no terminal, com problemas nas instalações elétricas, hidráulicas e de saneamento. Banheiros entupidos, vazamento de fossa, chegaram a causar diarreias em crianças e contaminação da água potável, segundo Ministério Público Federal em Santa Catarina.

TISAC

Terreno pertencente à União

Figura 46: Localização TISAC e terreno ao lado, pertencente à União
Fonte: Flávio Tin (2018)

No início de 2020, com a pandemia por conta da COVID - 19, os indígenas deixam o Tisac, que fica desocupado o restante do ano, e a prefeitura de Florianópolis fecha local para evitar novas "invasões". No final do mesmo ano, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, suspende a decisão do uso do Tisac para alojamento dos indígenas.

Em janeiro de 2021, cerca de 20 indígenas adentraram o Terminal, com isso, surge proposta feita pela Secretaria de Assistência Social, para realocação desses indígenas, mas foi recusada pelos mesmos, que preferiam ficar no local para comercialização de seus artesanatos no centro da cidade.

Figura 47: TISAC fechado por Prefeitura de Florianópolis
Fonte: Mateus Boaventura/ Rádio CBN Diário (2020)

Figura 48: Sanitários em container disponibilizado pela prefeitura de Florianópolis
Fonte: acervo próprio (2022)

No mês de fevereiro, do mesmo ano, a Prefeitura realiza melhorias no Terminal, como a troca de portas, janelas, instalação de energia elétrica e fornecimento de água, assim como sanitários, chuveiros, pias, torneiras e caixa d' água, mas estas melhorias não foram o suficiente. No mês de junho, a Justiça Federal deu prazo de 10 (dez) dias para a Prefeitura, com aplicação de multa diária de R$ 10 mil, retornar com as melhorias (número de chuveiros e banheiros não foram adequados e não foram instalados tapumes para impedir a entrada de vento e chuva).

Neste ano, 2022, o desenrolar da história continua. A Prefeitura de Florianópolis terá de pagar uma multa de R$ 100 mil, no mês de março, por não cumprir com as melhorias necessárias no TISAC e por não entregar a casa de passagem (valor referente a multa diária de R$ 10 mil).

Sete opções de terreno para implantação da casa de passagem já foram apresentadas pela prefeitura, sendo que o terreno mais próximo do centro de Florianópolis, está localizado no bairro Monte Verde, às margens da SC 401, a quase 10km do Tisac. Na audiência de conciliação, feita em março de 2022, representantes indígenas presentes criticaram a nova opção de terreno, considerando-o inapropriado, assim como a procuradora da república, Analúcia Hartmann, que acompanha o caso. A maior preocupação é com relação à distância do centro, importante local para o comércio de seus artesanatos e com a localização perto da rodovia.

Sadraque Lopes, líder indígena Kaingang, informou em uma conversa direta com a autora, em maio de 2022, que não estão recebendo apoio da FUNAI, e ainda, que o órgão indigenista está “contra eles”. Permanecem no local, fora de temporada, pois a orientação é de que possam vir a perder o direito de retornar ao Tisac, após sua desocupação. Sandraque comenta que “as crianças estão tomando banho em água gelada”, com temperaturas mínimas chegando a 11° em Florianópolis.

Figura 49: Ocupações indígenas em barracas e espaços improvisados no TISAC
Fonte: Acervo próprio (2022)

Figura 50: Roupas estendidas em grade do TISAC
Fonte: Acervo próprio (2022)

2.5.1 COMUNIDADE DO ENTORNO

A Amosac (Associação dos Moradores do Saco dos Limões), se posiciona contra a permanência dos indígenas no Terminal. Em Março de 2019, entregam uma carta aberta ao Conselho da Cidade de Florianópolis, para exigir a retirada dos povos originários. O desejo da Amosac seria de utilizar a área do Terminal para proveito da comunidade, com a instalação da sede da associação, áreas de lazer, esporte, cultura, horta comunitária e ambiente gastronômico.

“Em nenhum local do país onde existem casas de passagem, elas são construídas entre duas avenidas de trânsito rápido, pois é perigoso. Além disso, há um choque cultural muito grande, eles tomam banhos nus na rua, não tem como eles morarem ali, sem contar os problemas com bebidas alcoólicas”, presidente da Associação de Moradores do Saco dos Limões, Sandro Maurício Silveira, em entrevista ao NDmais em 2019.

Figura 51: Moradia improvisada no TISAC
Fonte: Acervo próprio (2022)

Figura 52: Artesanato Kaingang no TISAC
Fonte: Acervo próprio (2022)

2.6. HABITAÇÕES TEMPORÁRIAS

Aos indígenas que necessitam e buscam uma habitação temporária, a infraestrutura destinada a atende-los, designa “Casa de Passagem”. De acordo com a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a Casa de Passagem está associada a um dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, subdividida na modalidade de Serviço de Acolhimento Institucional.

> Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, 2005, p. 38)

Informa no site da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, do Estado de Santa Catarina (2016), que os serviços de acolhimento, oferecidos às pessoas que procuram Casas de Passagens, “devem assegurar proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual)”. Além disso, o acolhimento é imediato e emergencial, com profissionais para receber os usuários em qualquer horário.

Alguns dos equipamentos da Política de Assistência Social são, o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, os CREAS - Centros de Referência Especializado da Assistência Social, os Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Os mesmos, devem ser procurados na necessidade de um abrigo temporário (SDS/SC, 2016). Em Florianópolis, estão disponibilizadas, dez unidades do CRAS, duas unidades do CREAS, tanto na ilha quanto no continente e uma unidade Centro POP, localizada no centro da cidade (SDS/SC, s.d).

Ao pesquisar sobre moradias de apoio para indígenas, nota-se um déficit de residências temporárias, dedicadas a atendê-los, em Santa Catarina. As casas de passagens para indígenas, que atualmente são encontradas em municípios do estado, não possuem estrutura necessária para acomodação dos usuários, e principalmente, não contemplam suas respectivas culturas (casas em alvenaria, com camas beliche solteiro, dispostas em um único cômodo).

Um dos exemplos de casa de passagem indígena em Santa Catarina, se encontra no município de Caçador, no meio-oeste do estado. A casa “CAFI” (Casa de Passagem para Famílias Indígenas), inaugurada em 2022, possui espaço de acolhimento para 15 pessoas, dispondo de uma cozinha, dois quartos com camas beliche, dois banheiros, ambiente externo cercado e câmeras de segurança, monitoradas pela Guarda Municipal.

Sua estrutura é de alvenaria, pintura em cor branco e azul, telhado de duas águas, portas e janelas em alumínio e vidro, piso cerâmico e forro em PVF, dispondo também, de varanda coberta em sua fachada principal.

O secretário de Assistência Social, Januário Atanásio dos Santos, em entrevista com NDmais (2022) informa que “A cada três meses ficará na casa uma das tribos que já frequentam o nosso município, que são as do Rio Grande do Sul e Paraná. Nesses três meses, elas poderão ficar na casa, realizar o comércio e voltar para a cidade em que residem”. Os indígenas se deslocam até o município para venda de seus artesanatos e anteriormente a inauguração da casa de passagem, se abrigavam, por exemplo, aos fundos da antiga rodoviária de Caçador (RBV NOTÍCIAS, 2022).

O modo de viver indígena, muitas vezes, diverge do modo de viver não indígena, necessitando de mais do que apenas um abrigo. Na capital do Estado, localidade do terreno a ser estudado no presente trabalho, para os indígenas que vêm à cidade há anos, não é disponibilizado um ambiente adequado de moradia temporária.

Figura 53: Entrada da casa de passagem CAFI
Fonte: Prefeitura de Caçador (2022)

Figura 54: Epaço interno CAFI - Quartos com camas beliches
Fonte: Prefeitura de Caçador (2022)

3. ESTUDO DE CASO

3.1. ALOJAMENTO KRUKUTU

> O projeto faz parte do programa de compensação do Plano Básico Ambiental - PBA por conta de uma ferrovia que atravessa as terras indígenas. As construções solicitadas se inserem nos seguintes programas do PBA: Fortalecimento das Organizações indígenas; Gestão Ambiental e Territorial; Saúde e Saneamento; Fortalecimento Cultural; Etnodesenvolvimento; e Educação Diferenciada (Grupo Fresta, 2022).

O projeto completo, envolve doze aldeias que estão distribuídas em 24.000 hectares de terra, ao sul da metrópole de São Paulo. O projeto a ser estudado, Alojamento Krukutu, está localizado especificamente na Aldeia Krukutu, de povos Guaranis, em Serra do Mar, São Paulo (Grupo Fresta, 2022).

Figura 55: Mapa do Município de SP, destacando localização das aldeias indígenas em Serra do Mar
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

Conforme descrito e apresentado no site ArchDaily (2022), o conjunto de projetos soma 55 construções, sendo 12 casas de cultura/centros comunitários, 7 cozinhas comunitárias, 5 casas de barco, 3 alojamentos, 24 módulos sanitários, 2 mirantes, 1 galpão agrícola, e 1 casa de palestra (Grupo Fresta, 2022).

O mapa abaixo, figura 00, disponibilizado pelo Grupo Fresta (2019), localiza as doze aldeias e suas respectivas Terras Indígenas demarcadas.

Figura 56: Localização de doze aldeias indígenas em Serra do Mar, SP
Fonte: Grupo Fresta (2019), alterado pela autora (2022)

O mapa abaixo, figura 00, localiza a aldeia Krukutu (local de implantação do projeto de estudo), a mesma, está entre às margens da represa Billings e ao seu redor, encontra-se uma grande massa vegetativa.

Considerada a segunda maior aldeia da Terra Indígena demarcada, Tenondé Porã, com cerca de 500 habitantes, nela encontram-se infraestruturas como, Posto de Saúde, Centro de Educação e Cultura Indígena e uma Escola Estadual Indígena (TENONDE PORÃ, 2022).

> Tanto a Krukutu, como a Tenonde Porã (aldeia da Barragem), tiveram suas pequenas áreas regularizadas em 1987, após décadas de luta, e conformaram as duas únicas opções de habitação no Território Indígena até 2013, quando nosso povo começou a reocupar o território tradicional a partir do reconhecimento de seus limites em relatório publicado pela Funai (TENONDE PORÃ, 2022).

Figura 57: Localização Aldeia Krukutu
Fonte: Imagem google Earth com uso do programa QGIS, alterado pela autora (2022)

Figura 58: Habitação Indígena - Aldeia Krukutu
Fonte: TENONDE PORÃ, 2022

Figura 59: Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) - Aldeia Krukutu
Fonte: TENONDE PORÃ, 2022

Figura 60: Maquete eletrônica do projeto alojamento Krukutu
Fonte: Grupo Fresta (2019)

3.1.1 FICHA TÉCNICA

- Localização: São Paulo - Serra do Mar - Aldeia Krukutu
- Ano de projeto: 2018 - 2020
- Ano de oficinas participativas: 2016
- Escritório: Grupo Fresta
- Equipe Arquitetura: Anita Freire, Carolina Sacconi, Luan Carone e Otávio Sasseron

3.1.2 O PROJETO

O Grupo Fresta, viu a necessidade da participação direta dos indígenas com relação ao projeto, com isso, foram feitas Oficinas Participativas, com intuito de entender e atender as necessidades dos futuros usuários, assim como, seus hábitos e costumes. “Para que uma produção do habitat seja considerada social, acreditamos ser necessário que os moradores tenham controle e poder de decisão sobre todas as etapas de produção” (Grupo Fresta, 2022).

3.1.3 ACESSOS E SETORIZAÇÃO

O início do acesso à aldeia Krukutu se dá por estrada de terra, Estrada Krucutu, cerca de 4 km, a partir da estrada da Barragem. Em frente a estrada Krucutu, na estrada da barragem, há presença de um ponto de ônibus (o transporte público passa apenas na mesma). Uma nova entrada, em sentido nordeste dá início a uma estrada de terra não nomeada, mas com placa de sinalização para aldeia, da qual, chega ao destino. Dentro da aldeia, encontram-se estradas de terra demarcadas, em sentido as edificações.

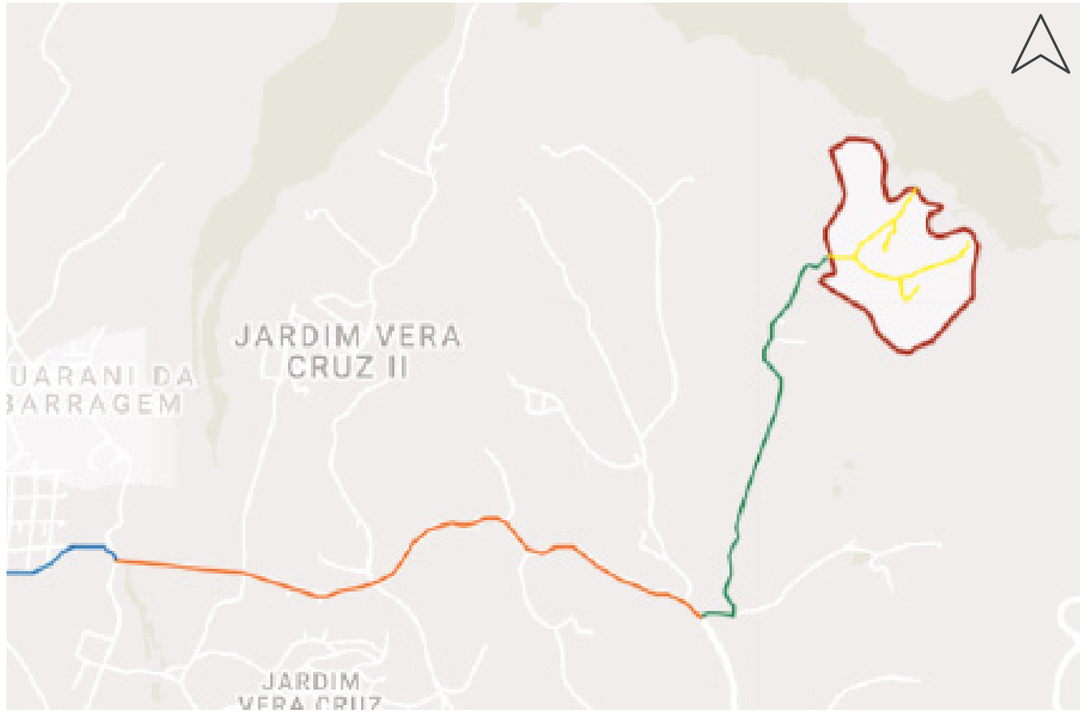


Figura 61: Acesso à aldeia Krukutu
Fonte: Imagem google Earth, alterado pela autora (2022)

Estr. para aldeia

Estr. dentro da aldeia

Estr. do Crucutu

Estr. da Barragem

Sem informações relacionadas ao local de implantação do Alojamento Krukutu, o Grupo Fresta informa que a edificação estará, aproximadamente a 4500 metros para sudeste da aldeia Krukutu, conforme mostra mapa abaixo.

Figura 62: Localização de implantação do projeto Alojamento Krukutu
Fonte: Imagem google Earth (2022) e planta baixa do projeto alojamento Krukutu (2019) - alterado pela autora (2022)

Em sua centralidade, encontra-se uma praça descoberta, envolvida pela edificação, em conexão com a varanda coberta livre, sem mobiliários.

Uma das demandas solicitadas pelos indígenas e representantes nas Oficinas Participativas, foi a separação por gênero em dois quartos, com banheiros individuais e cozinha central. Os dormitórios localizam-se nas extremidades da edificação, os sanitários individuais, para cada quarto, acompanham seu desenho, em sentido ao meio da edificação, compartilhando as divisórias da cozinha central.

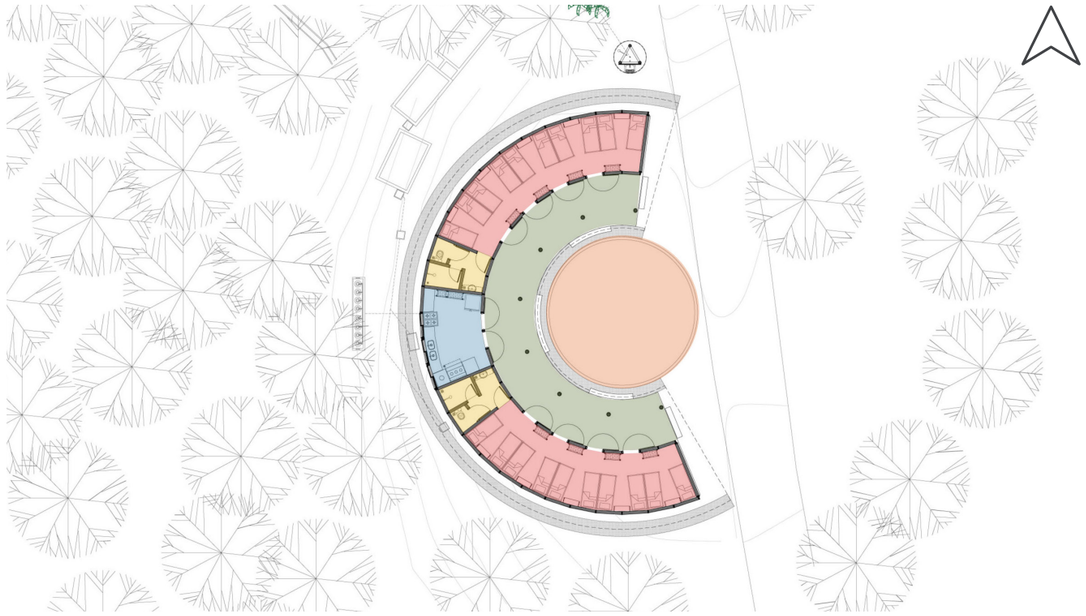


Figura 63: Planta baixa com setorização - Projeto alojamento Krukutu
Fonte: Grupo Fresta (2019), alterado pela autora (2022)

Serão citadas as dimensões de cada cômodo, assim como, alguns dos principais equipamentos, observados através dos conteúdos disponibilizados por Grupo Fresta (2022).

1 Cozinha - Coletiva - aproxim. 15.70m²

- 1 Fogão industrial 4 bocas;
- 1 Fogão a lenha com coifa e chaminé;
- 1 Geladeira duas portas;
- 1 Gabinete com bancada dispondo de 2 cubas;
- 1 Gabinete com bancada;
- 2 Estantes para armazenamento;

2 Sanitários - Coletivo (separado por gênero) - aproxim. 7.60m² (cada)

- 1 Vaso sanitário (cada);
- 1 Lavatório (cada);
- 1 Chuveiro (cada);

2 Dormitórios - Coletivo (separado por gênero) - aproxim. 40.00m² (cada)

- 10 camas beliche (cada);
- 4 Estantes/Guarda roupa (cada);

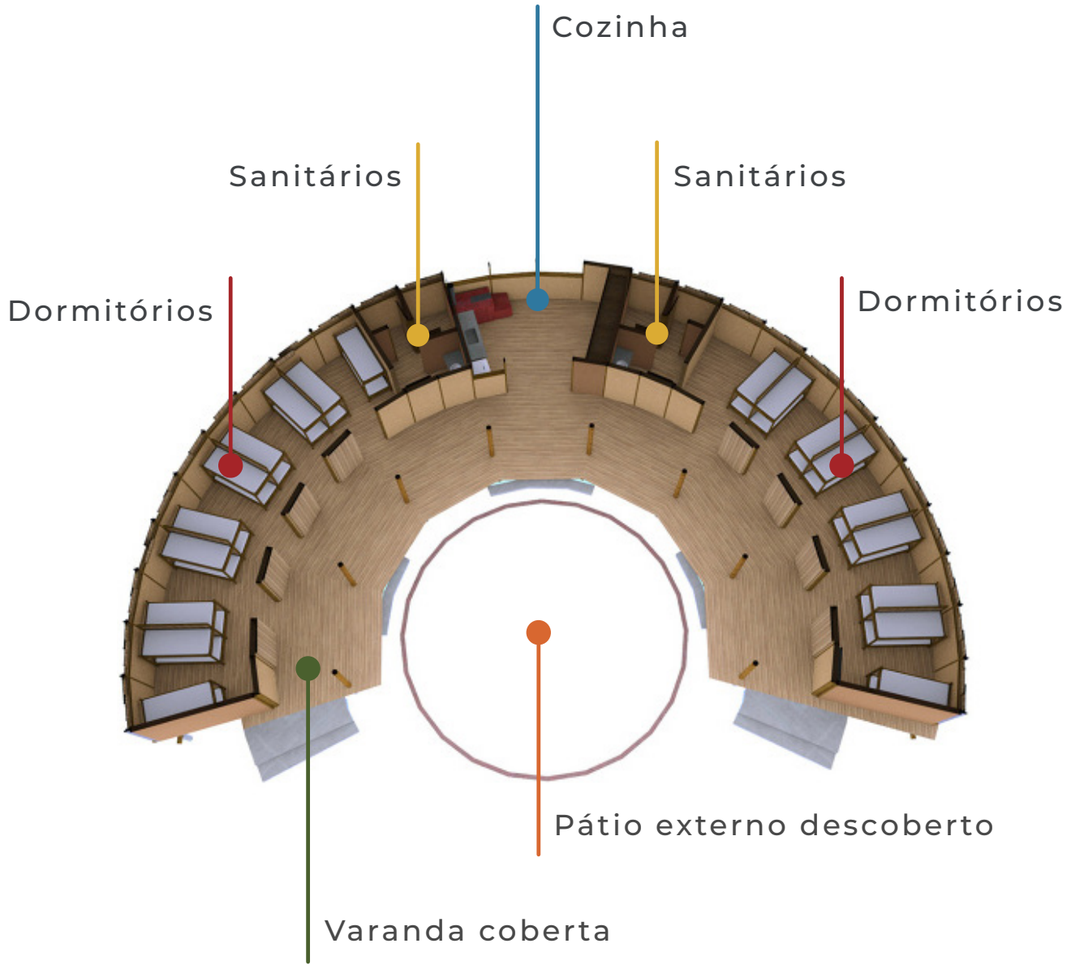


Figura 64: Maquete eletrônica - vista superior - setorização - Projeto alojamento Krukutu
Fonte: Grupo Fresta (2019), alterado pela autora (2022)

O acesso à edificação, elevada a 38 cm do solo, se dá por circulação vertical, através de escadas, as mesmas, acompanham o formato da edificação, possuindo cinco opções de acesso, distintas. As escadas chegam a uma ampla varanda descoberta, da qual possui acesso direto aos quartos e a cozinha central. O acesso aos sanitários é feito diretamente pelos dormitórios.

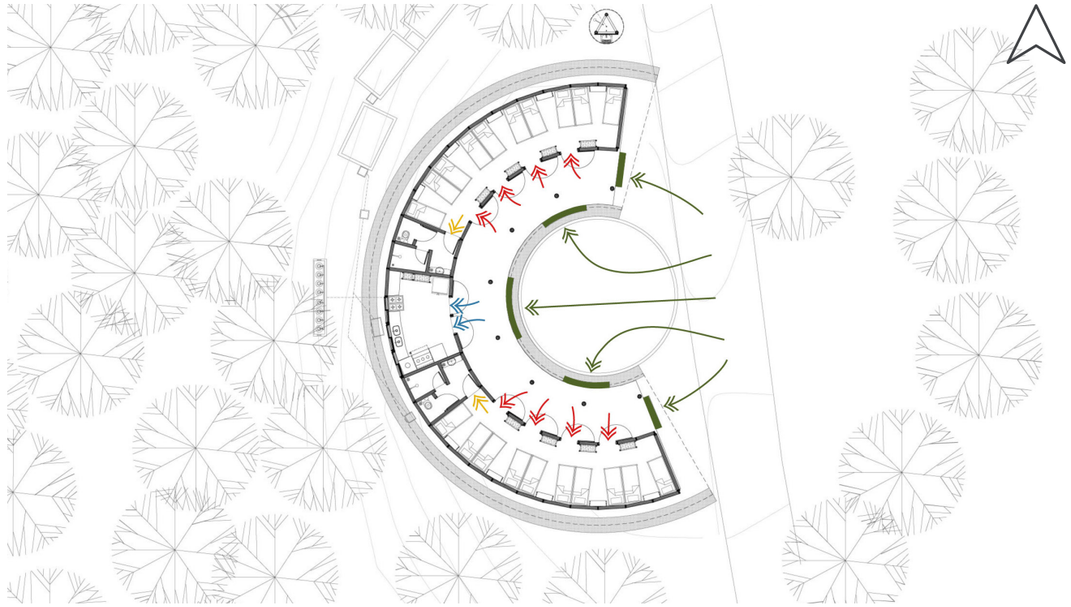


Figura 65: Planta baixa com indicação de acessos - Projeto alojamento Krukutu
Fonte: Grupo Fresta (2019), alterado pela autora (2022)

3.1.4 VOLUMETRIA E MATERIAIS

A edificação se dispõe em forma de “ferradura”, conformando com sua borda avarandada uma grande praça central. A estrutura é composta por leves montantes verticais de madeira que abrigam painéis de pau a pique, desenhando a forma angulada da construção e garantindo o conforto térmico, além de valorizar uma técnica construtiva indígena ancestral (Grupo Fresta)

A edificação é térrea com telhado de duas águas. Entre os telhados, encontram-se aberturas, permitindo ventilação cruzada vertical em todos os cômodos.

A madeira predomina na edificação, representando e valorizando a cultura indígena, sendo altamente sustentável. Suas paredes são de pau a pique com reboco de terra, a estrutura da fundação é em madeira, assim como a estrutura do telhado, com telha ecológica ondulite. O assoalho, forro, esquadrias e alguns dos mobiliários, como as camas beliche, são em madeira.

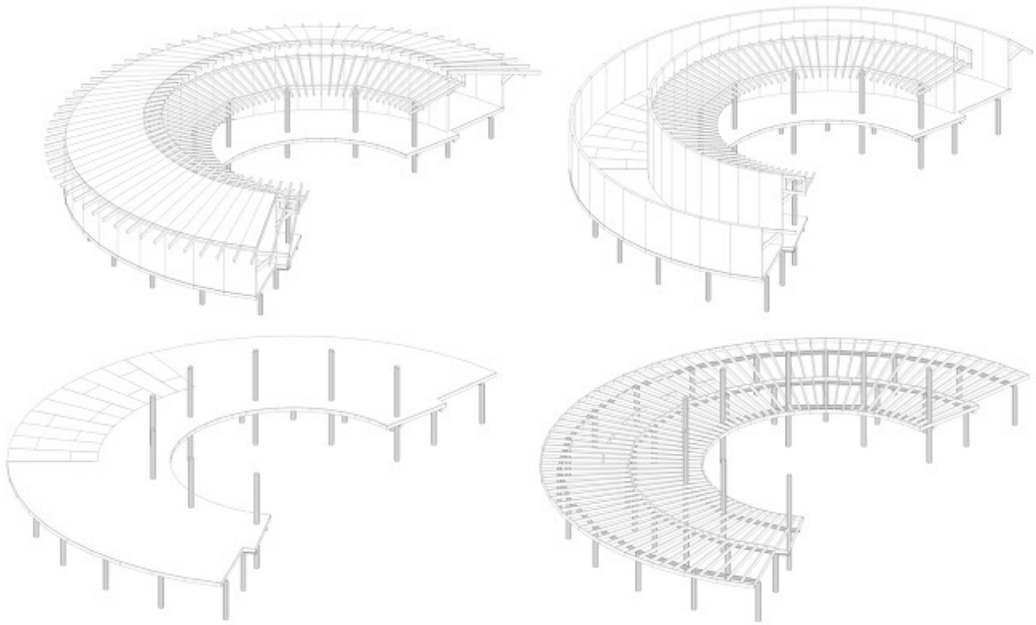


Figura 66: Volumetria representando a estrutura do projeto alojamento Krukutu
Fonte: Grupo Fresta (2019)

Figura 67: Maquete eletrônica - Vista do dormitório - Materiais em madeira
Fonte: Grupo Fresta (2019)

3.2. CASA DE PASSAGEM DO ARTESÃO INDÍGENA - CAPAI

Figura 68: Maquete eletrônica - CAPAI
Fonte: MPF/São Miguel do Oeste/SC (2020)

3.2.1 FICHA TÉCNICA

- Localização: São Miguel do Oeste - SC
- Ano de projeto: 2019
- Área do lote: 452.79m²
- Área total da edificação: 137,23m²
- Colaborações: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste; Universidade do Oeste de Santa Catarina; Ministério Público do Trabalho; Rebecca Pillar; Camila Carolina Bernardon.

3.2.2 LOCALIZAÇÃO

O projeto, trata-se de uma Casa de Passagem Indígena, localizada em São Miguel do Oeste, no estado de Santa Catarina, para acolhimento dos indígenas que chegam a cidade para comercialização de seus artesanatos (MPF, 2021).

Figura 69: Localização Município de São Miguel do Oeste
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

Os indígenas, em sua maioria, povos Kaingang, são de Iraí, Miraguaí e Tenente Portela, municípios do Rio Grande do Sul. Anteriormente ao funcionamento da Casa de Passagem, comercializavam seus artesanatos em um espaço na rodoviária, mas foram “convidados” a se retirarem (WEINMAN, 2015).

Depois de terem sidos obrigados a sair do espaço da rodoviária, Juliana disse que receberam lonas para montar alguns barracos em uma área que fica localizada atrás do cemitério municipal, ainda na semana passada, mas que, nenhum órgão prestou alguma assistência ou explicação mais concisa. Juliana conta ainda que não foi possível se proteger da chuva e do forte vento, que acabou levantando as lonas e deixando todos\as molhados\as nesta última semana. “Choveu, nós molhamos tudo, e lá na rodoviária não se molhava porque a gente ia na rodoviária se proteger”, disse ela (WEINMAN, 2015).

Figura 70: Barracas em lona - abrigo indígena - São Miguel do Oeste
Fonte: Weinman (2015)

O ministério Público Federal (MPF), passou a acompanhar o caso em 2015, com a Prefeitura de São Miguel do Oeste, após uma Audiência Pública na Câmera de Vereadores, decidiu-se pela disponibilização de um terreno municipal para construção da Casa de Passagem do Artesão Indígena. O projeto fora criado em colaboração com a Prefeitura Municipal e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (MPF, 2021).

O terreno da CAPAI, situa-se no Bairro Sagrado Coração, Rua Salgado Filho, o mesmo sendo predominantemente residencial, possui alguns pontos comerciais e de serviço, como a Delegacia da Polícia Civil (a cerca de 200 m da CAPAI) e mercado (a cerca de 600 m da CAPAI). Ao seu redor, encontra-se uma grande massa vegetativa. Informações coletadas a partir de análise Google Earth.

Figura 71: Localização do bairro Sagrado Coração e projeto CAPAI
Fonte: Google Earth, alterado pela autora (2022)

O terreno possui formato retangular com 452.79m², área institucional, conforme Planta de Situação abaixo, disponibilizada pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, 2019).

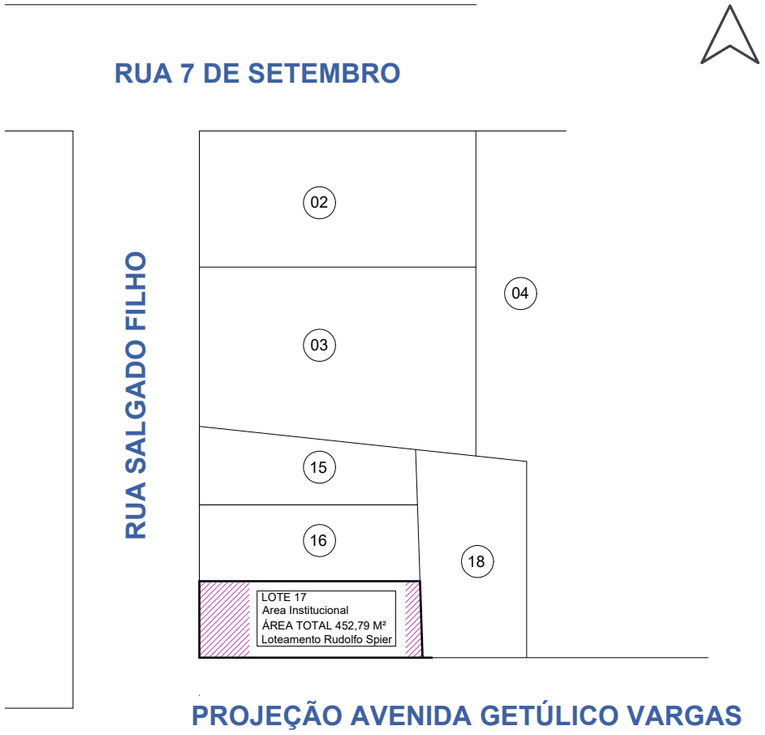


Figura 72: Localização do lote da CAPAI
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019)

3.2.3 SETORIZAÇÃO

O projeto CAPAI consta com áreas de convivência coletivas e áreas de convivência unifamiliares (Área Íntima – dormitórios), podendo comportar até 30 indígenas.

A área unifamiliar resulta em seis blocos dormitórios, com dimensionamento de 8.37m² cada, comportando até cinco pessoas. Todos os blocos possuem as mesmas características projetuais, sendo um deles, PCD.

Com relação as áreas de convivência coletiva, há área de serviços, de circulação, área social, sendo um ambiente multiuso aberto coberto, servindo também como cozinha, e áreas verdes. Os sanitários coletivos estão dispostos em edificação única, sendo um masculino, um feminino e um PCD unissex.

Conforme decreto N° 9.451/2020 que trata do fluxo do atendimento, o período de estadia será de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado, conforme avaliação da equipe de gestão da casa, sem exceder o prazo máximo de 30 (trinta) dias. O prazo entre uma estadia e outra, será de no mínimo três meses.

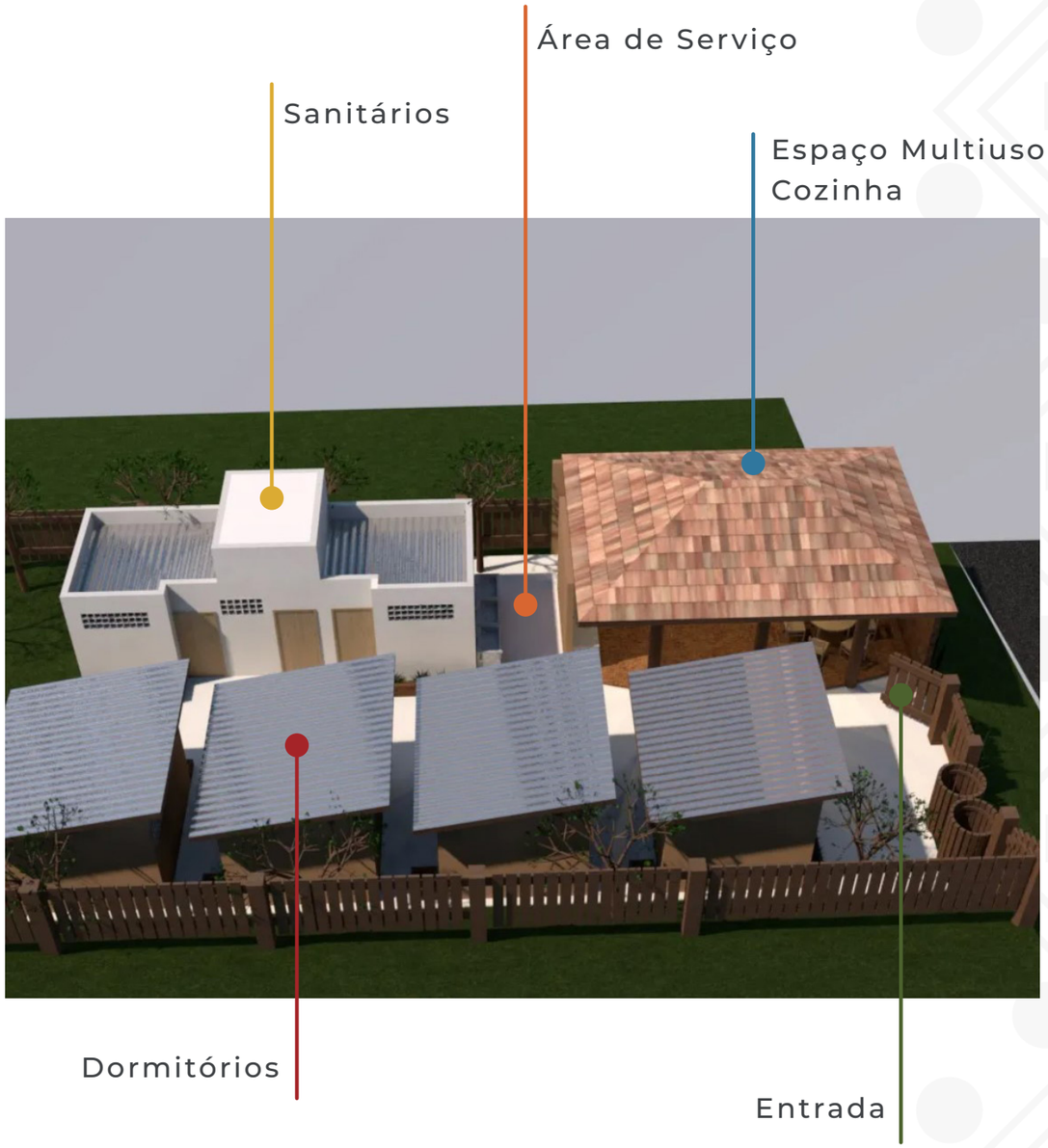


Figura 73: Maquete eletrônica - CAPAI
Fonte: MPF/São Miguel do Oeste/SC (2020), alterado pela autora (2022)

Serão citadas as dimensões de cada cômodo, assim como, alguns dos principais equipamentos, observados através do projeto arquitetônico disponibilizado pela Prefeitura Municipal e conforme decreto N° 9.451/2020.

1 Cozinha / Área Multiúso - 41.48 m²

- 1 Fogão industrial;
- 1 Fogão de chão;
- 1 Geladeira;
- 1 Bebedouro;
- 1 bancada com cuba;

6 Dormitórios - 8,37 m² (cada)

- 2 camas beliche e 1 cama solteiro;

1 Sanitário PCD - Unissex - 3.85m²

- 1 Vaso sanitário acessível;
- 1 Lavatório acessível;
- 1 Chuveiro acessível;

2 Sanitários (separados por gênero) - 8.92m² (cada)

- 1 Vaso sanitário (cada);
- 2 Lavatórios (cada);
- 2 Chuveiros (cada);

1 Área de serviço - 6,40m²

- 3 tanques;

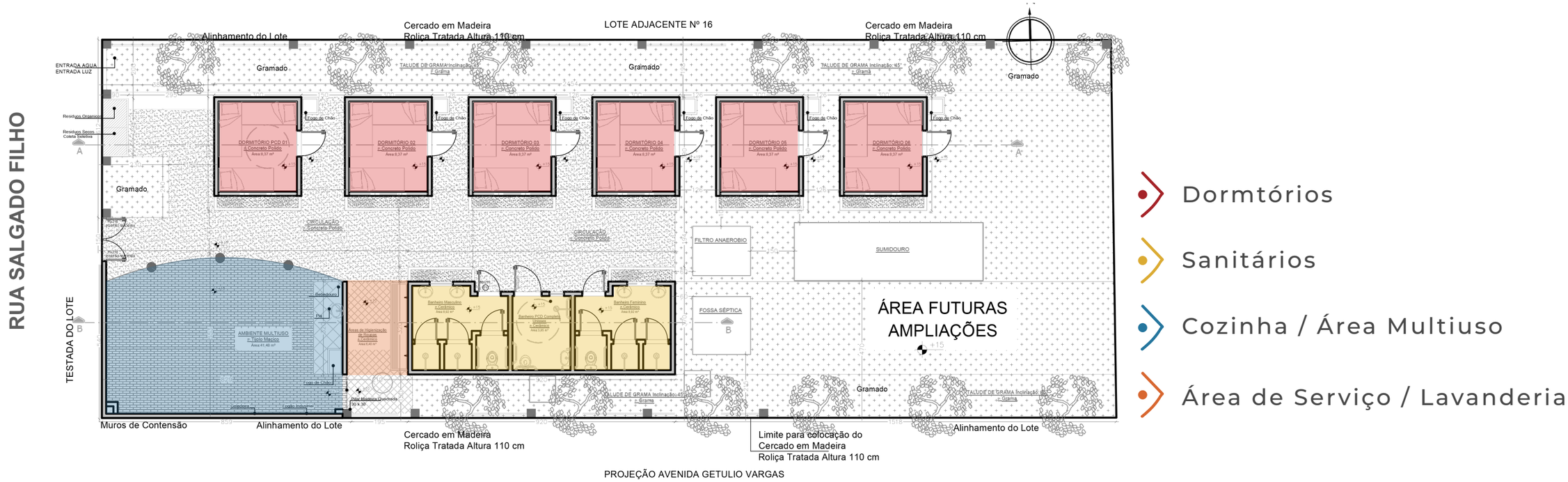


Figura 74: Planta baixa CAPAI - Setorização

Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019) alterado pela autora (2022)

3.2.4 FLUXOS E ACESSOS

A rua de acesso a CAPAI, Salgado FIlho, possui duas pistas de rolamento, em pedras, separadas por um canteiro central. Seu relevo, em sentido norte, é acentuado, com inclinação significativa em frente ao terreno.

Figura 75: Rua Salgado Filho - SMO
Fonte: Google Maps (2022)

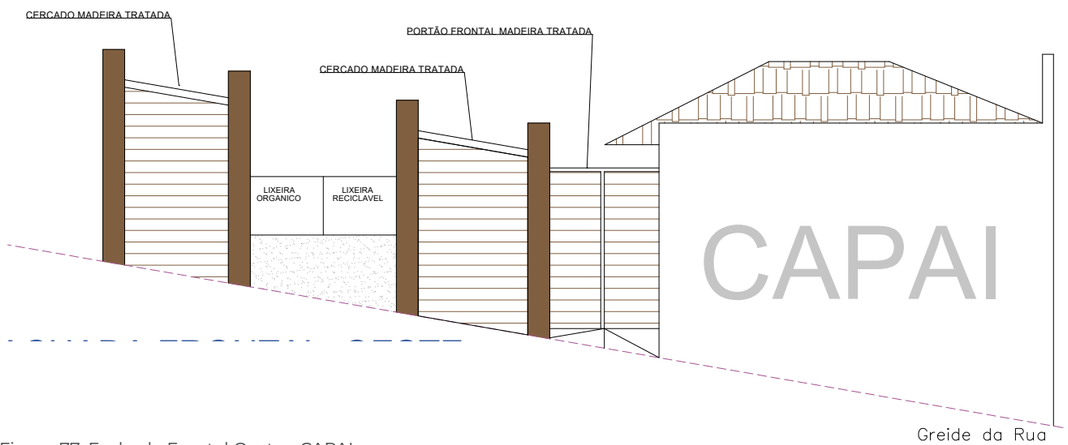


Figura 77: Fachada Frontal Oeste - CAPAI
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019)

O acesso à edificação, apenas para pedestres, se dá pelo portão frontal de duas folhas, em madeira tratada. O passeio público, assim como a entrada da CAPAI, fora devidamente projetado, conforme normas, com inclinação necessária para passeio e rampas de acesso, provido de piso podotátil. A calçada é em lajota estriada.

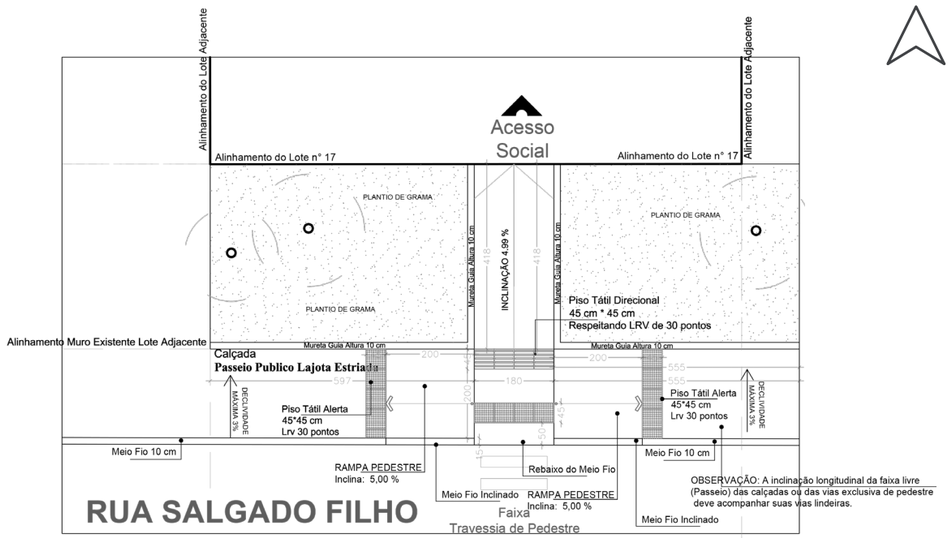


Figura 76: Projeto acessibilidade - passeio Público
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019)

Figura 78: Fachada Frontal Oeste - CAPAI
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2021)

O espaço multiúso, se encontra próximo ao acesso principal. Sua parte frontal é aberta, permitindo livre circulação, possuindo também, uma abertura secundária de acesso, em sua lateral, fazendo ligação com a área de serviço.

A área de serviço, aberta em suas laterais e ausente de cobertura, se encontra entre a área multiúso e os sanitários, sendo de livre circulação.

O acesso aos dormitórios se dá diretamente pela área de circulação aberta descoberta. Entre as edificações forma-se um pequeno corredor, se localiza a porta de entrada, de uma folha, em cada bloco independente.

Os banheiros, sendo uma edificação isolada, estão localizados ao lado dos dormitórios, possuem acesso a partir da área de circulação. Cada sanitário, masculino, feminino e PCD, possuem suas respectivas portas de acesso.

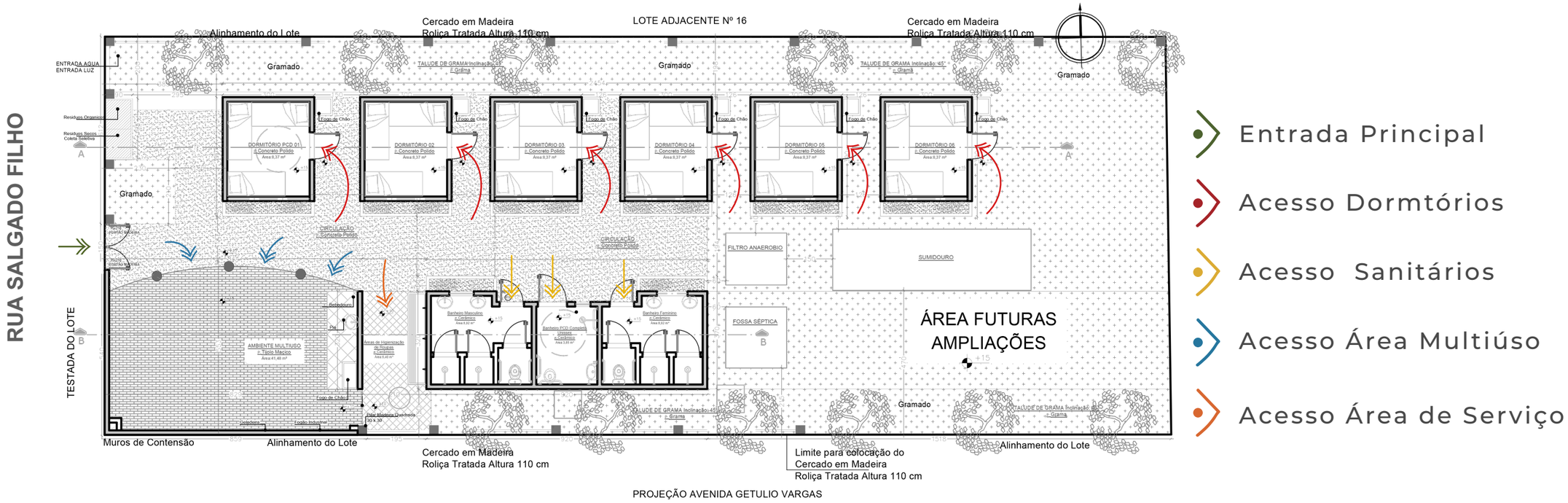


Figura 79: Planta baixa CAPAI - Fluxos e acessos

Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019) alterado pela autora (2022)

3.2.5 MATERIAIS

O sistema construtivo dos dormitórios, é de alvenaria convencional possuindo quatro pilares em suas extremidades. Seu telhado é de uma água, em estrutura de madeira tratada, com telha fibrocimento (inclinação de 10%).

O piso em concreto polido e o forro aparente (manta térmica). A sua ventilação natural, se dá por tijolos vazados (cobogós), instalados em uma das quatro paredes, a 2,66m do piso. A única abertura presente nos dormitórios, se dá pela porta de uma folha. (Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, 2019)

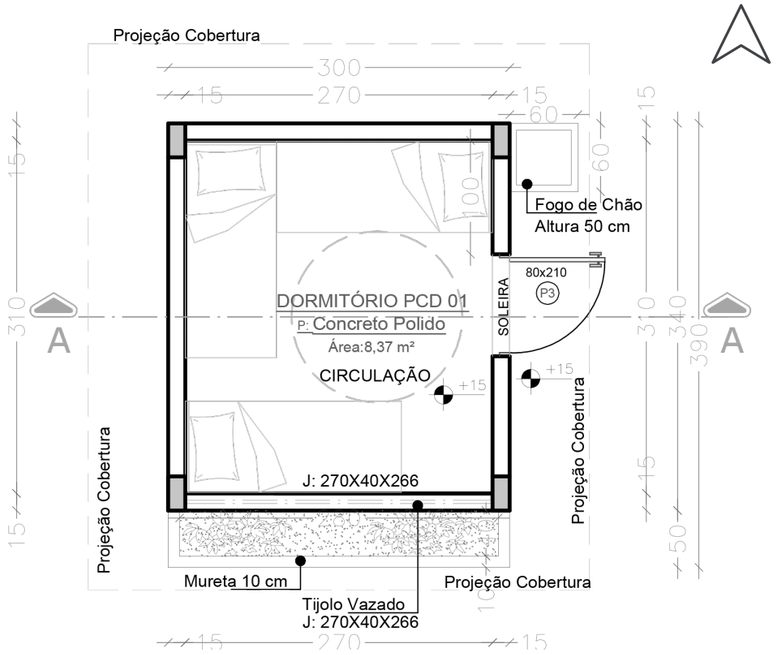


Figura 80: Planta baixa dormitório PCD - CAPAI
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019)

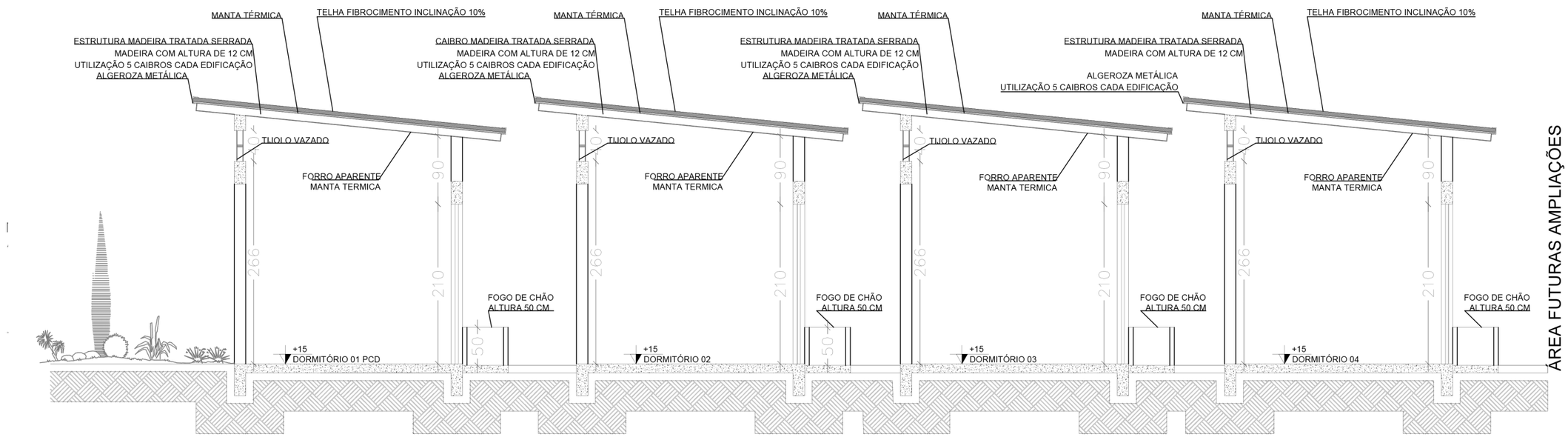


Figura 81: Corte AA - Dormitórios - CAPAI
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019)

Os sanitários possuem o mesmo sistema construtivo dos dormitórios, mas incluem-se divisórias internas em alvenaria. Seu telhado é de uma água com telha fibrocimento (inclinação de 10%).

O ambiente multiúso, possui três paredes em alvenaria, com seus respectivos pilares em concreto. Seu telhado é de quatro águas em telha cerâmica, com estrutura aparente em madeira, portando de três pilares de madeira roliça tratada, em sua parte frontal, criando uma grande abertura. Seu piso é de tijolo maciço. As áreas de circulação externa, possuem piso em concreto polido e a área de serviço, piso cerâmico (Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, 2019).

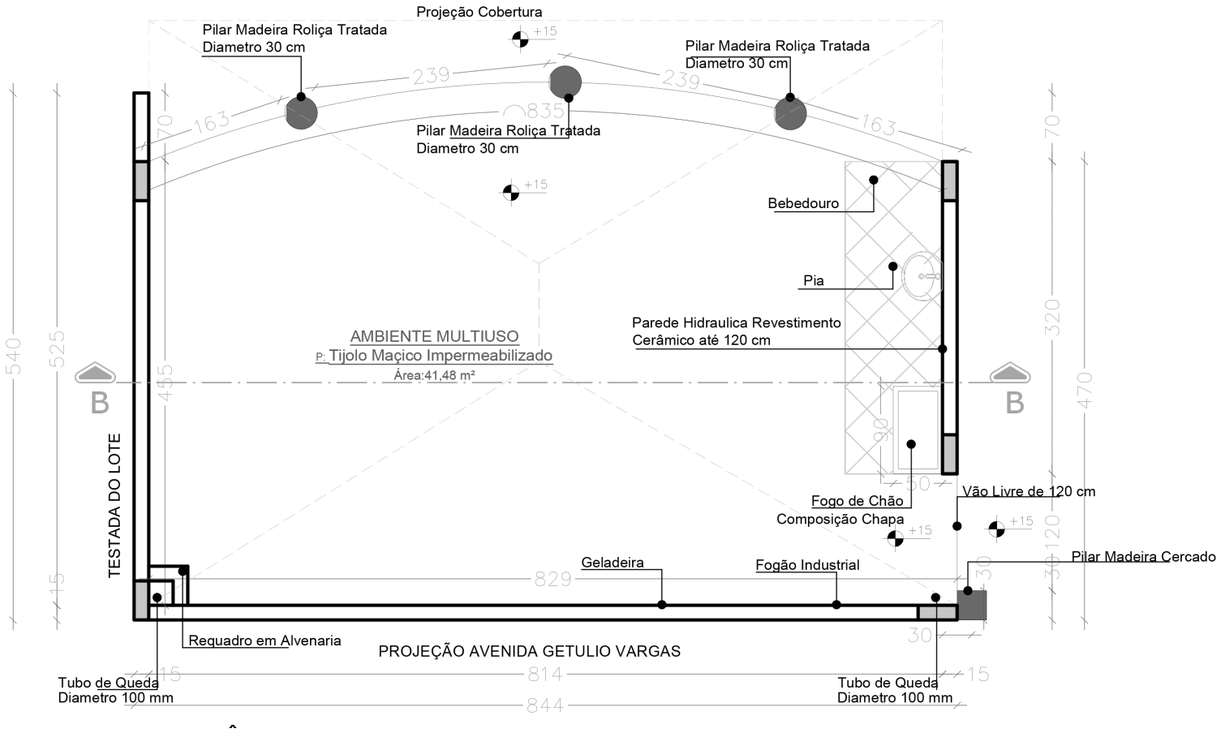


Figura 82: Planta Baixa - ambiente multiuso - CAPAI
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2019)

Figura 83: Espaço de circulação - CAPAI
Fonte: Prefeitura Municipal São Miguel do Oeste (2021)

4

REFERENCIAL PROJETUAL

4.1. ALOJAMENTOAGUAPEÚ

Figura 84: Maquete eletrônica do alojamento indígena Aguapeú
Fonte: Grupo Fresta (2019)

4.1.1 FICHA TÉCNICA

- Localização: São Paulo - Serra do Mar - Aldeia Aguapeú
- Ano de projeto: 2018 - 2020
- Ano de oficinas participativas: 2016
- Escritório: Grupo Fresta
- Equipe Arquitetura: Anita Freire, Carolina Sacconi, Luan Carone e Otávio Sasseron

4.1.2 O PROJETO - LOCALIZAÇÃO

Este projeto também está vinculado ao programa de compensação do Plano Básico Ambiental - PBA, localizado na Aldeia Guarani Aguapeú. A aldeia situa-se no Município de Mongaguá, São Paulo, com dimensão de 4.372,25 hectares e 131 habitantes (CPI-SP). O projeto contou com as Oficinas Participativas e conforme solicitado, será uma infraestrutura para receber visita de indígenas de outras aldeias (Grupo Fresta, 2022).

A aldeia situa-se em proximidade ao Rio Aguapeú, de forma que seu acesso pode ser feito apenas em travessia ao Rio por transporte marítimo. Em sentido ao litoral, encontrasse a área urbana de Mongaguá, avançando a partir das praias, em sentido a aldeia.

Alderia Aguapeú

Figura 85: Mapa do Município de SP, destacando localização da aldeia indígena Aguapeú
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

Aldeia Indígena Aguapeú

Figura 86: Mapa localização aldeia indígena Aguapeú
Fonte: Imagem Google Eath, alterado pela autora (2022)

4.1.3 SETORIZAÇÃO, VOLUMETRIA E MATERIAIS

Como principal motivo para escolha do projeto como referencial projetual, a sua forma arquitetônica linear, disposição dos cômodos e materiais utilizados.

A construção de volume retangular único, é elevada, com estrutura de eucalipto tratado. Possui uma varanda contínua longitudinal, ao mesmo nível do solo, dando acesso a todos os cômodos. A edificação possui dois dormitórios, separados por gênero. Em cada dormitório, possui a capacidade de acomodar 5 camas estilo beliche. Ao todo, são dois sanitários, situados nas extremidades dos quartos, possuindo acesso diretamente pelos mesmos, separadamente. A copa está localizada entre os quartos, em conexão com a varanda, sem divisórias. Na varanda, se encontram redes de descanso entre pilares (Grupo Fresta, 2022).

As paredes dos dormitórios serão de woodframe e o telhado de telha onduline, com duas águas desencontradas, conformando uma iluminação zenital para os dormitórios. Os banheiros terão revestimento de painelwall e piso acabado de cimento queimado. Entre os dois dormitórios haverá uma copa de apoio para os usuários, com um fogão pequeno e uma geladeira, além de um balcão para comer. Essa copa será aberta, como uma continuação da varanda (Grupo Fresta, 2019)

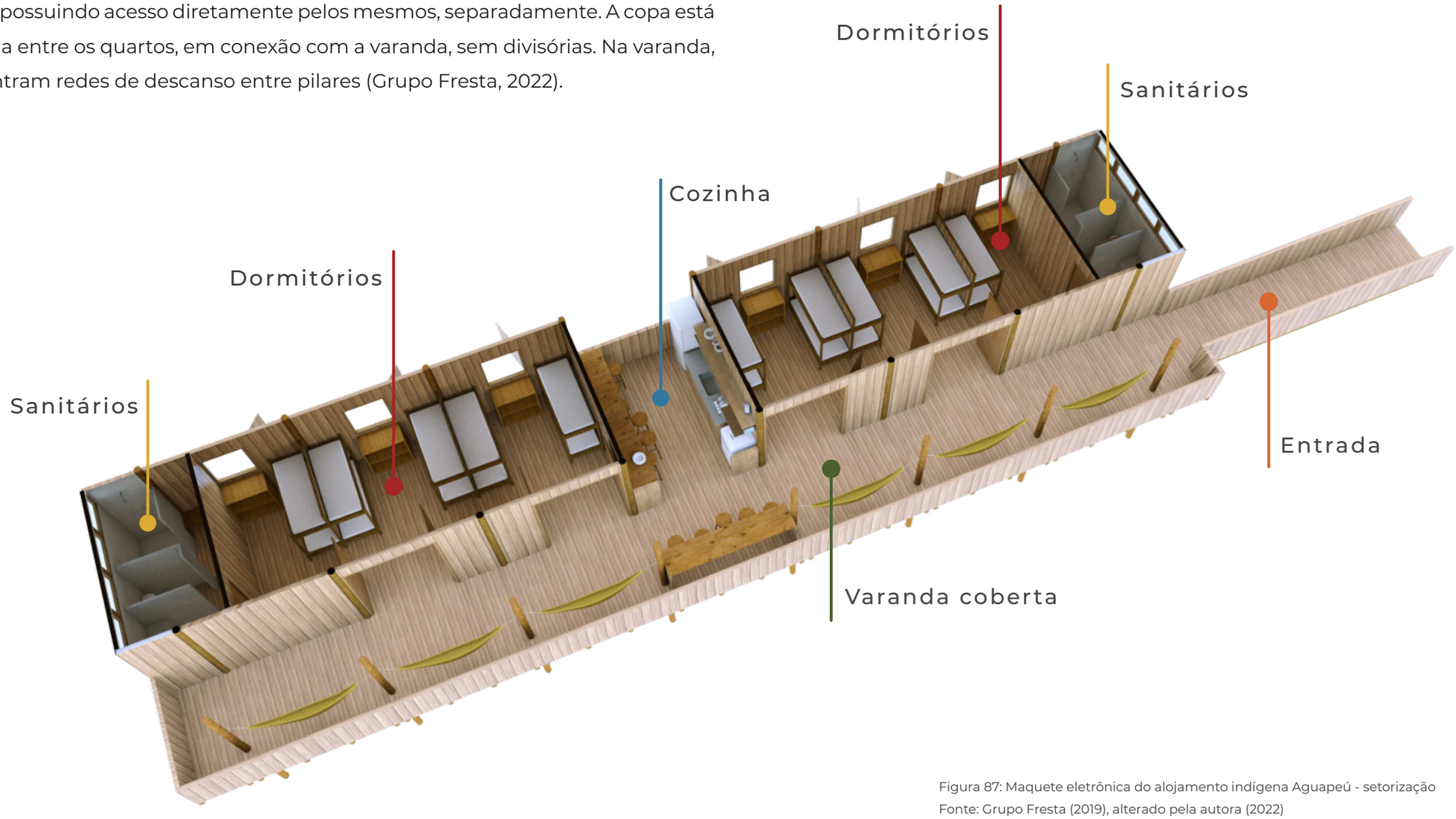


Figura 87: Maquete eletrônica do alojamento indígena Aguapeú - setorização
Fonte: Grupo Fresta (2019), alterado pela autora (2022)

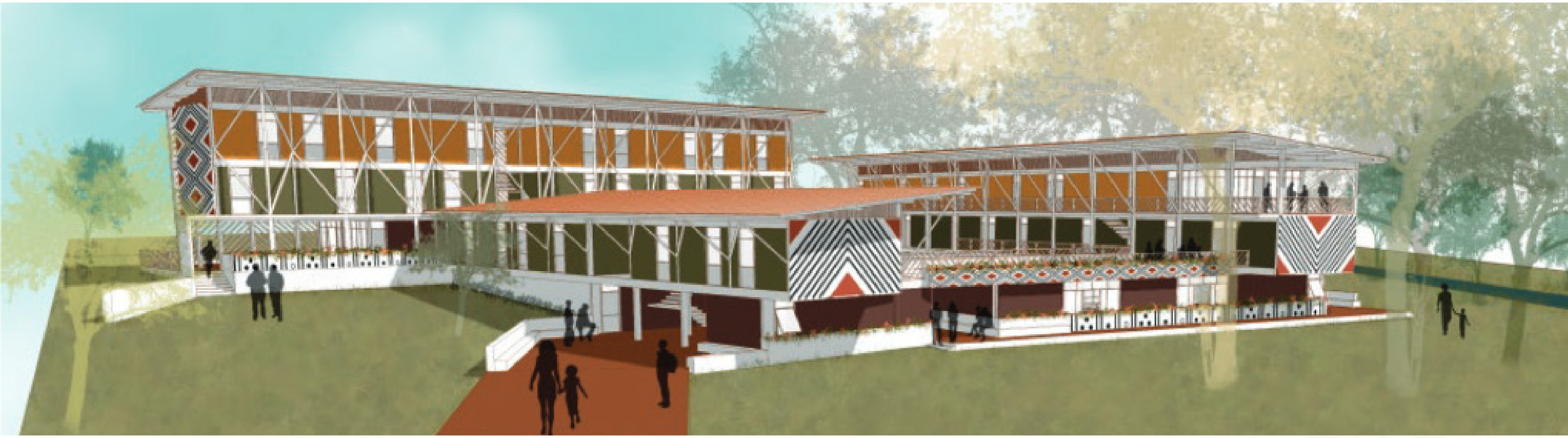


Figura 88: Maquete eletrônica do projeto Moradia Estudantil Indígena
Fonte: WIESE; DILL; VEIGA, 2021

4.2. MORADIA ESTUDANTIL INDÍGENA

4.2.1 FICHA TÉCNICA

- Localização: Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis - SC
- Ano de projeto: 2019
- Colaborações: coordenado pelo Laboratório de Projetos do Curso de Arquitetura e Urbanismo (LABPROJ) e participação de estudantes indígenas.

4.2.2 LOCALIZAÇÃO

O projeto estará localizado em Florianópolis, dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, ao lado oeste da universidade, implantado em área estratégica, com acesso direto a instituição e pontos de ônibus dispostos nas regiões Leste e Oeste do terreno (UFSC, 2022).

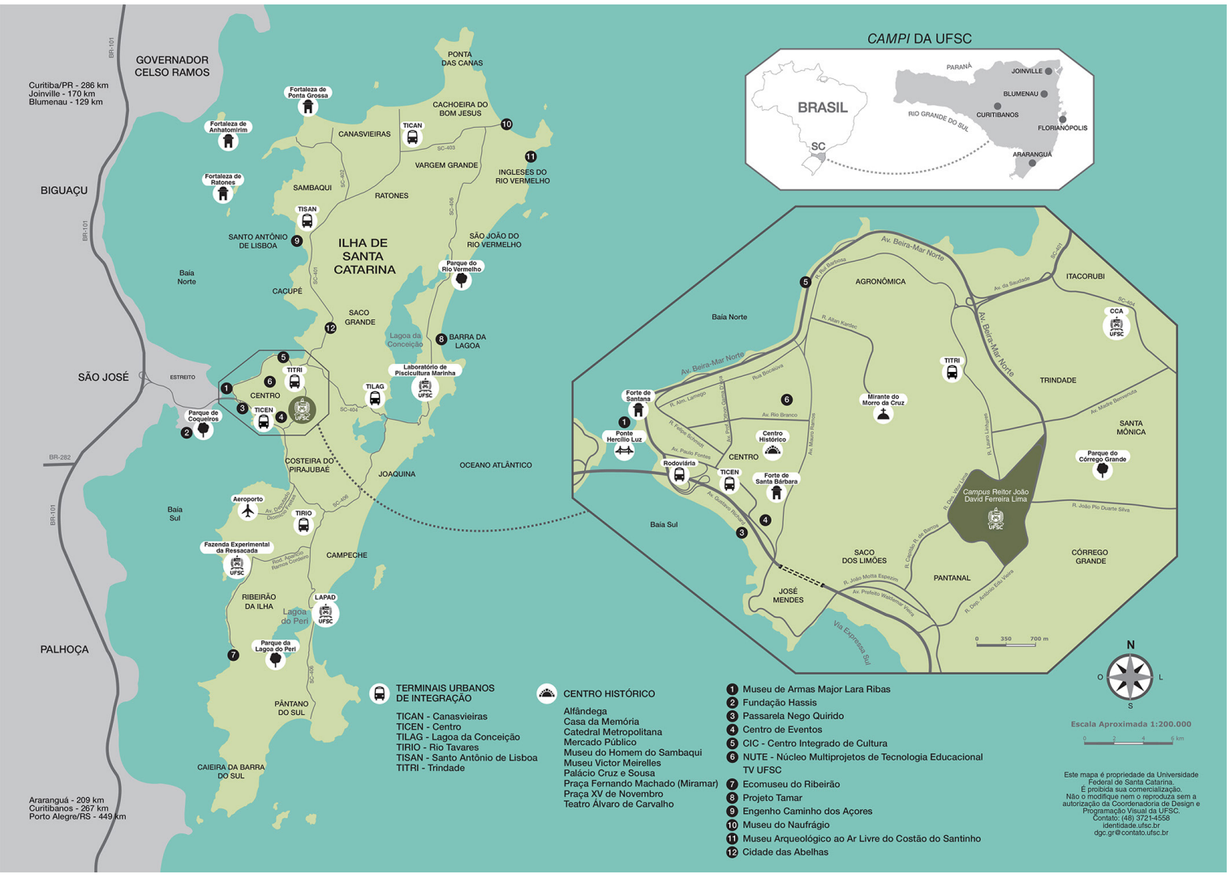


Figura 89: Mapa de localização do Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis
Fonte: UFSC (2022)

Figura 90: Mapa do Campus UFSC e suas setorizaçõe - Localização da área do projeto
Fonte: UFSC, alterado pela autora (2022)

4.2.3 VOLUMETRIA

Sua implantação fora estudada e pensada de forma que seu território possua uma conexão direta com elementos naturais ao seu entorno. A edificação estará em proximidade ao parque intercultural, área com extensa massa vegetativa.

O projeto dispõe de 4 blocos retangulares, interligados, que fazem um interessante jogo de volumetrias, conforme o relevo do terreno. Em sua centralidade, situa-se o espaço do fogo, “elemento central, simbólico, de caráter social, político e espiritual, congregador das diversas etnias.” (WIESE; DILL; VEIGA, 2021, p. 40)

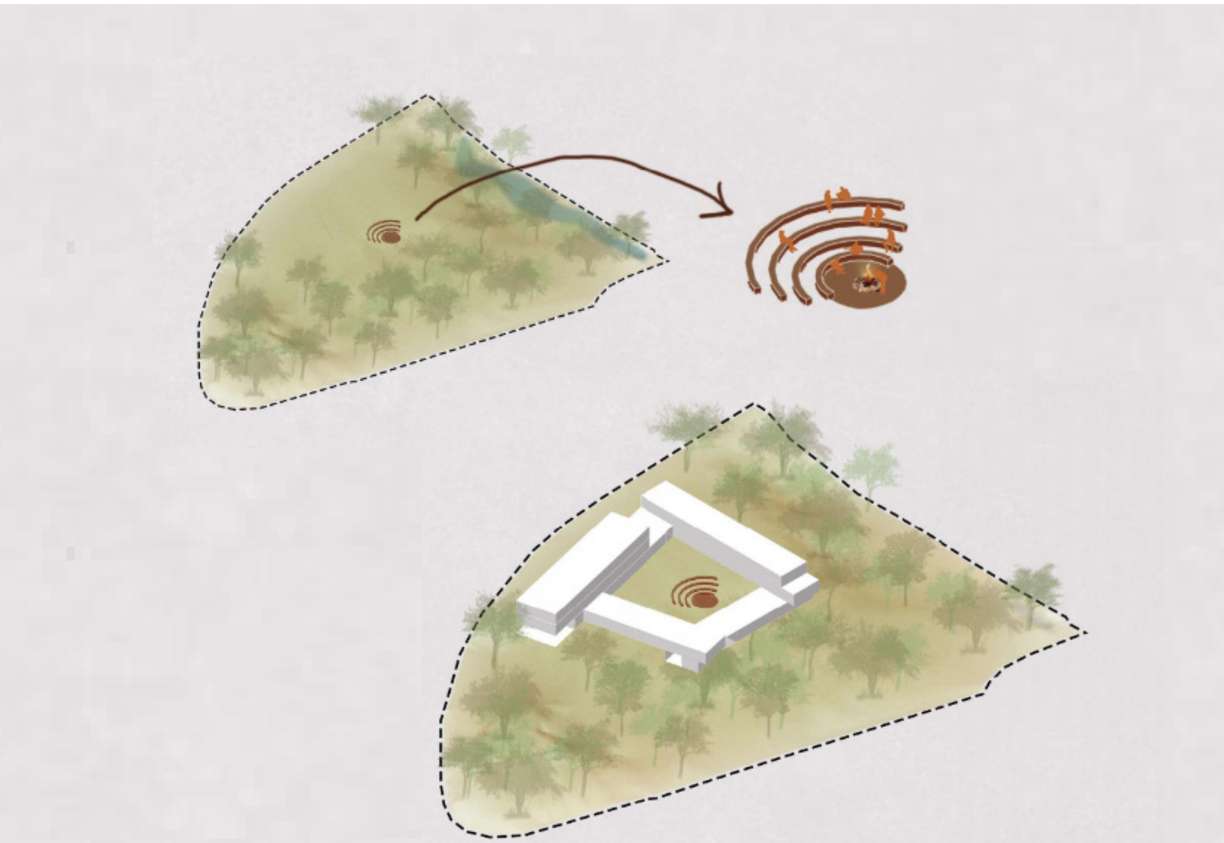


Figura 91: Volumetria em terreno do projeto Moradia Estudantil Indígena
Fonte: UFSC; ARQ UFSC; LAPROJ, 2021

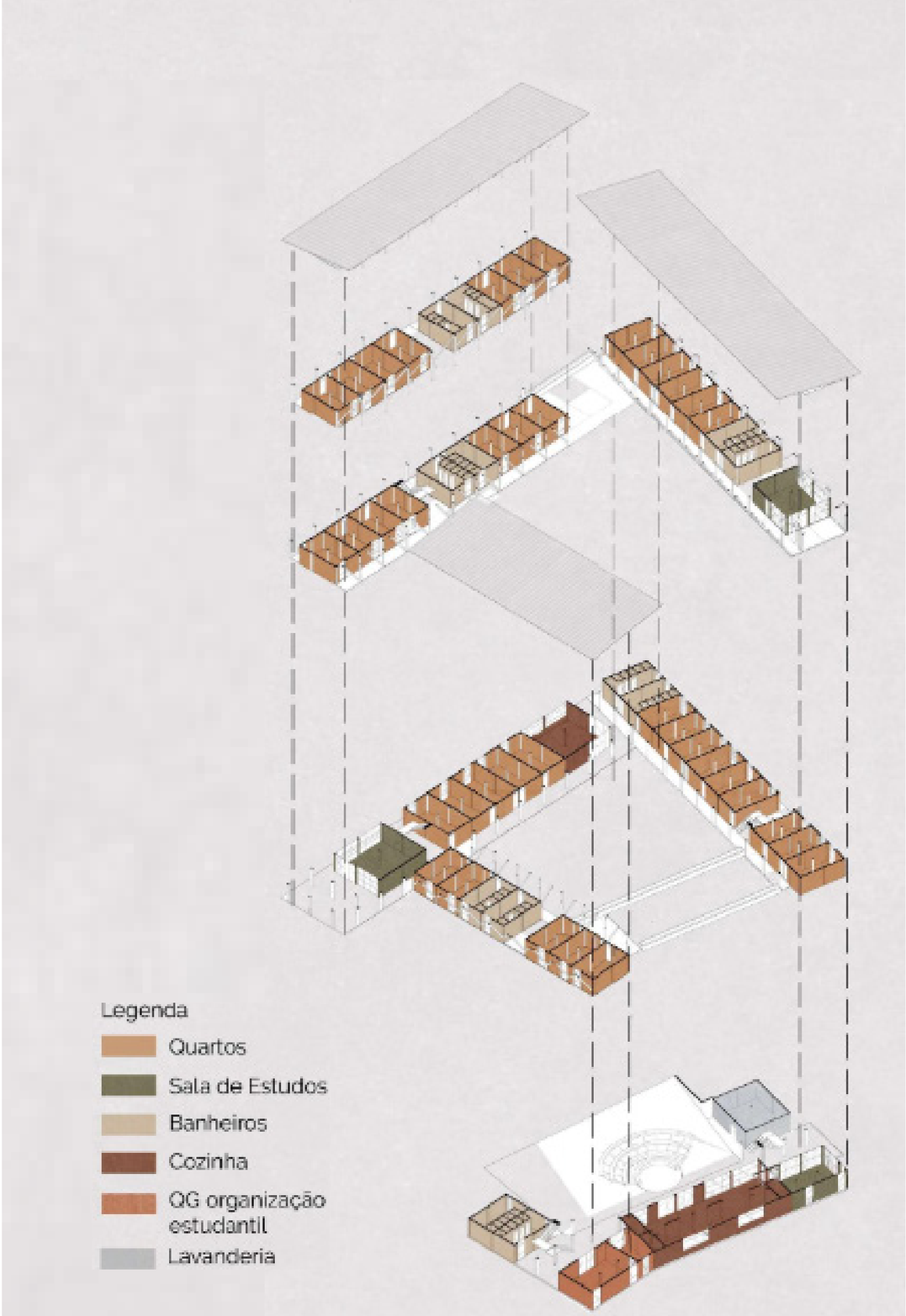


Figura 92: Esquemassetorização - Moradia estudantil Indígena
Fonte: Fonte: UFSC; ARQ UFSC; LAPROJ, 2021

4.2.4 CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

Algumas das características arquitetônicas do projeto, promovem identidade aos indígenas frequentadores, como o grafismo por toda edificação, seja nos pilares ou nas fachadas (além dos espaços providos para tal arte), elemento simbólico cultural, a utilização de materiais naturais, desde a estrutura de coberturas em madeira roliça, até os mobiliários, a conexão do interior com o exterior, através de grandes espaços abertos, e o revestimento das paredes em diferentes tonalidades de terra (WIESE; DILL; VEIGA, 2021).

Figura 93: Pilares com grafismo - projeto Moradia estudantil Indígena
Fonte: WIESE; DILL; VEIGA, 2021

Figura 94: Pilares com grafismo - projeto Moradia estudantil Indígena
Fonte: WIESE; DILL; VEIGA, 2021

Sendo uma das primeiras diretrizes de projeto, o espaço fogo, representa o início da materialização do projeto, sendo arquitetado os demais ambientes ao seu redor (WIESE; DILL; VEIGA, 2021).

> A vida na aldeia acontece em boa parte do tempo nos espaços abertos e em relação com os elementos da natureza, com destaque para o espaço do fogo, por seu papel estruturante, espiritual e simbólico. Na transição entre os espaços abertos e cobertos, próximos ao fogo, o espaço para preparação de alimentos tradicionais, de forma coletiva, com ingredientes típicos e regionais, surge como outro espaço integrador da moradia e reforça a conexão com suas origens, assim como permite o preparo de refeições especiais para as crianças. Este espaço também se constitui como um espaço de convivência e de integração. Ao redor do fogão à lenha os estudantes compartilham suas experiências e suas identidades culturais (WIESE; DILL; VEIGA, 2021, p. 42).

Figura 95: espaço fogo - projeto Moradia estudantil Indígena
Fonte: WIESE; DILL; VEIGA, 2021

Uma das preocupações da equipe de projeto, foi prover um espaço receptível nos alojamentos e dormitórios, podendo ser modulares, com deslocamento de divisórias, para que possa acomodar desde estudantes sozinhos, até famílias maiores, com uma infraestrutura interna que possibilite a utilização de redes (WIESE; DILL; VEIGA, 2021).

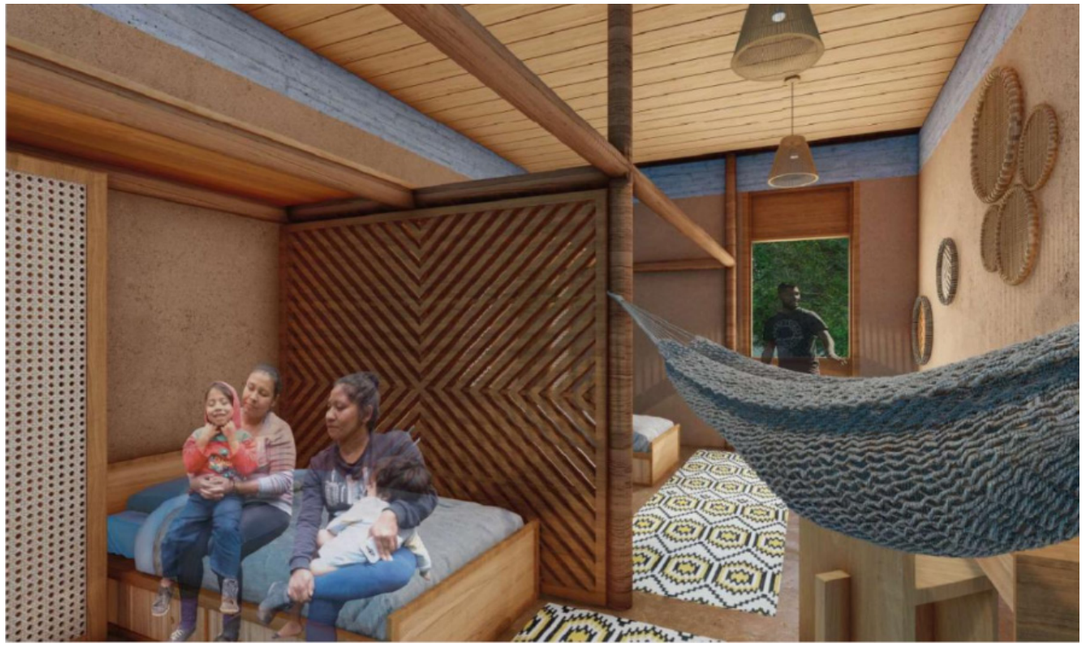


Figura 96: Dormitórios - projeto Moradia estudantil Indígena
Fonte: WIESE; DILL; VEIGA, 2021

5. DIAGNÓSTICO

5.1 LOCALIZAÇÃO

A área de estudo, está localizado no sul do Brasil, no centro da capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. A capital é conhecida como “A Ilha da Magia”, rodeada por suas belezas naturais, sendo um recurso turístico, principalmente em sua temporada de verão.

Figura 97: Mapa de Florianópolis destacando bairro Centro e Mapa bairro centro destacando terreno
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

5.2 COMPREENSÃO HISTÓRICA DA ÁREA

Limite do mar, a Rua Francisco Tolentino (fachada Norte do terreno), situava o Cais Frederico Rolla, construído em 1868, do qual recebia os barcos que desembarcavam mercadorias para comércio no local (CDL de Florianópolis, 2013).

Figura 110: Distância entre terreno e mar
Fonte: Google Eath, alterado pela autora (2022)

Com o aterro Baía Sul no início da década de 70, o Cais desapareceu, (resultando no terreno de estudo) decorrendo de uma expansão no comércio local e posteriormente, do crescimento de edificações atrás dos casarios do século XVII, atualmente tombados como Patrimônio Histórico da cidade (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2022).

Figura 110: Distância entre terreno e mar
Fonte: Google Eath, alterado pela autora (2022)

1. Forte Santana
2. Estaleiro Arataca
3. Antigo Incinerador de Lixo
4. Conjunto de casas antigas
5. Antiga Vila Operária
6. Fábrica de Pregos e Pontas
7. Fábricas de Rendas e Bordados
8. Antigo Dep. de Saúde Pública
9. Conjunto histórico da Igreja
10. Conjunto de casórios históricos
11. Mercado Público
12. Alfândega
13. Antiga Insp. de Rios e Portos

Figura 110: Distância entre terreno e mar
Fonte: Google Eath, alterado pela autora (2022)

Em 1974, o terreno de estudo recebeu o Terminal Francisco Tolentino, que funcionou durante quase 30 anos. Atualmente, o espaço é utilizado como estacionamento privativo (Carlos Damião, 2019).

Quando Dias Velho chegou à Ilha de Santa Catarina construiu uma pequena capela, de pedra e cal, onde hoje está localizada a Catedral Metropolitana de Florianópolis. Foi a partir desse local que a cidade começou a se estruturar com ruas, casas e comércios (MARTINS; DALCASTAGNE, 2022).

O centro da cidade, fora o local de início da expansão colonizadora, tendo seus principais acontecimentos históricos, pós povoamento de não indígenas, tratando de construções, hoje, históricas e de extrema importância para a cidade. A linha do tempo a seguir, conforme reportagem de MARTINS; DALCASTAGNE, (2022), mostrará alguns dos acontecimentos históricos da cidade e suas respectivas datas.

4.800 A.C — Ilha apenas habitada por indígenas

1673 — Dias Velho fundou o povoado de Nossa Senhora do Desterro (atual cidade de Florianópolis), transportando consigo, cerca de 500 indígenas escravizados

1713 — Paróquia de Nossa Senhora do Desterro é criado por Alvará Régio

1726 — Desterro teve rompimento de ligação com a Vila de Laguna, gerando sua emancipação político-administrativa, tornando-se vila

1747 — Início da imigração dos açorianos

1756 — Chegada de imigrantes europeus e pessoas escravizadas da África

1787 — Construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Escravos

1789 — Inauguração do Imperial Hospital de Caridade

1823 — Vila tornou-se Capital da Província de Santa Catarina e passou a ser chamado de Cidade do Desterro

1851 — Inauguração do Mercado Público

1891 — Figueira fora transplantada para a Praça XV de Novembro

1894 — Governador Hercílio Luz muda nome da Cidade de Desterro para Florianópolis

1910 — Chega energia elétrica à Capital

1922 — Inicia as construções da Ponte Hercílio Luz e a canalização do Rio Bulha (atual Av. Hercílio Luz)

1940 — Primeiro aterro de Florianópolis (Largo 13 de Maio)

1959 — Inauguração do primeiro arranha-céu residencial, localizado na Praza XV de Novembro

1972 — Inicia-se o aterro Baía Sul

1981 — Inauguração do Terminal rodoviário Rita Maria

1988 — Construção Terminal Urbano de Ônibus

2003 — Inauguração do novo Terminal de Integração do Centro (TICEN)

5.3 LEGISLAÇÃO

Conforme Plano Diretor da cidade, o zoneamento correspondente ao terreno e seu entorno, é do tipo AMC (Área Mista Central) e o sobrezoneamento é do tipo ACI-1 (Áreas de Preservação Cultural de Interesse Histórico-Cultural), do qual é necessário a anuência do SEPHAN para qualquer tipo de intervenção. Outros tipos de zoneamento em proximidade ao terreno são ACI (Área Comunitária Institucional) e AVL (Área Verde de Lazer).

A área de zoneamento é descrita como "de alta densidade, complexidade e miscigenação, destinada a usos residenciais, comerciais e de serviços". As limitações destinadas e a este tipo de uso, estão descritas abaixo:

TIPO	ÁREA MÍNIMA	TESTADA MÍNIMA	Nº DE PAVIMENTOS	INDICE. APROVEIT.	TAXA OCUPAÇÃO
AMC - 12.5	750	22	10	4.8	50%

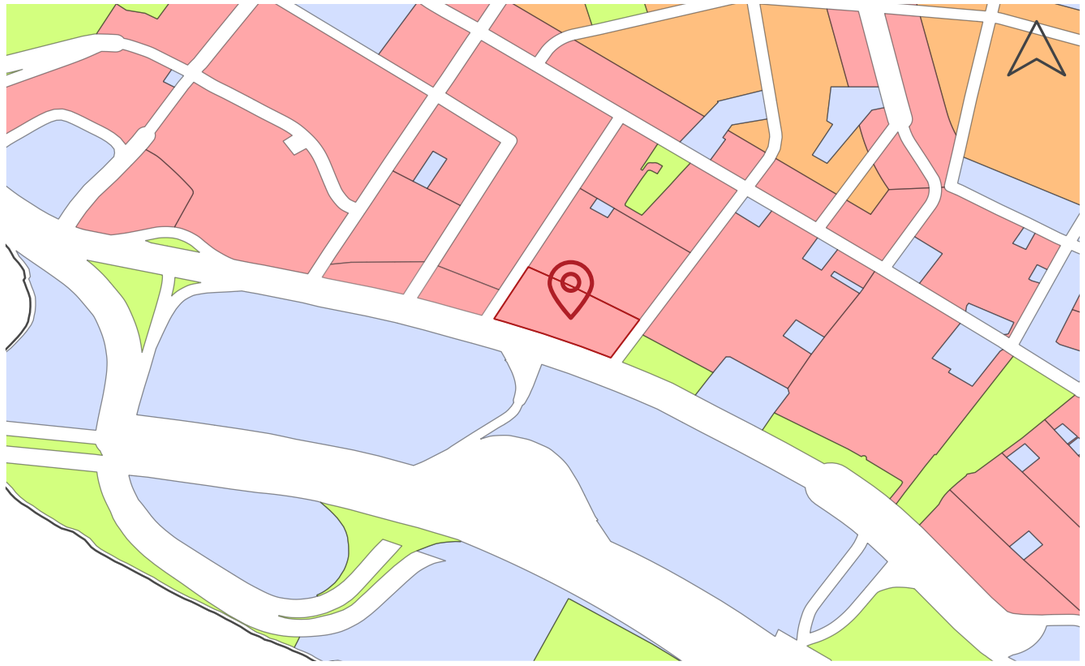


Figura 103: Mapa de Zoneamento, conforme Plano Diretor, da área de estudo
Fonte: Geoprocessamento - Prefeitura de Florianópolis - Alterado pela autora (2022)

Ao seu entorno, constituído da mesma Lei Complementar, são localizados lotes do tipo:

Área Comunitária/Institucional (ACI) - "aquelas destinadas a todos os equipamentos comunitários ou aos usos institucionais, necessários à garantia do funcionamento satisfatório dos demais usos urbanos e ao bem estar da população";

Áreas Verdes de Lazer (AVL) - "espaços urbanos ao ar livre de uso e domínio público que se destinam à prática de atividades de lazer e recreação, privilegiando quando seja possível a criação ou a preservação da cobertura vegetal."

Área Residencial Mista (ARM) - "caracterizada pela predominância da função residencial, complementada por usos comerciais e de serviços"; e outras Áreas Verdes de Lazer.

5.4 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O mapa de uso do solo, no bairro de estudo, área central de Florianópolis, possui uma demarcação predominantemente residencial nas regiões norte e leste. Nas regiões sul e oeste do bairro, predomina o uso comercial, de serviço e institucional. O centro histórico, em proximidade ao terreno e área de procura por indígenas para comercialização de seus artesanatos, possui majoritariamente edificações de uso comercial e serviço, tanto público quanto privado.

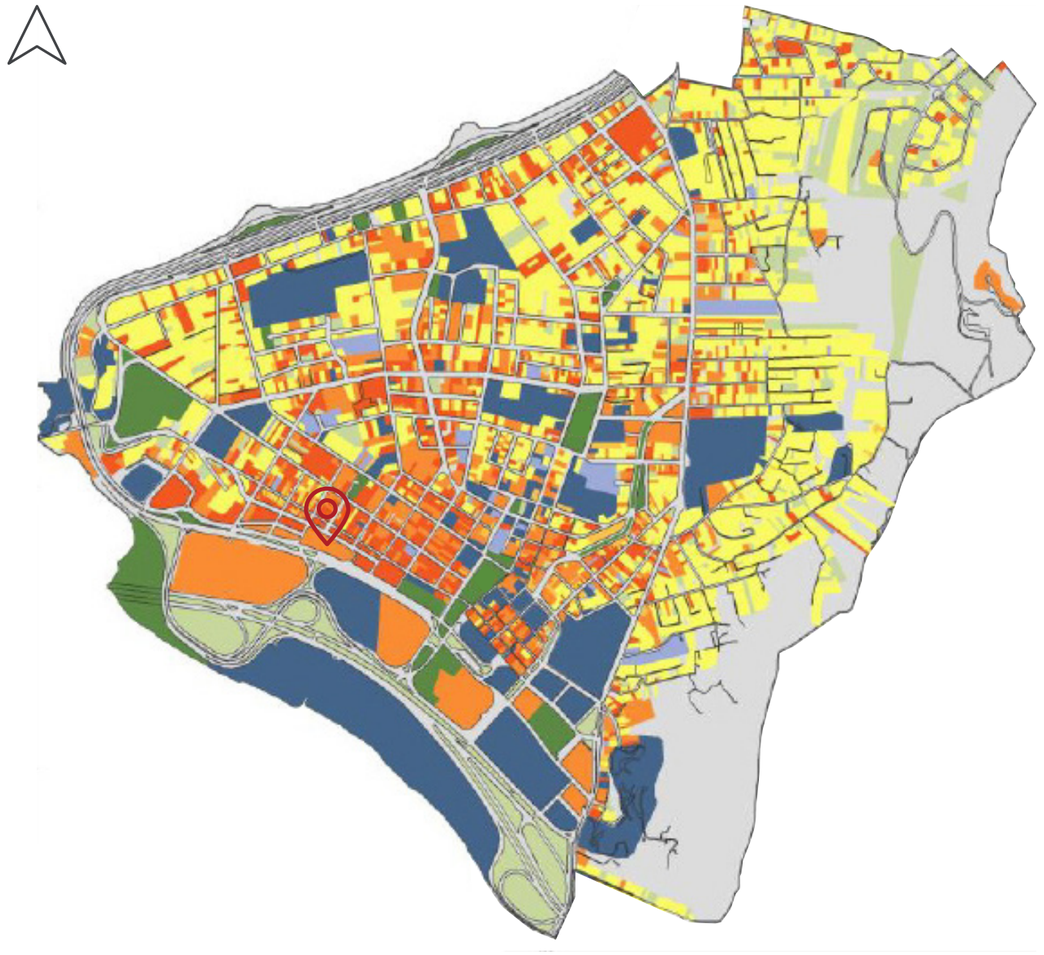


Figura 107: Mapa uso do solo da área central de Florianópolis
Fonte: Equipe QUAPÁ-SEL Floripa (2015)

O crescimento do bairro, deu-se por forma espontânea. Com o mapa cheios (construções) e vazios (sem construções) é possível notar que as edificações possuem volumes e dimensionamentos diferentes umas das outras, criando vias de acordo com seus posicionamentos no lote.

Ao Noroeste, encontra-se um grande vazio em decorrência topografia do Morro da Cruz e o mesmo se percebe ao início da Reserva Menino de Deus, a sudeste, mas em suas partes mais baixas, nota-se concentrações das edificações, sem muitos respiros. Em proximidade do mar, área de aterro a sudoeste, o vazio presente está relacionado ao zoneamento destinado ao espaço.

Figura 108: Mapa cheios e vazios do bairro centro
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

5.5 EQUIPAMENTOS URBANOS

No mapa ao lado situam-se alguns dos importantes equipamentos urbanos, importantes da região e alguns que poderão servir de apoio para os povos indígenas que ocuparão o terreno de estudo, como exemplo, supermercados, serviços de transporte e equipamentos públicos de saúde.

O Terminal Rita Maria (único terminal rodoviário da cidade), está localizado a 600m do terreno e o Terminal de Integração do Centro (transporte público) a cerca de 300m. Quanto aos equipamentos públicos de saúde, a cerca de 1km de distância do terreno, situa-se o único Centro de Saúde do bairro e a aproximadamente 2km, o Hospital Governador Celso Ramos, a norte, e o Hospital de Caridade, a Sudeste.

- Terreno
- Posto de saúde e Hospitais públicos
- Hospitais Privados
- Áreas públicas de lazer (Praça e Parques)
- Supermercados
- Instituições de ensino privado e público
- Serviços de transporte

Figura 109: Mapa equipamentos urbanos bairro centro
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

5.6 CONDICIONANTES AMBIENTAIS

Características climáticas são únicas para cada região, interferindo nas definições de um projeto arquitetônico ou urbanístico. Com isso, serão estudados os impactos diretos que são ocasionados no terreno, através de dados climáticos, como a temperatura do ar, temperatura radiante, ventilação, altimetria do terreno e entorno, assim como, as influências das massas vegetativas e dos ruídos transmitidos no local (ANDRADE , 1996).

5.6.1 Características climáticas - Florianópolis - centro - terreno

Com sua latitude de 27°36’ S, longitude de 48°33’O e altitude de 7m acima do mar, Florianópolis consiste em um clima Subtropical úmido, de verões quentes e invernos amenos, com incidência de precipitações ao longo do ano, sendo maiores durante os meses de dezembro e março. Sua temperatura média anual é de 20,4° C, possuindo altas umidades relativas do ar, consequência de sua proximidade com o mar, de médias mensais superiores a 80%. (RUPP, 2018). O mar, Bahia Sul, se encontra a cerca de 450m de distância do terreno.

Com relação a radiação solar global horizontal, sua máxima ocorre no mês de janeiro e sua mínima no mês de julho (RUPP, 2018). “Os ventos predominantes sopram do quadrante norte e os mais rápidos e frequentes são do Sul, associadas às massas de ar Tropical Marítima Atlântica e Polar Marítima, respectivamente” (MENDONÇA; LOMBARDO, 2009, p. 132).

De acordo com a ABNT/CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil, 2003, Florianópolis se enquadra como Zona Bioclimática 3, na qual é implantando algumas diretrizes construtivas, como: médias aberturas para ventilação e permitir sol durante inverno; vedação externa da parede como leve refletora e para cobertura, leve isolada; para condicionamento térmico passivo, ventilação cruzada no verão e no inverno, aquecimento solar da edificação e vedações internas pesadas.

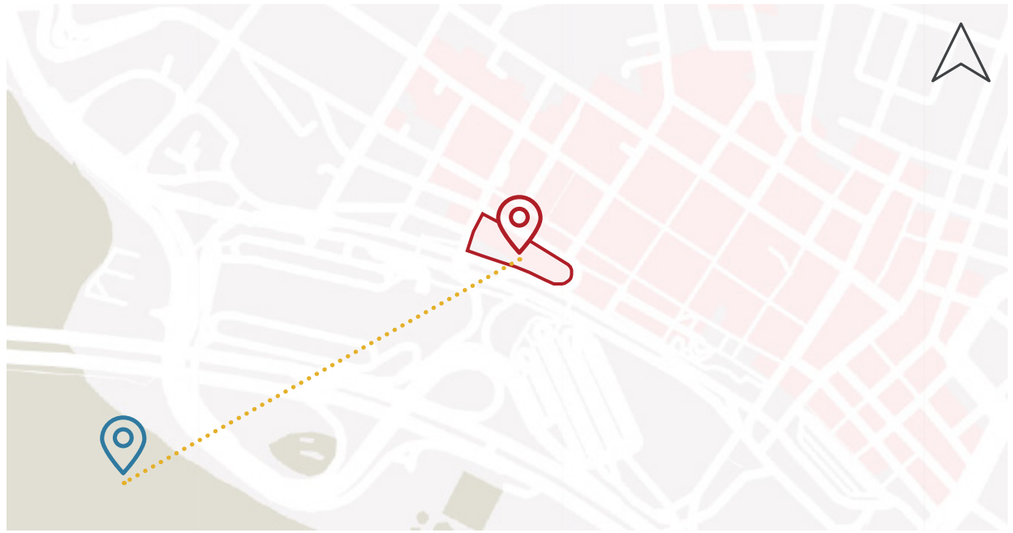


Figura 110: Distância entre terreno e mar
Fonte: Google Eath, alterado pela autora (2022)

Figura 111: Ventos frequentes e predominantes no terreno
Fonte: Google Eath, alterado pela autora (2022)

O terreno, área provinda de aterro, encontrase a 3 metros do nível do mar e cerca de 450m de distância do mesmo. Possui aproximadamente dois metros de desnível em seu limite interno, espaço utilizado como estacionamento privativo

Figura 112: terreno - estacionamento privado
Fonte: Acervo Próprio (2022)

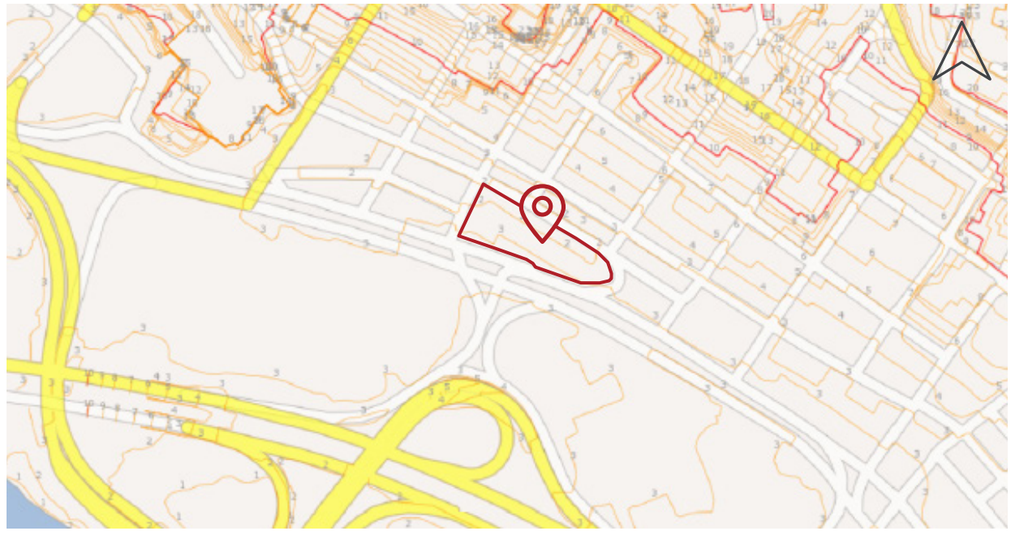


Figura 112: Altimetria do terreno e entorno
Fonte: Geoprocessamento - Prefeitura de Florianópolis (2022)

Figura 113: terreno - estacionamento privado
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 114: terreno - estacionamento privado
Fonte: Acervo Próprio (2022)

A Rua Francisco Tolentino, fachada Norte do terreno, oferece diferentes tipos de comércio, gerando uma grande movimentação de pedestres e automóveis, entre as 9h às 18h (horário comercial), podendo ocasionar ruidos sonoros aéreos. A Av. Paulo Fontes, possui um maior fluxo de veículos, mas por ser classificada como via de trânsito rápido, os ruidos tornam-se menos perceptíveis quando compados a Rua. Francisco Tolentino. Fora do horário comercial, a área ao entorno do terreno, passa a ser sonoramente mais agradável.

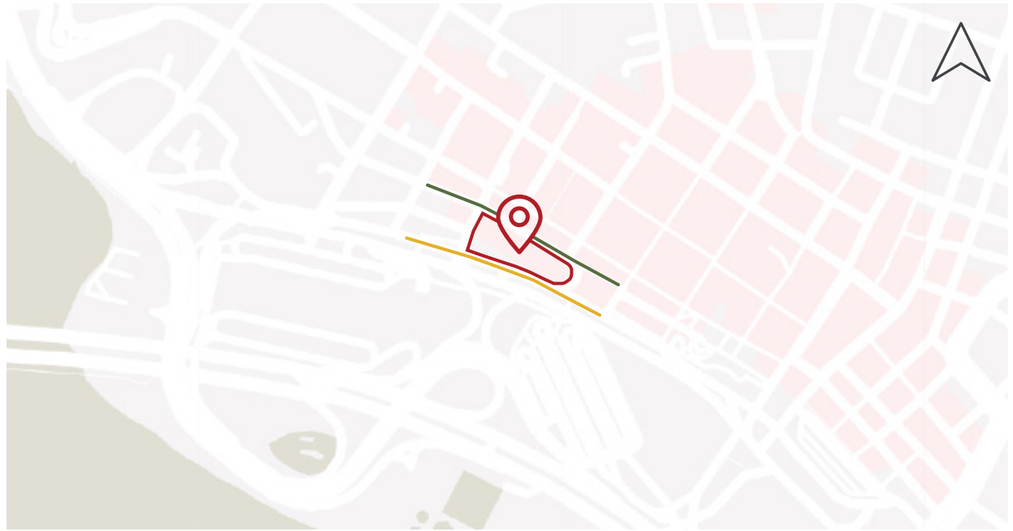


Figura 113: Mapa de Ruidos
Fonte: Google Eath, alterado pela autora (2022)

Terreno Av. Paulo Fontes R. F. Tolentino

Em meio a edificações urbanas e espaços que priorizam o automóvel, como grandes estacionamentos descobertos e largas pistas de rolamento, o terreno e seu entorno é pouco provido de arborização. Alguns árvores de médio e grande porte são localizadas em pontos específicos, como as que são utilizadas em canteiros para separação de pistas. No interior do terreno, encontram-se espécies como palmeiras e uma árvore frutífera tropical, a goiabeira. Pode

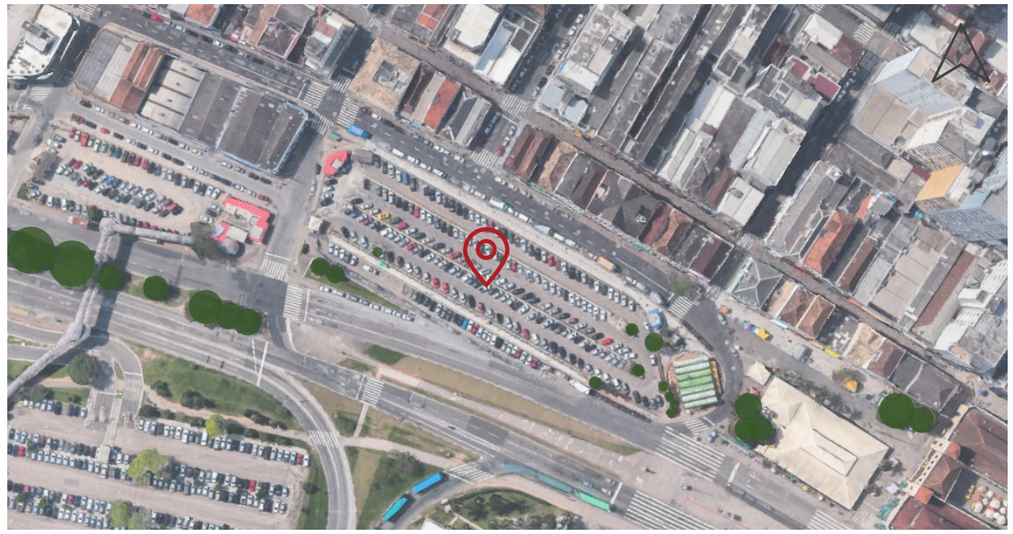


Figura 113: Mapa dearborização
Fonte: Google Eath, alterado pela autora (2022)

Terreno Arborização

5.7 SISTEMA VIÁRIO

Conforme mapa de sistema viário ao lado, representado conforme informações do Geoprocessamento da Prefeitura de Florianópolis, é possível observar que as vias que contornam o terreno, fachada Norte (R. Francisco Tolentino) e Sul, (Av. Paulo Fontes), são classificadas em Vias Coletoras. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (1997), "são quela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade". Sua velocidade máxima permitida é de 40 quilômetros por hora.

A Av. Paulo Fontes, em sentido sudeste, se conecta a Av. Mauro Ramos, que atravessa o bairro de norte a sul e em sentido Noroeste, se conecta com a Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, que costeia o Mar. A R. Francisco Tolentino possui conexões com vias subcoletoras que adentram o bairro.

Figura 119: Mapa sistema viário bairro centro
Fonte: Geoprocessamento Prefeitura de Florianópolis, alterado pela autora(2022)

A R. Francisco Tolentino, via coletora de sentido único, que conecta a vias subcoletoras em sentido ao centro do bairro, se estende pela fachada Norte do terreno, possuindo três pistas de rolamento. Em frente ao terreno, a pista ao lado esquerdo da via é destinada a estacionamento exclusivo para Taxi e ao lado direito exclusivo para rota de ônibus (sentido Ticen). As calçadas em ambos os lados da via, são largas, em placa de cimento ao lado esquerdo da via e ao lado direito, em pedra portuguesa, porém não atendem as normas de acessibilidade e apresentam falta de manutenção

A Avenida Paulo Fontes, classificada como Coletora, possui dois sentidos, Norte e Sul, separadas por um calçadão, com faixas de pedestres em toda sua extensão (conectando ao ticen) e por canteiros. Ao sentido Norte, dispõe de 4 pistas de rolamento, sendo uma ao lado direito da via, utilizada como estacionamento Zona Azul/Carga e Descarga e um trecho ao lado esquedo da via utilizado comorota exclusiva para ônibus (sentido Ticen). A via em sentido Sul, possui desvio para a ponte Colombo Salles, sentido Continente, provida de 3 pistas de rolamento, com trecho exlusivo para rota de ônibus (sentido Ticen) .

- Terreno
- Ticen
- Terminal Rita Maria
- Pedro Ivo
- R. Franc. Tolentino
- R. Álvaro de Carvalho
- Av. P. Fontes (Norte)
- Av. P. Fontes (Sul)
- R. Pedro Bitencourt
- Ponte Colombo Salles

Figura 120: Mapa fluxo viário entorno do terreno
Fonte: Google Satélite, alterado pela autora (2022)

Figura 121: Rua Praça Tancredo Neves
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 122: Rua Praça Tancredo Neves
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 125: Av. Hercílio Luz
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 126: Av. Hercílio Luz
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 123: Rua José da Costa Moellmann
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 124: Rua José da Costa Moellmann
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 127: Rua Dr. Álvaro Milen da Silveira
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 128: Rua Dr. Álvaro Milen da Silveira
Fonte: Acervo Próprio (2022)

Figura 129: Mulher indígena comercializando artesanato na Rua Felipe Schmidt, Florianópolis
Fonte: Castells e Parode (2017)

Em proximidade ao terreno, indígenas comercializam seus artesanatos em vias pedonais, sendo elas: 1. Rua Felipe Schmidt; 2. Rua Jerônimo Coelho; 3. Rua Conselheiro Mafra; 4. Rua Deodoro.

Terreno

Vias pedonais de comércio indígena

Figura 130: Mapa vias pedonais de comércio indígena
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

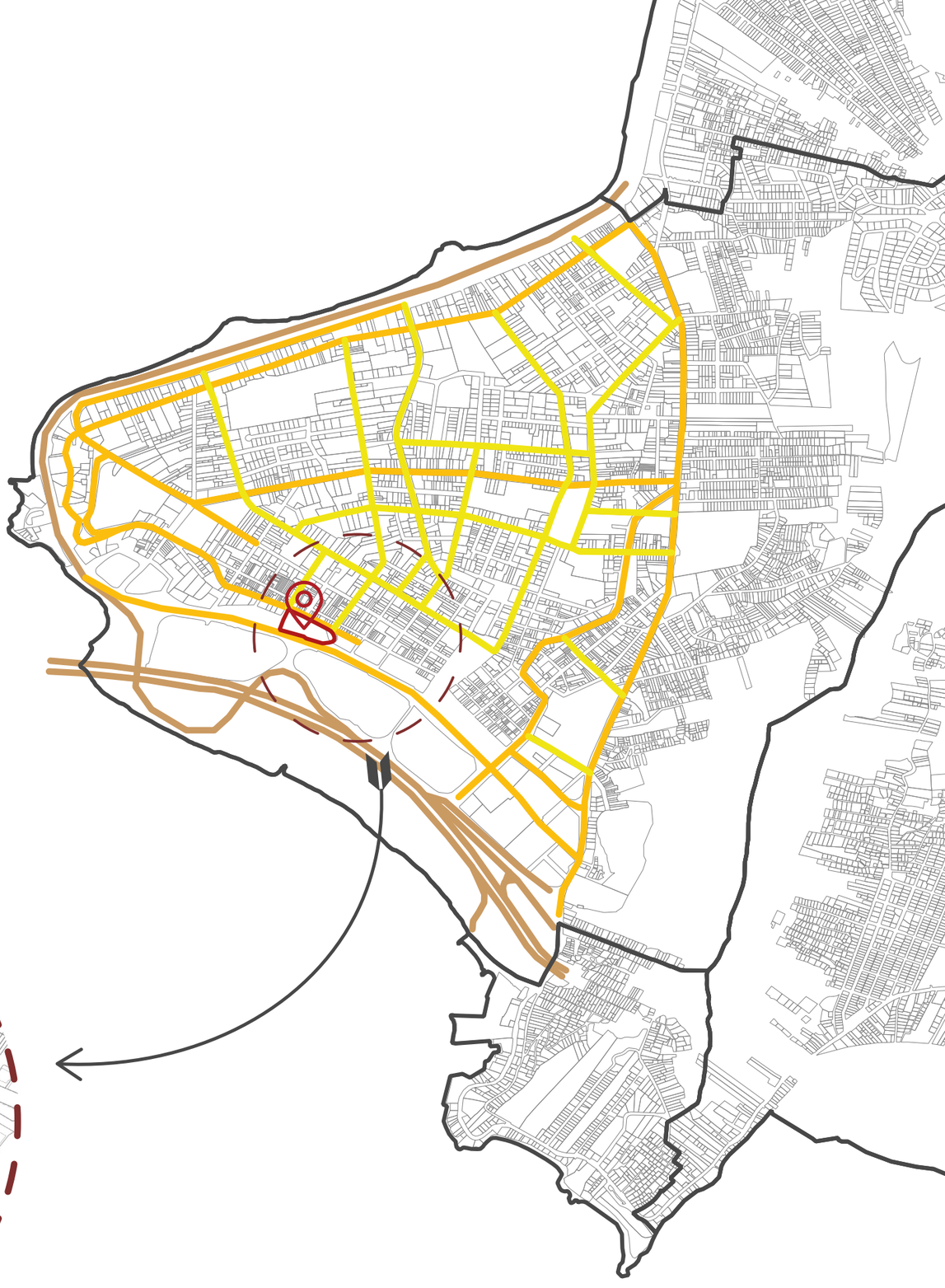
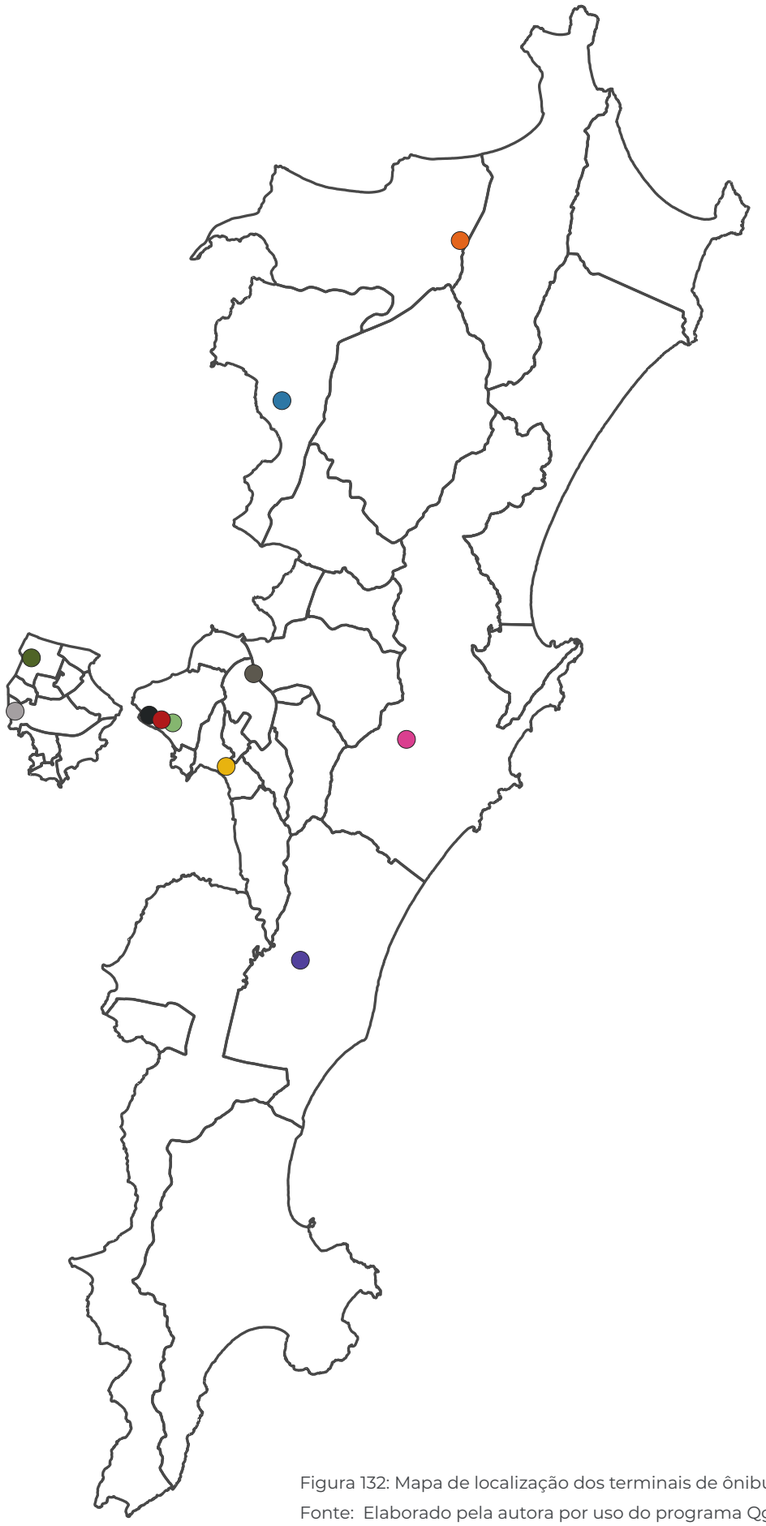


Figura 131: Mapa sistema viário bairro centro
Fonte: Geoprocessamento Prefeitura de Florianópolis, alterado pela autora(2022)



Ticen (Centro)

Tican(Canasvieiras)

Tisan (Santo Antônio)

Tilag (Lagoa da Conceição)

Tirio (Rio Tavares)

Titri (Trindade)

Tisac (Saco dos Limões - desativado)

Tijar (Jardim Atlântico - desativado)

Ticap (Capoeiras - desativado)

TFC (Terminal Cidade Florianópolis)

Rodoviária Rita Maria

Figura 132: Mapa de localização dos terminais de ônibus de Florianópolis
Fonte: Elaborado pela autora por uso do programa Qgis (2022)

55.7.1 Transporte

O Terminal Rodoviário Rita Maria, sendo o único da cidade, opera linhas intermunicipais, interestaduais, nacionais e internacionais, e o Terminal Cidade de Florianópolis, opera em linhas Intermunicipais da região da Grande Florianópolis. Ambos são de extrema importância para indígenas que, em sua maioria, utilizam deste transporte para o deslocamento de seus Estados e cidades (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) até a capital do estado de Santa Catarina.

Com relação ao transporte público, Florianópolis conta com oito terminais de ligação, além do Ticen, terminal central, com deslocamentos para todas as regiões da ilha, porém, três deles estão desativados, incluindo o TISAC. Essa mobilidade permite que os indígenas possam comercializar seus artesanatos nas praias da ilha.

O entorno do terreno, provém de pontos de ônibus nas principais vias, fazendo ligação com Ticen. A localidade próxima ao Terminal, permite uma ampla escolha para diferentes destinos. Destaca-se também, os pontos de ônibus nas fachadas Noroeste e Nordeste do terreno, de rotas sentido Continente - Ticen, situados na R. Pedro Ivo e R. Francisco Tolentino (da qual possui uma faixa de rolamento para ônibus) respectivamente, porém, ambos não possuem uma boa infraestrutura, sendo sinalizados apenas por placas.

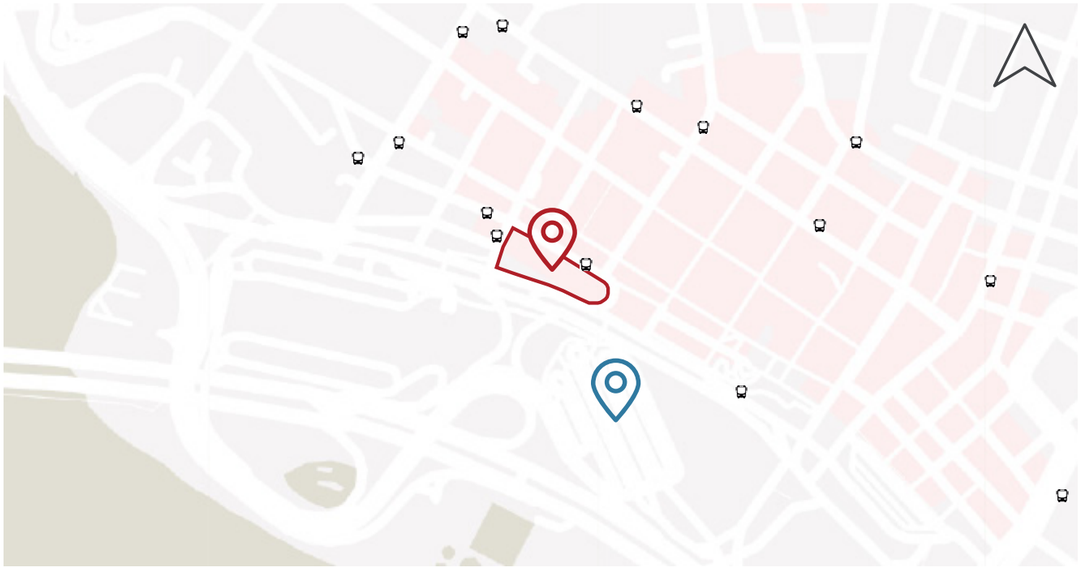


Figura 133: Mapa de localização dos pontos de ônibus entorno do terreno
Fonte: Google Maps, alterado pela autora (2022)

Terreno

Ticen

Ponto de ônibus

Figura 134: Ponto de ônibus na Avenida Paulo Fontes
Fonte: Google Street View (2022)

Figura 135: Ponto de ônibus na R. Dr. Álvaro Milen da Silveira
Fonte: Acervo próprio (2022)

5.7.2 Sistema Cicloviário

O bairro de estudo, apresenta algumas ciclovias e ciclofaixas, principalmente à beira mar, tanto na ilha quanto no continente (sendo ligadas pelas Pontes Hercílio Luz e Pedro Ivo Campos), porém no geral, há uma carência de conexões entre as mesmas, dificultando as rotas de destinos a partir deste meio de transporte. Ao redor do terreno, não provém de rotas cicloviárias.

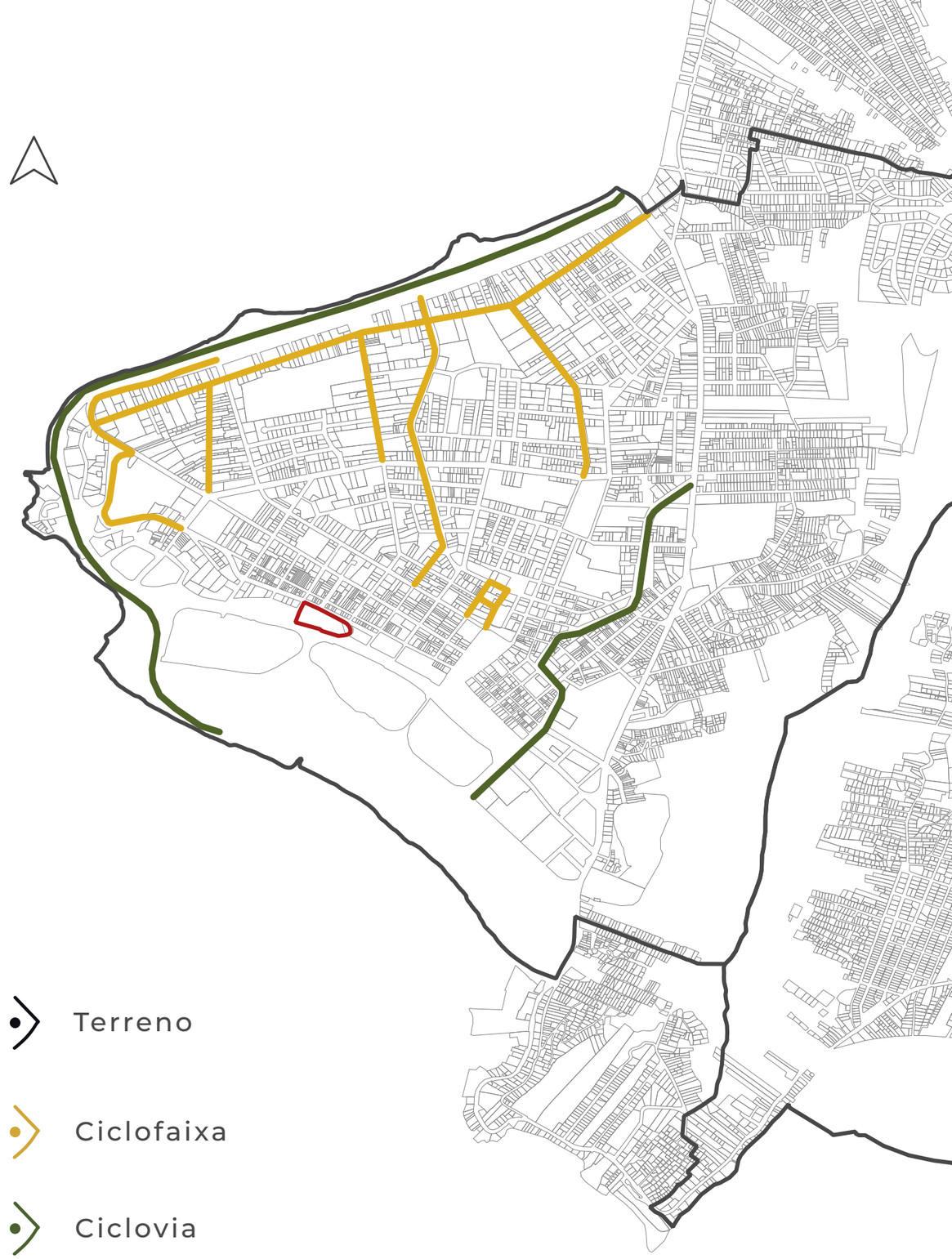


Figura 136: Mapa cicloviário do bairro centro
Fonte: Google Maps, alterado pela autora (2022)

6. PARTIDO ARQUITETÔNICO

6.1 CONCEITO E PARTIDO

Kaingangssãocaracterizadoscomosociedades sociocêntricas que reconhecem princípios sociocosmológicos dualistas, apresentando um sistema de metades. “Os gêmeos ancestrais estão em relação de oposição e complementaridade um ao outro” (Silva, 2002). Kamé e Kairu estão representados por dois blocos arquitetônicos, de mesmo formato, porém, em diferentes posições, e quando conectados, se complementam formando um desenho fluido, como um curso d’ água. O grafismo, com suas respectivas representações, marca aberta (Kamé) e marca fechada (Kainru), estão presentes em cada bloco.

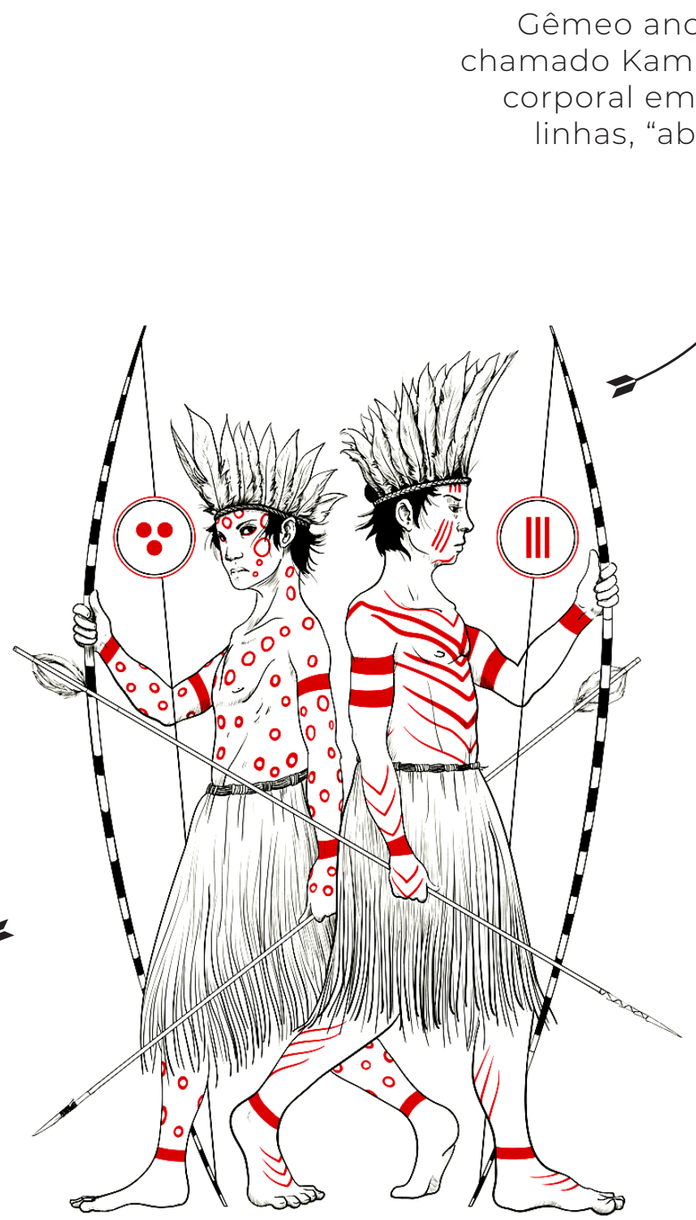


Figura 137: Gêmeos ancestrais Kaingang Kamé e Kairu
Fonte: Bruno Muller (2019)

6.2 DIMENCIONAMENTOS E CARACTERÍSTICAS

O dimencionamento do terreno é de 4.457m². O projeto consta com dois Blocos residenciais de 810m² cada, denominados Kamé e Kairu, localizados em frente a Av. Paulo Fontes, fachada Sudoeste, ponto mais alto do terreno.

Dois blocos comerciais de 117m² cada, seguindo a mesma linguagem fluida dos blocos residenciais, localizam-se estrategicamente na Rua Francisco Tolentino, ponto mais baixo do terreno, área denominada como comercial, com grande fluxo de pedestres.

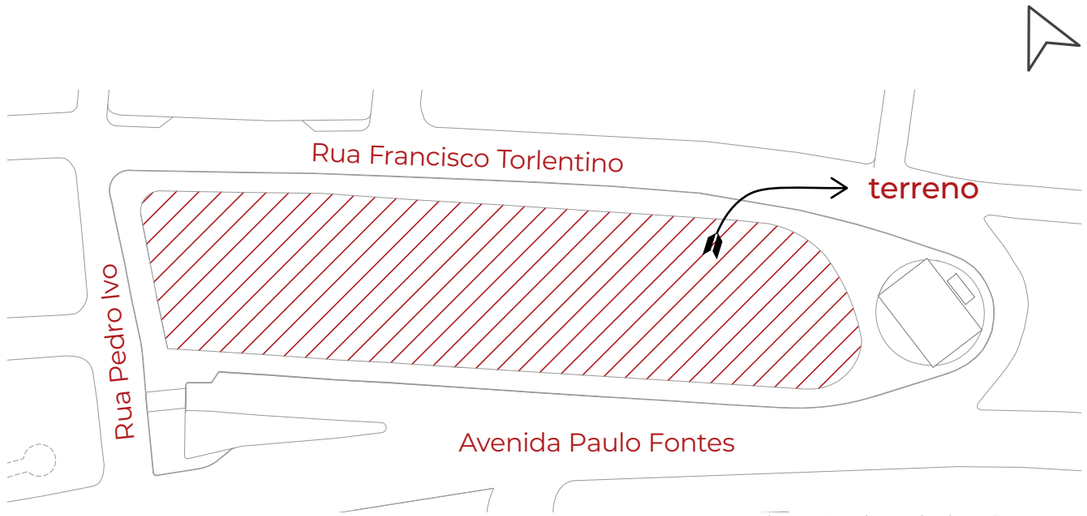


Figura 138: Planta de situação terreno
Fonte: elaborado pela autora(2022)

Figura 139: Planta dos blocos situados no terreno
Fonte: elaborado pela autora(2022)

6.3 SETORIZAÇÃO E ZONEAMENTO

Inicialmente, o projeto fora elaborado para abrigar 130 indígenas, com quartos de diferentes tipologias, possibilitando famílias de maior ou menor número, compartilhem do mesmo espaço. Todos os cômodos da Casa de Passagem, serão de uso coletivos. Os blocos dispõem de: dormitórios, sanitários, refeitório, cozinhas com despensas em anexo e lavanderia. Para circulação interna, amplos corredores centrais, fazem conexões de acesso aos cômodos. Em meio às duas cozinhas, localiza-se o espaço fogo, destinado à socialização, rituais e principalmente, refeições em grupo.

SETOR	N.	AMBIENTES	QUANT.	M² (CADA)
INTIMO COLETIVO	1	DORMITÓRIO ATÉ 10 INDÍGENAS	4	45.00m² a 50.00m²
	2	DORMITÓRIO ATÉ 5 INDÍGENAS	18	20.00m² a 25.00m²
	3	SANITÁRIOS PCDS	4	9.18m² e 9.27m²
	4	SANITÁRIOS FEM/MASC	4	25.00m² e 29.00m²
SOCIAL	5	REFEITÓRIO COBERTO	1	38.00m²
	6	ESPAÇO FOGO	1	115.00m²
SERVIÇO	7	COZINHA	2	12.00m² e 23.00m²
	8	DESPENSA	1	23.00m²
	9	LAVANDERIA	2	23.00m² e 25.00m²

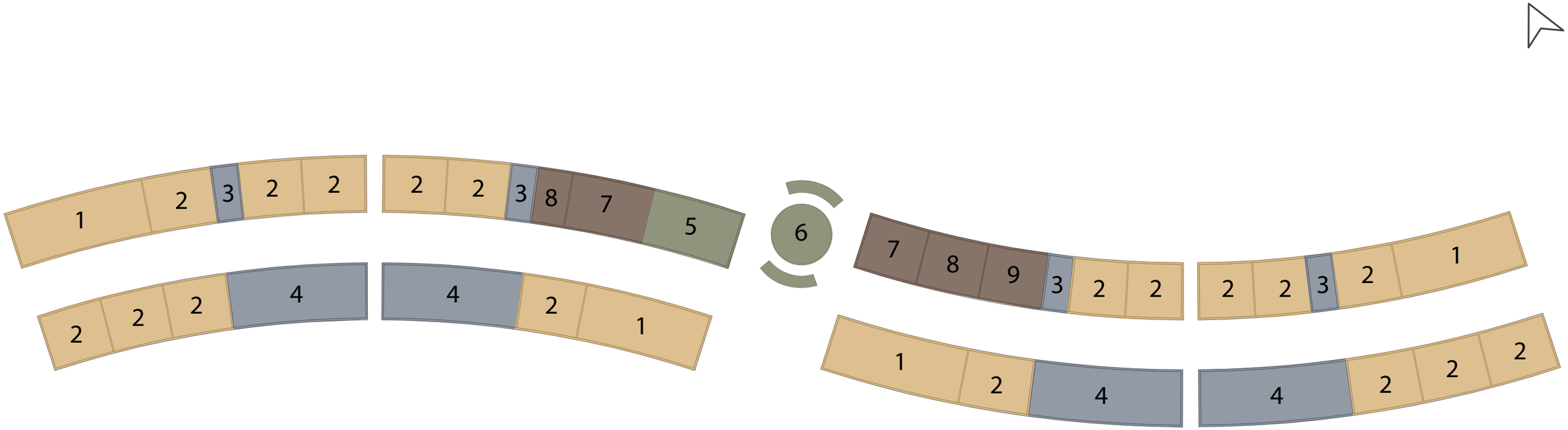


Figura 140: Planta baixa esquemática de setorização
Fonte: elaborado pela autora(2022)

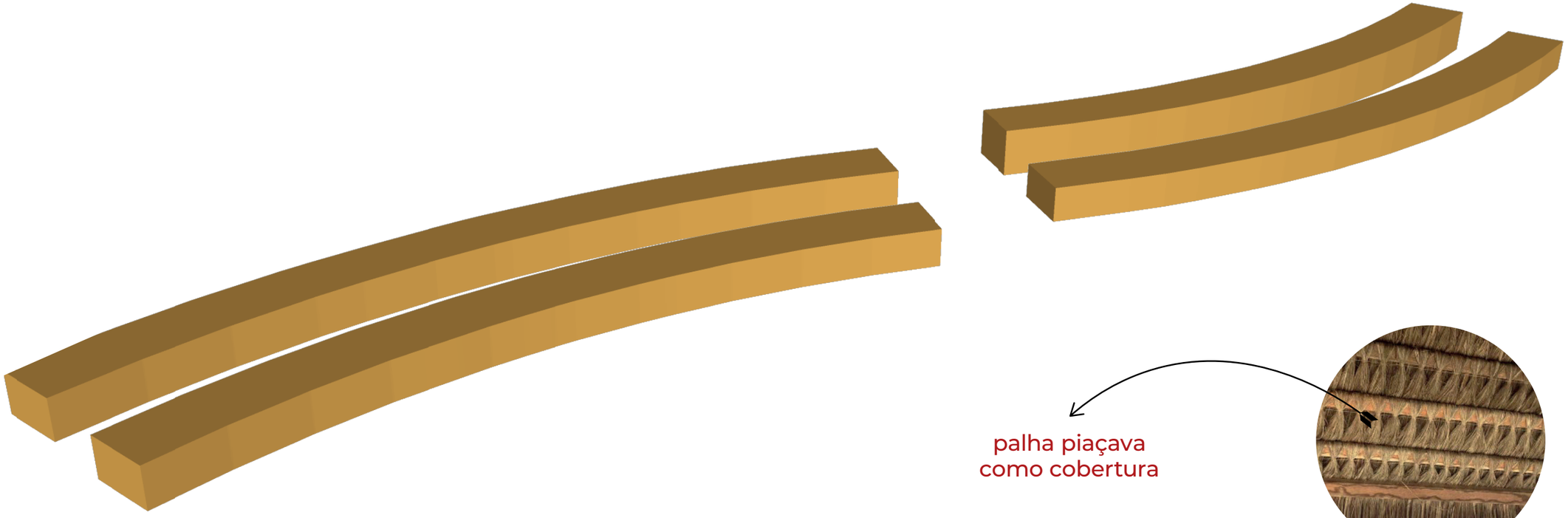


Figura 141: Volumetria dos blocos Kamé e Kairu
Fonte: elaborado pela autora(2022)

6.4 VOLUMETRIA E MATERIAIS

Os blocos seguem a forma horizontal do terreno, usufruindo da topografia do local, ocupando os três niveis existentes, sem grandes intervenções. Para circulação vertical, serão implantadas escadas e rampas, conforme normas, de acesso interno e externo a edificação.

Os materiais utilizados serão majoritariamente naturais, como a cobertura em palha piaçava, respeitando os costumes originários, com estrutura em madeira roliça. O sistema estrutural se ser utilizado será de pau-a-pique, uma técnica vernacular constituída pelo entrelaçamento de madeiras verticais e horizontais, sendo amarradas por cipós, encoberto por barro para o fechamento.

7. REFERÊNCIAS

Aldeia Tekoa Krukutu. Tenonde Porã, 2022. Disponível em: https://tenondepora.org.br/aldeias/tekoa-krukutu/. Acessado 16 Jun. 2022.

ANDRADE, Suely Ferraz. Estudo de estratégias bioclimáticas no clima de Florianópolis. 1996. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: https://labeee.ufsc. br/sites/default/files/publicacoes/dissertacoes/DISSERTACAO_Sueli_Ferraz_de_ Andrade.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

BESSA (Santa Catarina). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Indígenas aldeados que vivem em Santa Catarina: pesquisa simplificada. Pesquisa Simplificada. 2020. Disponível em: https://www.sds.sc.gov.br/index.php/busca?searchword=ind%C3%ADgenas%20aldeados&ordering=newest&searchphrase=all. Acesso em: 18 abr. 2022.

Brasil: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2007. 232 p.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL.. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004): norma operacional básica - nbo/suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome L, 2005. 178 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

BRASIL. Lei Complementar N° 482, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-florianopolis-sc. Acesso em: 28 Jun. 2022.

BRASIL. Lei N° 9.503, de 23 de Setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileir (CTB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acesso 21 maio 2022.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. Porto Alegre, p. 01-31, 2012. Disponível em: https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povosindc3adgenas-em-santa-catarina.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

Caçador entrega Casa de Passagem para Famílias Indígenas. RBV Notícias, 2022. Disponível em: https://ndmais.com.br/?s=tisac. Acesso em: 18 Jun. 2022.

Casa de Passagem Indígena é ativada em São Miguel do Oeste. Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Santa Catarina, 2021. Disponível em: .https://www.saomiguel.sc.gov.br/noticias/casa-de-passagem-indigena-e-ativada-em-sao-miguel-do-oeste#:~:text=Entrou%20em%20funcionamento%20nesta%20segunda,Filho%2C%20ao%20lado%20do%20CREAS. Acessado: 1 jun. 2022

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Brasil) (org.). Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2020. Brasília: Tiago Miotto, 2020. 244 p. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia povos-indigenas-2020-cimi.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon; MALHANO, Hamilton Botelho. HABITAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA. In: COSTA, Maria Helo Ísa Fénelon; MALHANO, Hamilton Botelho; NEWTON, Dolores. Suma Etnológica Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Darcy Ribeiro, 1998. Cap. 2. p. 27-92. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/suma%3Avol2p027-094/Suma_Vol2_p_027-094.pdf. Acesso em: 09 maio 2022.

D'Angelis, W. R., & Veiga, J. (2003). Habitação e acampamentos Kaingang hoje e no passado. Revista Cadernos do Ceom, 17(18), 213-242. Chapecó: Unochapecó/Argos. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2223/1305. Acesso em: 02 abr. 2022.

Danielle Klintowitz, Fernanda Correia e Marcos Aguiar. "Indígenas no espaço urbano: não foi a aldeia que chegou na cidade mas a cidade que chegou na aldeia" 20 Abr 2020. ArchDaily Brasil. Acessado 02 Jun 2022. https://www.archdaily.com.br/br/937793/indigenas-no-espaco-urbano-nao-foi-a-aldeia-que-chegou-na-cidade-mas-a-cidade-que-chegou-na-aldeia>ISSN 0719-8906.

DILL, Fernanda Machado; WIESE, Ricardo Socas. Territorialidades indígenas nos centros urbanos: sobre lugares e povos. Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 54-74, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.

Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas

intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017. 82p.

Famílias indígenas que estavam acampadas em elevado são alojadas no Terminal Rita Maria. NSC TOTAL, 2017. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/noticias/familias-indigenas-que-estavam-acampadas-em-elevado-sao-alojadas-no-terminal-rita-maria. Acesso em: 22 Mai 2022.

FUNAI. A presença Indígena em Florianópolis. Ministério da Justiça, Florianópolis, p. 1-16, nov. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt br/arquivos/conteudo/ascom/2018/12-dez/pres-urbana-flori.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022.

FUNAI. Quem São. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao. Acesso em: 02 abr. 2022.

G1 - O portal de notícias da Globo, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/busca/?q=tisac. Acesso em: 18 Jun. 2022.

GARCIA, Sandra Carolina Portela. Circulação e permanência de indígenas Kaingang e Guarani na cidade de Florianópolis, Santa Catarina: desafiando ausências, paradoxos e outras imagens. 2015. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160744. Acesso em: 04 abr. 2022.

GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Editora Contexto, 2012. Disponível em: https://docero.com.br/doc/n1xs1x5. Acesso em: 27 abr. 2022.

GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro/Mércio Pereira Gomes. - 1. ed. - São Paulo> Contextos, 2012.

GONÇALVES, Heloisa. Benchmark : Florianópolis. Caderno Virtual de Turismo, Florianópolis, v. 1, p. 1-8, 2001. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/7/5. Acesso em: 22 maio 2022.

GRUPO FRESTA. Alojamento Aguapeú, 2019. Disponível em: https://www.grupofresta.com.br/Alojamento-Aguapeu. Acesso em: 16 Jun. 2022.

GRUPO FRESTA. Alojamento Krukutu, 2019. Disponível em: https://www.grupofresta.com.br/Alojamento-Krukutu. Acesso em: 16 Jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Kaingang. POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2022. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang. Acesso em: 27 mar. 2022.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secad/Mec; Unesco; Laced/Museu Nacional, 2006. 236 p. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov. br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. Acesso em: 07 maio 2022.

Mapa. Floripa Arqueológica, 2018. Disponível em: https://floripaarqueologica.com.br/mapa/. Acesso em: 22 Mai 2022.

MARTINS, Camila; DALCASTAGNE, Marina. FLORIPA 349 ANOS, 2022. Disponível em: https://especiais.nsctotal.com.br/aniversario-florianopolis- 349 anos/#:~:text=Entre%20la%C3%A7os%20com%20a%20cultura,mais%20 diferentes%20sotaques%20e%20culturas. Acesso em: 23/05/2022.

MAWÉ, Ingrid. Lecture. Cidades Pós Pandemia: colocar no horizonte uma obra em comum; Disputas no espaço público e formas de vida urbana. Santa Catarina. 2022.

MELO, Cristina Silveira; RIBEIRO, William Martins. ARQUITETURA VERNACULAR: A CONSTRUÇÃO NATIVA BRASILEIRA. Anais do VII Seminário Internacional Étnico Racial, São Paulo, v. 7, p. 15-20, 2019. Disponível em: https://ojs.eniac.com.br/index. php/Anais_Sem_Int_Etn_Racial/article/view/608. Acesso em: 08 maio 2022.

MELO, Cristina Silveira; RIBEIRO, William Martins. ARQUITETURA VERNACULAR: A CONSTRUÇÃO NATIVA BRASILEIRA. Anais do VII Seminário Internacional Étnico Racial, São Paulo, v. 7, p. 15-20, 2019. Disponível em: https://ojs.eniac.com.br/index. php/Anais_Sem_Int_Etn_Racial/article/view/608. Acesso em: 08 maio 2022.

MENDES, Karla. ‘Não sou pardo, sou indígena’: Mobilização indígena para autodeclaração no censo de 2022. 30 de Junho de 2022. Disponível em: https://

brasil.mongabay.com/2021/06/nao-sou-pardo-sou-indigena-mobilizacao-indigena-para-autodeclaracao-no-censo-de2022/#:~:text=O%20movimento%20ind%C3%ADgena%20est%C3%A1%20pressionando,autodeclara%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20h%C3%A1%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas. Acessado 20 Jun 2022.

MENDONÇA, Magaly y LOMBARDO, Magda A. El clima urbano de ciudades subtropicales costeras atlánticas: el caso de la conurbación de Florianópolis. Rev. geogr. Norte Gd. [online]. 2009, n.44, pp.129-141. ISSN 0718-3402. http://dx.doi. org/10.4067/S0718-34022009000300007. Acesso: 21 maio 2022.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. História: Cidade, Esporte e Lazer, São Paulo, p. 118-136, jun. 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/26141. Acesso em: 26 maio 2022.

NDMAIS, 2022. Disponível em: https://ndmais.com.br/?s=tisac. Acesso em: 18 Jun. 2022.

PARODE, M.; CASTELLS, A. Memória e conflitos urbanos: Florianópolis para quem? V!RUS, São Carlos, n. 15, 2017. [online] Disponível em: <http://www.nomads. usp.br/virus/virus15/?sec=4&item=9&lang=pt>. Acesso em: 05 Mai. 2022.

PARODE, Moema Cristina. Cultura entrelaçada na cidade: entre a (re)existência, o reconhecimento, e a legitimidade da presença indígena em Florianópolis. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio. ufsc.br/handle/123456789/191942. Acesso em: 26 abr. 2022.

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - Administração 2017 - 2020. Projeto Arquitetônico: Casa de Passagem do Artesão Indígena (CAPAI). Acesso em: 1 jun. 2022.

Romullo Baratto. "Grupo][Fresta projeta infraestruturas e equipamentos comunitários para 12 aldeias guaranis e tupis de São Paulo" 09 Abr 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 16 Jun. 2022. <https://www.archdaily.com.br/br/978635/grupo-fresta-projeta-infraestruturas-e-equipamentos-comunitarios-para-12-aldeias-guaranis-e-tupis-de-sao-paulo> ISSN 0719-8906.

RUPP, Ricardo Forgiarini. Conforto Térmico Humano em Edificações de escritórios localizados no clima subtropical úmido de Florianópolis/SC. 2018. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/ handle/123456789/191072/PECV1112-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 19 maio 2022.

Sítios em Floripa. Floripa Arqueológica, 2018. Disponível em: https://floripaarqueologica.com.br/sitios-arqueologicos-em-floripa/. Acesso em: 22 Maio 2022.

Terra Indígena Guarani do Aguapeú. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2022. Disponível em: https://cpisp.org.br/guarani-do-aguapeu/. Acesso em: 05 Jun. 2022.

UNIDAS, Nações. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: Unic, 2008. 21 p. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

VAN LENGEN, Johan. ARQUITETURA DOS ÍNDIOS DA AMAZÔNIA. São Paulo: B4 Editores, 2013. Disponível em: https://silo.tips/download/arquitetura-dos-indiosda-amazonia. Acesso em: 07 maio 2022.

WEINMAN, Claudia, Indígenas foram ‘convidados’ a se retirar do centro de São Miguel do Oeste. Desacato, 22 dez. 2015. Disponível em: https://desacato.info/indigenas-foram-convidados-a-se-retirar-do-centro-de-sao-miguel-do-oeste/. Acesso em: 1 jun. 2022

WIESE, Ricardo Socas; DILL, Fernanda Machado; VEIGA, Alice Hammerschmitt da. MORADIA ESTUDANTIL INDÍGENA: PERMANÊNCIA, REPRESENTATIVIDADE E O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO. Arquiteturas Para A Comunidade Latinoamérica, Florianópolis, p. 28-47, maio 2021. 39. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-64662021000200028&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 maio 2022.